

2019

**Relatório
& Contas**



Associação Mutualista
Montepio

Índice

01	Órgãos Associativos	4
02	Mensagem do Presidente	6
03	Enquadramento das Atividades	10
04	Factos Relevantes e Indicadores Globais	18
05	Estratégia e Grupo Montepio	22
06	Responsabilidade Social	34
07	Cooperação e Difusão do Mutualismo	40
08	Comunicação Associativa e da Oferta Mutualista	44
09	Rede de Gestores Mutualistas	54

10	Base de Associados, Modalidades e Benefícios	56
11	Política de Investimento e Gestão de Riscos	62
12	Evolução do Balanço e Resultados	66
13	Propostas	82
14	Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Certificação Legal de Contas	92
15	Parecer do Conselho Fiscal	188
16	Anexos	206
16.1	Relatório Atuarial	207
16.2	Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas	224
16.3	Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	228
16.4	Carteira de Imóveis	234
16.5	Carteira de Títulos	235
16.6	Contas das Fundações	236

01

Órgãos Associativos

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Associado n.º 33 151 - 5 Vitor José Melícias Lopes
1.º Secretário Associado n.º 31 560 - 9 António Pedro de Sá Alves Sameiro
2.º Secretário Associado n.º 45 139 - 8 António Dias Sequeira

Conselho de Administração

Presidente Associado n.º 32 309 - 9 Virgílio Manuel Boavista Lima (*)
Vogal Associado n.º 44 857 - 6 Carlos Vicente Morais Beato
Vogal Associado n.º 963 792 - 2 Idália Maria Marques Salvador Serrão
Vogal Associado n.º 54 663 - 0 Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Conselho Geral

Efetivo Associado n.º 034 130 - 1 Maria de Belém Roseira Coelho Henriques de Pina	Efetivo Associado n.º 129 230 - 7 João António Morais da Costa Pinto
Efetivo Associado n.º 850 976 - 3 Alípio Barroso Pereira Dias	Efetivo Associado n.º 397 063 - 0 Viriato Monteiro da Silva
Efetivo Associado n.º 044 630 - 3 Alberto José dos Santos Ramalheira	Efetivo Associado n.º 035 170 - 2 Carlos Manuel Melo Gomes Areal
	Efetivo Associado n.º 132 285 - 3 Manuel Rui dos Santos Caseirão
	Efetivo Associado n.º 031 000 - 2 António Fernando Menezes Rodrigues
	Efetivo Associado n.º 033 582 - 5 Manuel Rogério Dias Ferreira
	Efetivo Associado n.º 047 074 - 8 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão
	Efetivo Associado n.º 036 199 - 6 Gonçalo Nuno Caetano Alves
	Efetivo Associado n.º 307 296 - 5 Maria das Dores Marques Banheiro Meira (***)

Conselho Fiscal

Presidente Associado n.º 110 347 - 0 Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho
Vogal Associado n.º 165 192 - 2 Ana Paula de Jesus Harfouche (ROC)
Vogal Associado n.º 029 734 - 5 José Domingos Barão (**)

(*) Cooptado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2019, na sequência do pedido de escusa de funções do Associado n.º 038 670 - 6, António Tomás Correia, a partir de 15 de dezembro de 2019.

(**) Tomada de posse em 24 de outubro de 2019, na sequência do pedido de escusa de funções, apresentado em reunião do Conselho Geral de 24 de outubro de 2019, da Associada n.º 044 194 - 2, Isabel Margarida Carvalho Simões Cidrais Guimarães.

(***) Tomada de posse em 29 de abril de 2019, na sequência do falecimento do Associado n.º 636 752 - 5, Alberto Jorge Alves Gomes de Sá.

02

Mensagem do Presidente

O Conselho de Administração apresenta, nas páginas seguintes, o relato das atividades desenvolvidas e do desempenho obtido pelo Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), em 2019, bem como as demonstrações financeiras, as respetivas notas explicativas e outros anexos referentes ao ano transato.

O ano de 2019 voltou a colocar à prova a resiliência do MGAM, pois apesar do quadro económico mais favorável, de crescimento da atividade e de redução do desemprego, as taxas de juro de referência continuaram em níveis negativos e a reduzir-se, afetando bastante o desempenho, tanto das entidades do Grupo Montepio, designadamente da Caixa Económica Montepio Geral/Banco Montepio, como da própria Associação.

Por um lado, em 2019, foi possível crescer, de forma expressiva (+36,5%), na captação de poupanças dos associados, que permitiram obter receitas associativas num valor de 665 milhões de euros. Por outro lado, reduziram-se as saídas de capitais e outros custos associativos, em -6,2%, beneficiando a margem associativa, que, em 2019, ultrapassou 27 milhões de euros.

Contudo, fatores não recorrentes, de grande materialidade, penalizaram fortemente os resultados do exercício de 2019, que registaram um valor negativo, de 408,8 milhões de euros. Esses fatores relacionam-se com o reforço adicional das provisões matemáticas, em 34,7 milhões de euros, decorrente do teste de adequação atuarial, em consequência da redução das taxas de juro de referência, a que se juntou a constituição, de 392 milhões de euros de imparidades para as duas maiores entidades participadas pelo MGAM - Caixa Económica Montepio Geral, SA (377,5 milhões de euros) e Montepio Seguros, SGPS (14,8 milhões de euros). A constituição dessas imparidades decorreu das análises efetuadas ao valor dos respetivos investimentos, adotando abordagens muito conservadoras, considerando o contexto de mercado e o atual quadro de incerteza.

Como se explicita no ponto 12 deste relatório, retirando os efeitos dos referidos fatores não recorrentes verifica-se que o resultado do exercício de 2019 seria positivo, num montante de 9,3 milhões de euros.

"O ano de 2019 voltou a colocar à prova a resiliência do MGAM"

Virgílio Boavista Lima



No decurso dos trabalhos de fecho das contas de 2019 e de preparação deste Relatório e Contas estava a eclodir uma crise epidemiológica com impacto incontornável na vida de cada um e de todos nós, tanto em Portugal, como no resto do mundo. Falo-vos do alastrar da doença COVID-19 (*Coronavirus Disease 19*) e da declaração de pandemia pela OMS-Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020. Em face desta pandemia, acionaram-se planos e tomaram-se medidas de contingência, nas diversas entidades e instituições, e o nosso país, assim como a generalidade de outros, entrou em estado de confinamento e emergência, numa situação sem precedentes na nossa história e memória recentes.

Este contexto extraordinário determinou novas disposições legais (artigo 18.º, do DL n.º 10-A/2020, de 13 de março) de adiamento das datas regulamentares e estatutárias para aprovação dos relatórios e contas. Seguindo essas disposições, foram adiadas as reuniões dos órgãos institucionais, para apreciação, parecer e aprovação deste relatório e contas de 2019, designadamente a reunião do Conselho Geral e da Assembleia Geral de Associados do MGAM.

Sabemos que a situação inédita que todos vivemos, para além dos efeitos imediatos, decorrentes das medidas de emergência, confinamento e restrição, terá consequências socioeconómicas muito negativas na nossa vida coletiva, a nível das instituições, das empresas e das famílias. Ainda é cedo para aferir a cabal dimensão desses impactos, que as instâncias da União Europeia, o Governo e outras autoridades, designadamente o Banco Central Europeu, procuram atenuar, divulgando medidas de apoio às famílias e às empresas dos diversos setores.

Todos lamentamos, profundamente, as vidas perdidas e todos nos empenhamos, com determinação, na procura e na execução das medidas necessárias para preservar a saúde de cada um e de todos e para prestar o apoio e os contributos possíveis, à medida das nossas capacidades, mas que serão sempre modestos perante a dimensão e a abrangência de todo este desastre que enfrentamos.

O Conselho de Administração do MGAM tomou, em tempo devido, as medidas adequadas para prevenir a propagação da pandemia e assegurar a continuidade da atividade, tendo adotado o teletrabalho e incentivado a utilização dos meios digitais junto dos seus associados.

Definiu, também, medidas de apoio aos associados, aos colaboradores e outras, no sentido de mitigar as consequências socioeconómicas negativas da pandemia.

Prosseguiremos esforços, com empenho e abnegação, para mitigar os impactos negativos desta calamidade pública, avaliando e ponderando as situações, de forma cuidada, e dando as respostas que estejam ao alcance da Instituição, reforçando a cultura de solidariedade e de entreajuda entre os órgãos institucionais do MGAM e os órgãos sociais das restantes empresas do Grupo, no sentido de prestar todo o apoio possível aos associados e aos clientes do Grupo Montepio.

Os princípios de entreajuda e solidariedade, em que se alicerça o mutualismo e o MGAM, estão, mais que nunca, presentes como orientação fundamental da nossa ação em sociedade.

Enfrentamos tempos difíceis, mas acreditamos nas nossas capacidades e temos a convicção de que iremos vencer mais esta batalha, que será mais uma das muitas que a Instituição travou e venceu ao longo dos seus 180 anos de existência, porque juntos somos mais fortes.

A finalizar, expresso, em nome do Conselho de Administração e em nome pessoal, uma nota de agradecimento e reconhecimento aos trabalhadores e outros colaboradores, pelo esforço e contributo para a concretização da missão e desígnios da Instituição, extensível aos membros dos restantes órgãos institucionais e, em particular, a todos os associados, que acreditam e confiam no mutualismo e na sua Associação Mutualista Montepio Geral, como resposta diferenciada, adequada, solidária e cada vez mais qualificada, às suas necessidades e aos seus objetivos.

Virgílio Boavista Lima

Presidente da Associação Mutualista Montepio

“Os princípios de entreajuda e solidariedade, em que se alicerça o mutualismo e o MGAM, estão, mais que nunca, presentes como orientação fundamental da nossa ação em sociedade.”

Enquadramento das Atividades

Enquadramento Macroeconómico

De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional, de janeiro de 2020, a economia mundial terá crescido 2,9% em 2019, em desaceleração face aos 3,6% registados em 2018. Esta evolução refletiu o abrandamento da atividade industrial e do comércio internacional, num contexto de aumento das tensões comerciais e geopolíticas globais.

Zona Euro

A economia da Zona Euro prosseguiu a recuperação ao longo de 2019, observando-se, no entanto, um crescimento médio anual do PIB de 1,2%, inferior ao observado no ano anterior (+1,9%), num ano marcado pelo registo de crescimentos em cadeia do PIB inferiores aos observados no passado recente, de apenas 0,3% e de 0,1% nos dois últimos trimestres do ano, depois de ter crescido 0,2% no 2.º trimestre e 0,4% no 1.º trimestre.

Ao longo de 2019, o Banco Central Europeu (BCE) reforçou a sua política monetária expansionista, mantendo a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – *refi rate* – em 0,00%, descendo a taxa de depósitos, de -0,40% para -0,50%, e retomando o programa de compra de ativos (*Asset Purchase Programme* – APP II), com o ritmo médio de compras mensais de ativos a ser fixado nos 20 mil milhões de euros, mas sem data de termo, ao contrário dos anteriores programas.

Portugal

A nível nacional, a atividade económica registou um crescimento de 2,2%, em 2019, evidenciando desaceleração face a 2018 (+2,6%). A moderação do crescimento económico resultou do contributo mais negativo da procura externa líquida em 2019 (-0,6 p.p.) comparativamente a 2018 (-0,4 p.p.), por via da maior desaceleração das Exportações face às Importações e da redução do contributo da procura interna, de +3,1 p.p., em 2018, para +2,7 p.p., em 2019, refletindo o abrandamento do Consumo Privado.

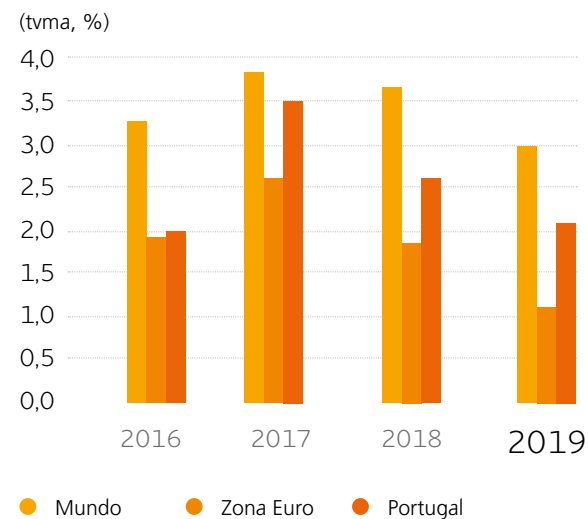
O processo de ajustamento orçamental continuou, ao longo de 2019, na continuidade da evolução positiva de 2018. Para 2019, o Governo estimava, no OE 2020 (Orçamento de Estado), que o saldo orçamental deveria cair para -0,1% do PIB (-0,4% em 2018), representando o défice mais baixo de toda a história da democracia portuguesa.

No mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu, de 7,0%, em 2018, para 6,5%, em 2019, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%).

A inflação, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi de 0,3%, em 2019, menos 0,7 p.p. do que o valor apurado para 2018 (1,0%) e menos 1,1 p.p. face ao de 2017 (1,4%), tendo a inflação *core* abrandado para 0,5%, em 2019 (0,7%, em 2018, e 1,1%, em 2017).

A taxa de poupança dos particulares manteve-se em níveis baixos, tendo registado uma redução, dos 6,5%,

Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Thomson Reuters e FMI

observados no quarto trimestre de 2018, para 6,2%, no terceiro trimestre de 2019, embora se estime que possa ter terminado o ano novamente em torno dos 6,5%, valor muito abaixo dos 12,7% observados na média dos países da Zona Euro.

O Valor Acrescentado Bruto do setor da construção cresceu 7,1% em 2019, registando um ritmo máximo desde 1997 (+7,2%), o que representa uma aceleração da atividade face aos 4,2% verificados em 2018.

Os últimos dados sobre os preços e as vendas de casas, referentes ao terceiro trimestre de 2019, continuam a indicar que o mercado imobiliário se encontra em fase de recuperação, tendo os preços das casas exibido um crescimento homólogo de 9,8% nesse trimestre, em termos de média móvel de quatro trimestres, ao passo que as vendas de casas cresceram 2,3%, acompanhando a gradual recuperação da economia portuguesa desde o primeiro trimestre de 2013.

Perspetivas para 2020

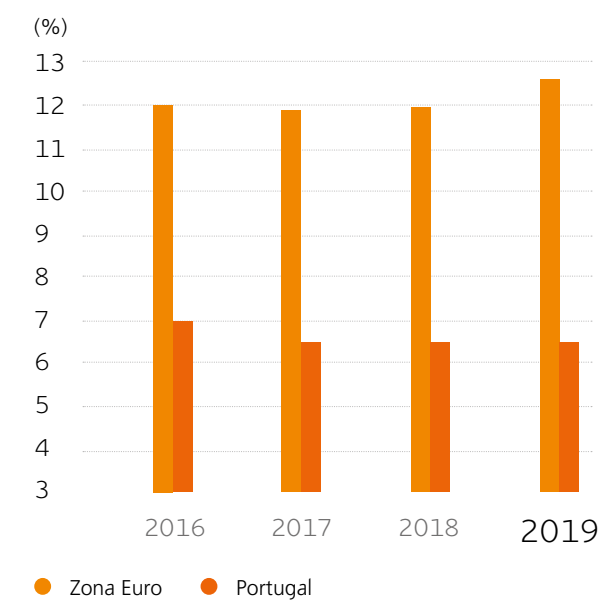
Já quase a finalizar o presente Relatório e Contas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou o *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2020, no qual apresenta novas previsões económicas, considerando os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, que deverão traduzir-se numa contração da economia mundial de -3,0%, em 2020, seguida de uma recuperação parcial, assente numa expansão do PIB de 5,8% no ano seguinte.

Trata-se de uma ampla revisão em baixa, dado que, na atualização feita em janeiro, quando o surto estava ainda praticamente confinado à China, o FMI projetava uma expansão económica mundial de 3,3%, em 2020, e de 3,6%, em 2021.

O FMI prevê ainda que o PIB do conjunto da Zona Euro contraia -7,5%, em 2020, traduzindo decréscimos da atividade de -9,1% em Itália, -7,0% na Alemanha e -7,2% em França. Os EUA deverão também observar uma contração económica significativa, de -5,9%, enquanto que a China deverá crescer, mas apenas 1,2%, bem abaixo da expansão de 6,1% conseguida em 2019.

Para Portugal estima-se um forte impacto negativo da pandemia do coronavírus sobre as atividades mais relacionadas com o turismo, bem como sobre as restantes atividades (designadamente após as medidas de contingência adotadas pelo Governo) o que, segundo o FMI, deverá conduzir a um decréscimo do PIB de -8,0%, em 2020, e uma recuperação, de 5,0%, em 2021.

Taxa de Poupança (% Rendimento Disponível)



Fonte: Thomson Reuters e Comissão Europeia.

Mercados Financeiros

O ano de 2019 contou com uma evolução positiva dos mercados financeiros, devido ao comportamento muito favorável ao nível do mercado acionista.

Observaram-se movimentos muito positivos nos principais índices de ações nos EUA, onde se registaram valorizações expressivas no *Dow Jones* (+22,3%), no *S&P 500* (+28,9%) e no *Nasdaq* (+35,2%), tendo todos os índices atingido máximos históricos perto do final do ano. Na Europa, o *Eurostoxx 50* avançou também

fortemente (+24,8%), mais do dobro do que se observou no *FTSE 100* do Reino Unido (+12,1%) e no português *PSI-20* (+10,2%). Na Ásia, o japonês *Nikkei 225* subiu 18,2% e o chinês *Shanghai Composite* avançou 22,3%. O índice *MSCI* para os mercados emergentes subiu 15,4%, contribuindo para o ainda mais forte impulso do *MSCI* mundial (+24,1%).

As taxas de rendibilidade da dívida alemã subiram marginalmente no curto prazo (dois anos), mas desceram no longo prazo (10 anos), ficando mais negativas, enquanto, nos EUA, desceram nos dois casos. Os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã estreitaram e os *spreads* do mercado de crédito *corporate* (*Credit Default Swaps*) revelaram comportamentos igualmente favoráveis.

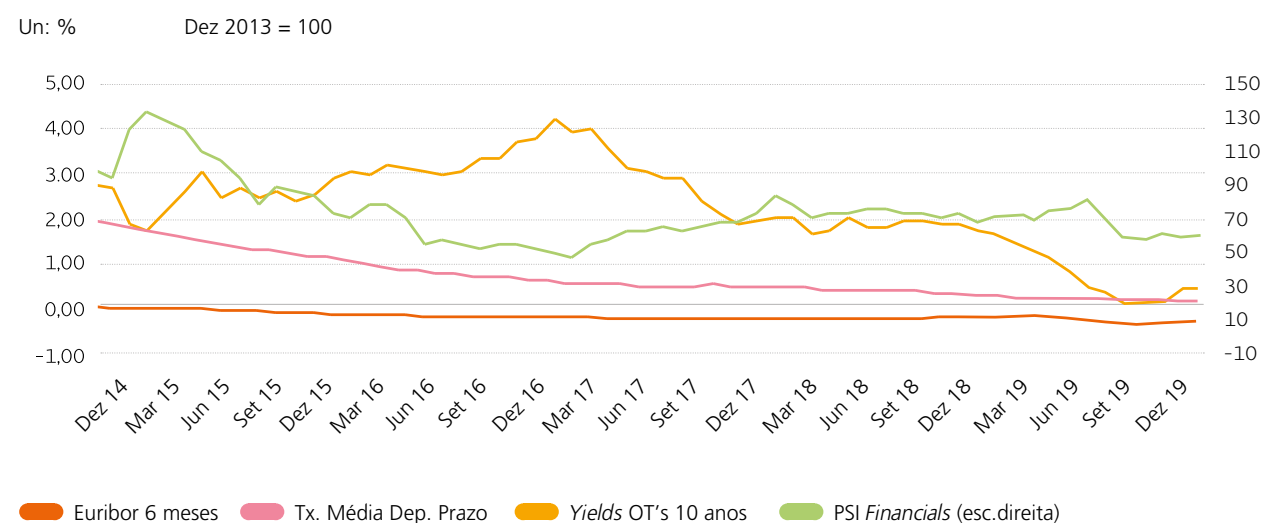
Nas *commodities* assistiu-se a fortes subidas dos índices compósitos refletindo essencialmente a subida dos preços do petróleo.

As taxas de rendibilidade da dívida portuguesa a 10 anos desceram de 1,722%, no final de 2018, para 0,442%, no final de 2019, tendo registado, em 15 de agosto 2019, níveis mínimos históricos (0,071%).

No mercado monetário interbancário (MMI), as taxas *Euribor* desceram ligeiramente, em 2019, tendo registado mínimos históricos em 3 de setembro (*Euribor* a três meses, com -0,448%, e *Euribor* a seis meses, com -0,448%) e, em 21 de agosto (*Euribor* a 12 meses, com -0,399%), refletindo a política monetária altamente expansionista seguida pelo BCE. As *Libor* do dólar também desceram, em todos os prazos, mais acentuadamente, como consequência das três descidas consecutivas do *target* para os *fed funds* realizadas em 2019.

Neste contexto, as taxas de juro bancárias para os depósitos a prazo prosseguiram, em 2019, a trajetória de descida, tendo a taxa média de juro dos novos depósitos de sociedades não financeiras atingido um novo mínimo histórico, de 0,06%, em dezembro de 2019,

Evolução das Taxas de Juro e PSI Financials



Fonte: Thomson Reuters

o mesmo sucedendo com as taxas dos novos depósitos de particulares, que caíram para 0,08%, valores que comparam, com os 0,10% e 0,15% registados, em dezembro de 2018, e os 0,15% e 0,19% observados, em dezembro de 2017, respetivamente.

O sentimento dos mercados financeiros, ao longo de 2019, foi suportado, positivamente, pela rápida resposta dos principais bancos centrais ao abrandamento global e pelos desenvolvimentos favoráveis ao nível comercial, a partir do segundo semestre, com o acordo entre os EUA e a China. Os mercados financeiros beneficiaram, também, com a maioria absoluta conquistada pelo Partido Conservador nas eleições legislativas britânicas, que provocou uma diminuição da incerteza em torno do Brexit, com a manutenção do clima favorável nas relações entre os EUA e a Coreia do Norte e com as mudanças de Governo efetivadas em Itália e na Grécia, com impacto favorável nos respetivos *spreads* da dívida.

Enquadramento Demográfico e Social

De acordo com os últimos dados disponíveis sobre a estrutura demográfica portuguesa, a população mantém a tendência de envelhecimento, com o défice do saldo natural a agravar-se de -23,6 mil pessoas, em 2017, para -25,3 mil pessoas, em 2019 (dados preliminares), registando-se 87,0 mil nados-vivos e 112,3 mil óbitos.

O número de casamentos celebrados manteve-se num valor historicamente baixo, em 34,6 mil, com a idade média do primeiro casamento para os dois sexos, a aumentar, entre 2017 e 2018 (últimos dados disponíveis), de 33,2 para 33,6 anos para os homens e de 31,6 para 32,1 anos para as mulheres, tendo, também, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho subido ligeiramente, dos 30,3 anos de 2017 para 30,4 anos, em 2018. Positivamente destaca-se a subida do saldo migratório observada nos últimos anos, passando de um saldo negativo de 8,3 mil pessoas, em

2016, para um valor positivo de 11,6 mil pessoas em 2018, representando um máximo desde 2009 (15,4 mil pessoas), com esta melhoria a refletir a consolidação da recuperação da economia nacional e a melhoria das condições de vida.

De facto, as condições de vida em Portugal são caracterizadas por uma elevada esperança de vida à nascença, de 80,8 anos, em 2017, e por um baixo valor de mortalidade infantil, que se fixou em 3,3‰ em 2018 (últimos dados disponíveis), representando um dos valores mais baixos ao nível da OCDE. Ao nível do ensino, a taxa de abandono precoce da educação e formação fixou-se em 10,6% em 2019, abaixo dos 11,8% de 2018.

De notar que, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se ainda aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O rendimento médio disponível das famílias fixou-se em 33,2 mil euros, em 2018, evidenciando uma trajetória de recuperação nos quatro últimos anos (32,1 mil euros em 2017) e superando agora o nível de 2010, de 32,2 mil euros, fazendo níveis máximos históricos. Também o rendimento nacional bruto *per capita* subiu de 18 577 para 19 391 euros, entre 2017 e 2018. O coeficiente de Gini (uma medida de desigualdade) tem vindo a diminuir nos últimos anos, passando de 32,1%, em 2017, para 31,9%, em 2018, mas com o atual valor a continuar a qualificar Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

A taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, fixou-se nos 17,3%, em 2018, um valor superior à média europeia, de 17,1%, número que, ainda assim, representa uma ligeira melhoria, de 1,0 p.p. face ao ano de 2017. Salienta-se, igualmente, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2019, sobre rendimentos do ano anterior, que indica que, 17,2% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2018, menos 0,1 p.p. que em 2017. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2018, à proporção

de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 6 014 euros anuais (501 euros por mês, mais 34 euros que no ano anterior). De acordo com o indicador que conjuga as condições de risco de pobreza, de privação material severa e de intensidade laboral *per capita* muito reduzida, 2 215 milhares de pessoas encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social em 2019. A taxa de pobreza ou exclusão social é de 21,6%, idêntica à registada no ano anterior.

Os três indicadores Europa 2020 – taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, taxa de abandono precoce de educação e formação e taxa de escolaridade do ensino superior – com metas para Portugal de 75% ou mais, menos de 10% e no mínimo 40%, respetivamente, observaram os seguintes valores em 2019: 76,1%, 10,6% e 36,2%, revelando melhorias face ao observado no ano anterior (75,4%, 11,8% e 33,5% em 2018).

De acordo com os resultados da edição de 2019 do estudo “Índice de Bem-estar para Portugal”, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, os dados preliminares para 2018 apontam para a continuação de um ligeiro crescimento deste índice, que é explicado por uma melhoria, ainda que reduzida, na qualidade de vida e pela melhoria substancial nas condições materiais de vida. Em 2018, o Índice de Bem-estar atingiu o seu valor mais elevado (numa escala de 0 a 1 pontos), continuando a recuperação iniciada em 2013. Entre 2004 e 2018, o Índice de Bem-estar passou de 0,224 para 0,471 pontos, tendo evoluído quase sempre positivamente entre 2004 e 2018, reduzindo-se apenas no período 2007/08 e em 2012.

Nas últimas décadas, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB têm evoluído a um ritmo muito elevado, constituindo um dos grandes constrangimentos da proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social. De acordo com os últimos dados disponíveis, estas despesas representaram 15,0% do PIB, em 2017, e a percentagem da população ativa que contribuía para o sistema de Segurança Social era de 86,3% em 2018 (84,3% em 2017), sendo, em 2018,

o rácio “contribuinte/beneficiário” de 1,45 (1,44 em 2017), tendo-se mantido nesse nível em 2019 (1,45).

Enquadramento Regulamentar

A aprovação do novo Código das Associações Mutualistas (CAM), pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, precedeu a publicação de legislação e regulamentação conexa ao longo do ano de 2019. Desde logo, a publicação da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, relativa ao regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, que aditou à Lei n.º 147/2015, que aprova o regime jurídico de acesso à atividade seguradora e resseguradora, o artigo 33.º-A, que se refere ao regime de supervisão das maiores associações mutualistas, as quais findo o período transitório, previsto no CAM, ficarão sujeitas, com as devidas adaptações, às disposições do regime jurídico da atividade seguradora, incluindo ao regime aplicável à distribuição de seguros, quando esteja em causa a distribuição das modalidades de benefícios de segurança social, com salvaguarda das especificidades resultantes da natureza jurídica das associações mutualistas.

Em 11 de outubro de 2019, conforme estabelecido pelo n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) colocou em consulta pública o projeto de norma regulamentar (Consulta Pública n.º 6/2019) que visa regular a prestação inicial de informação pelas associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório de supervisão estabelecido por aquele preceito legal. Até ao dia 11 de novembro de 2019, decorreu o período de submissão de comentários ao projeto de norma regulamentar, aguardando-se a publicação da sua versão final.

A Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, assegurou a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD), de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados

personais e à livre circulação desses dados. O Montepio Geral – Associação Mutualista implementou, desde o dia 25 de maio de 2018, os requisitos adequados à proteção dos dados pessoais dos seus associados, tendo a referida Lei vindo estabelecer a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) como a autoridade de controlo nacional para efeitos de tratamento de dados pessoais, independentemente da natureza pública ou privada do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, bem como concretizar outras matérias que a referida Diretiva deixou em aberto para definição por cada Estado-Membro.

No âmbito dos assuntos fiscais, o ano de 2019 foi profícuo em legislação emanada, sendo de referir a Lei n.º 17/2019, de 14 de fevereiro, a qual estabeleceu o regime de comunicação obrigatória de informações financeiras e a sequente Portaria n.º 219/2019, de 16 de julho, que veio regular a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento da obrigação de comunicação prevista no n.º 1 do artigo 10.º-A do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro. Destaca-se também o Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, o qual procedeu à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como das obrigações de conservação dos livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA.

04

Factos Relevantes e Indicadores Globais

Em 2019, os principais eventos relevantes para a atividade e a evolução MGAM e do Grupo Montepio, foram os seguintes:

- **Revisão dos Estatutos**

A Assembleia Geral, realizada em 28 março de 2019, elegeu a Comissão de Revisão dos Estatutos que preparou a proposta de novos estatutos, a qual submeteu aos pareceres prévios da Direção Geral da Segurança Social (DGSS) e da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e, seguidamente, apresentou a versão final dos Estatutos para aprovação dos associados em Assembleia Geral.

Em 4 de novembro de 2019, a Assembleia Geral de associados do MGAM aprovou os novos Estatutos, que acomodaram os novos requisitos do CAM, publicado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Após esta aprovação, iniciou-se o processo de registo dos novos estatutos, que se encontra em curso.

- **Registo dos membros do Conselho de Administração e dos responsáveis pelas funções chave**

Em resultado das novas disposições do atual CAM para as associações de maior dimensão, os membros dos órgãos associativos para o triénio 2019-2021 foram submetidos ao processo de avaliação pela ASF, a qual procedeu ao respetivo registo dos membros do Conselho de Administração em 22 de novembro de 2019.

Foram também objeto do processo de registo, os responsáveis designados para as funções chave: responsáveis de atuariado, gestão de riscos e *compliance*, o qual se concluiu nessa mesma data.

- **Alteração na composição do Conselho de Administração**

O Senhor Dr. António Tomás Correia solicitou ao Conselho Geral escusa das funções de membro dos órgãos associativos e de Presidente do Conselho de Administração do MGAM, cargo que ocupava desde maio de 2008, com efeitos a 15 de dezembro de 2019.

Na sequência dessa escusa, foi nomeado para Presidente do Conselho de Administração o Senhor Dr. Virgílio Boavista Lima, que ocupava funções como vogal do Conselho de Administração, cargo que iniciou em 16 de dezembro passado.

• Banco de Empresas Montepio (BEM)

A partir da licença existente do Banco Montepio Investimento, SA, a Caixa Económica Montepio Geral criou uma nova marca comercial designada por Banco Empresas Montepio (BEM) como banco comercial e de investimento. O BEM é um banco orientado para a prestação de serviços especializados de banca de investimento às empresas com volume de negócios acima dos 20 milhões de euros.

• Composição da Comissão Executiva da Caixa Económica Montepio Geral/Banco Montepio

Em 2019, o MGAM, enquanto entidade titular da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG)/Banco Montepio (BM), empreendeu diversas diligências com vista a completar os órgãos de governo do Banco.

Decorrente dessas diligências, o Conselho de Administração da CEMG/BM nomeou o Presidente da Comissão Executiva (Senhor Dr. Pedro Leitão), o qual iniciou funções em 9 de janeiro de 2020.

• Composição do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros

Também ocorreu uma alteração na composição do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros do ramo não vida, tendo sido nomeada, na respetiva Assembleia Geral de 9 de setembro, a Senhora Dra. Manuela Rodrigues para Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da companhia, a qual iniciou funções no dia 9 de dezembro.

• Fusão da Companhia de Seguros N Seguros na Lusitania - Companhia de Seguros

A empresa N Seguros, especializada na atividade de seguros *online*, que fazia parte do perímetro da Montepio

Seguros - SGPS, que é a entidade subsidiária do MGAM para o setor dos seguros, foi incorporada na Lusitania Companhia de Seguros, SA, seguradora que também faz parte do perímetro da Montepio Seguros - SGPS. Essa incorporação resultou de um processo de fusão, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2019, com o qual se pretende racionalizar e otimizar a carteira de participações e obter ganhos de eficiência no negócio de seguros, melhorando as condições competitivas.

Indicadores globais	2019	2018	2017	2016
Dimensão / Atividade				
Associados (unidades)	601 784	612 607	625 419	632 477
Inscrições (número)	951 566	970 125	1 004 655	1 044 124
Inscrições por Associado (número médio)	1,58	1,61	1,64	1,65
Pensionistas (unidades)	8 633	8 558	8 434	8 362
Ativo líquido (milhares de euros)	3 455 641	3 776 547	3 947 127	3 741 872
Rentabilidade				
Resultado líquido do exercício (milhares de euros)	-408 789	1 634	587 554	7 360
Receitas associativas (milhares de euros) ^(a)	664 859	487 130	711 167	477 702
Cash flow do exercício (milhares de euros)	-15 895	3 320	818 378	22 402
Resultado líquido do exercício / Ativo líquido médio	-10,81%	0,04%	16,86%	0,20%
Solidez financeira				
(milhares de euros)				
Capitais próprios (Fundos próprios, reservas e resultados)	337 396	753 048	774 736	188 456
Capitais próprios / Ativo líquido médio	8,9%	19,6%	22,2%	5,1%
Grau de cobertura das responsabilidades ^(b)	1,242	1,250	1,059	1,052
(a) Quotas e Capitais Recebidos (exclui "Rendas Vitalícias" e "Rendas Temporárias", por não serem consideradas modalidades mutualistas)				
(b) Fundos, Reservas e Provisões Técnicas / Provisões Técnicas				

05

Estratégia e Grupo Montepio

Linhas de orientação estratégica 2019-2021

Tendo como visão prosseguir a afirmação da especificidade e identidade diferenciadora do MGAM, como a principal associação mutualista em Portugal e uma das maiores da Europa, bem como o seu papel dinamizador da economia social em Portugal, foram estabelecidas as Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2019-2021 (LOE), em alinhamento com o programa eleitoral apresentado aos associados pelos atuais membros dos órgãos associativos, que iniciaram mandato em 3 janeiro de 2019.

As LOE, que resultaram da revisão das que vigoravam anteriormente, pretendem dar continuidade e aprofundar o trabalho que vinha sendo executado, no sentido de dar resposta aos constrangimentos internos e ao contexto crescentemente desafiante, bem como potenciar as capacidades e captar as oportunidades que esse contexto também traduz.

A estratégia definida assenta no crescimento sustentado da atividade associativa e mutualista, no aprofundamento das relações e da participação associativa, em paralelo com o desenvolvimento da oferta, otimização do funcionamento, modernização tecnológica e desenvolvimento do sistema de governo, em alinhamento com os novos requisitos do CAM.

Está subjacente à estratégia o papel fundamental das empresas do Grupo, designadamente do Banco Montepio, no reforço da diferenciação mutualista do Grupo e no fortalecimento da sua casa mãe, contribuindo para o desenvolvimento do setor da economia social.

A diferenciação mutualista do Grupo exprime-se através dos seus valores mutualistas, humanos, de partilha e de solidariedade, das finalidades, características e acessibilidade da oferta de produtos e serviços, orientada para a satisfação de necessidades sociais, de previdência e proteção, com componentes de natureza tangível e intangível, a nível cultural, formativo, em prol do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida, do seu modelo de distribuição do valor gerado, da atenção às questões éticas nas práticas internas, da orientação conservadora dos investimentos, orientados para o médio e longo prazo e socialmente responsáveis, das relações humanas e do poder de decisão e de participação dos associados na escolha dos seus representantes e na vida da instituição, poder de agir por si e pelos outros de forma efetiva e solidária.

Os valores e as características diferenciadoras do Grupo Montepio encontram-se em total afinidade com os princípios e objetivos de sustentabilidade em que a economia e a sociedade deverão basear-se para projetar o seu desenvolvimento futuro. Esta sintonia encerra um potencial de projeção e crescimento do mutualismo que se pretende captar e valorizar com a estratégia definida.

A estratégia assenta em seis pilares de atuação, os quais congregam diversas medidas e projetos estratégicos, que deram corpo ao Programa de Ação e Orçamento desenvolvido em 2019, como aprovado na Assembleia Geral de 27 de dezembro de 2018, e que se descreve em seguida.

Pilar I: Adaptação aos novos requisitos regulatórios

Uma das prioridades de atuação em 2019, que se deverá prolongar nos próximos anos, será a adaptação do MGAM ao novo regime de supervisão da ASF, previsto no CAM, que inclui o reforço dos mecanismos de governo e de controlo interno.

Neste âmbito, desenvolveram-se e concluíram-se, em 2019, os trabalhos de revisão dos Estatutos, que implicaram, numa primeira fase, a constituição e aprovação, pela Assembleia Geral de 28 de março de 2019, da Comissão de Revisão dos Estatutos, composta por experientes juristas e associados com conhecimentos relevantes na matéria. Numa segunda fase, decorreu a elaboração e submissão da proposta de novos Estatutos aos pareceres das autoridades: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social, como autoridade tutelar, e da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões - ASF, como futura autoridade de supervisão e que acompanha o processo de adaptação do MGAM ao novo regime de supervisão decorrente do CAM. A última fase foi a aprovação dos novos Estatutos pela Assembleia Geral, de 4 de novembro de 2019. Atualmente, decorre o processo de registo dos novos Estatutos junto da autoridade de tutela.

Neste domínio estratégico foi também concretizado um levantamento de diagnóstico sobre a situação atual do MGAM *versus* os requisitos decorrentes do novo CAM, foi nomeado o representante do MGAM na Comissão de Acompanhamento do período transitório previsto no CAM, foram criados as funções e os órgãos de controlo interno, com a contratação e nomeação dos responsáveis pelas funções chave, de Atuariado, *Compliance*, Controlo de Riscos e Auditoria Interna. Foram ainda desenvolvidos trabalhos de diagnóstico e estabelecido um plano de adaptação aos requisitos da distribuição de seguros, previstos na Lei n.º 7/2019 de 16 de janeiro.

A nível da adaptação da organização e dos processos, destacam-se, em 2019, a conclusão do redesenho e implementação de um novo modelo organizacional, acomodando as novas funções de controlo interno e a revisão dos estatutos orgânicos dos diferentes órgãos, bem como a definição e o desenvolvimento das políticas de remuneração de colaboradores, de gestão de riscos de mercado, de continuidade de atividade, de gestão de reclamações, de participação de irregularidades e de conflito de interesses. Foram também implementados novos procedimentos, envolvendo a intervenção daquelas funções, designadamente nos processos relacionados com as séries e a revisão das modalidades mutualistas, entre outros.

Destaca-se, ainda, que foi desenvolvido, em 2019, todo o normativo interno relacionado com a atividade da Associação Mutualista, em particular no que se refere à admissão de candidatos a associados, subscrição e gestão de todos os tipos de modalidades disponíveis. Este normativo consagra todos os processos e procedimentos dos canais (rede de gestores e *site montepio.org*) e ainda da área de operações.

Pilar II: Racionalização e otimização das participações e do funcionamento

No que se refere às participações, prosseguiu, em 2019, a alienação de ações da CEMG/Banco Montepio a algumas instituições da economia social, que, no final do ano, perfaziam um total de 161 920 ações vendidas a 36 entidades. Tratam-se de participações de muito pouco valor monetário, mas com significado para o posicionamento estratégico do banco, como banco da economia social.

No domínio das participações são de referir, no subgrupo CEMG/Banco Montepio, a criação do Banco Empresas Montepio, a partir da reativação da licença existente do banco Montepio Investimento, SA, que se pretende posicionar na prestação de serviços especializados às empresas e, no subgrupo segurador,

a fusão da N Seguros na Lusitania-Companhia de Seguros, no final de 2019.

Tendo por base princípios de sustentabilidade do Grupo Montepio, nomeadamente, e em particular, o que se refere a matéria de eficiência operacional, foi estruturada, em 2019, a proposta de Agrupamento Complementar de Empresas – ACE de Serviços compreendendo todo o modelo operacional, de funcionamento e de governo, âmbito e estrutura.

Outro projeto relacionado com este pilar estratégico de otimização do funcionamento refere-se ao Projeto AMDesk, que tem em vista o aumento de eficiência e de produtividade e ainda a mitigação de risco operacional. Foi implementada uma solução de *workflow* de suporte à operativa de admissão de novos candidatos a associados e subscrição de modalidades, ambas com origem na jornada digital. Este projeto encontra-se já em produção, ainda que o seu âmbito não esteja totalmente alcançado. Novos desenvolvimentos estão em curso para automatização das atividades que ainda hoje requerem ação manual.

Pilar III. Vincular os associados e aumentar as receitas

Este constitui um dos principais pilares estratégicos de atuação, que, em 2019, comportou a concretização de inúmeras iniciativas, com vista a reduzir a perda associativa, vincular os atuais associados e promover o crescimento da base associativa e das receitas.

A atuação passou pela dinâmica da rede de gestores mutualistas, que desenvolveram ações de contacto com os associados inativos, com quotas em atraso, em risco de saída pela baixa vinculação ou com modalidades em vencimento, por via telefónica, por SMS, ou por *e-mail*, pelas campanhas de comunicação e de *marketing*, lançamento de *kits* de poupança e de admissão associativa e realização de atividades/experiências com condições diferenciadas para associados.

Destaca-se, ainda, a importância da disponibilização de modalidades mutualistas aos balcões da CEMG/Banco Montepio e a disponibilização de séries de modalidades de poupança para subscrição *on-line*.

Pilar IV. Desenvolver a proposta de valor e a oferta mutualista

Neste domínio, incluem-se as medidas relativas ao ajustamento e desenvolvimento das modalidades que visam a satisfação de necessidades emergentes de proteção social, de saúde e outras, incluindo equipamentos sociais que cumpram os fins mutualistas.

O ajustamento das características das atuais modalidades às condições de mercado e a criação de novas modalidades envolvem alterações do Regulamento de Benefícios, que têm vindo a ser estudadas, mas, estão dependentes da entrada em vigor dos novos Estatutos.

A nível da oferta complementar de benefícios, iniciou-se uma reestruturação do programa de benefícios e definiu-se o Programa Vantagens, envolvendo a renegociação das condições das parcerias atuais e o desenvolvimento de novas parcerias.

Para satisfazer as necessidades de equipamentos sociais e serviços de saúde com eles relacionados, o MGAM prosseguiu os investimentos na construção de residências sénior e de cuidados continuados, tendo concluído a residência de Lisboa - Entrecampos em 2019, já entregue à gestão da entidade especializada do Grupo – Residências Montepio, SA, e adquiriu um novo imóvel em Abergaria-a-Velha para esse efeito, que se encontra em preparação, para abertura em 2020.

Neste pilar estratégico encontram-se também previstos os apoios à ação da Fundação Montepio, como entidade agregadora dos apoios de natureza social e o desenvolvimento da política e ações de responsabilidade social e de sustentabilidade, de que se dá conta em capítulo próprio.

Pilar V. Potenciar e diversificar os canais de relação associativa

O desenvolvimento dos diferentes canais de relação com os associados, contribuindo para uma relação associativa mais próxima, abrangente e orientada ao perfil de cada Associado, é um desígnio estratégico fundamental.

A par dos principais canais de relação que são os gestores mutualistas e os balcões da CEMG/Banco Montepio, foi criado um centro de contactos e um núcleo de gestão de relação associativa, a nível do órgão de comunicação e *marketing*. Foram ainda desenvolvidos trabalhos relativos ao estabelecimento de uma rede de mediadores mutualistas, que se espera concretizar em breve.

A formação dos diversos intervenientes nas relações com os associados, particularmente dos gestores mutualistas, tem sido uma preocupação constante, sendo ministrada formação de acolhimento e preparados documentos e suportes específicos de apoio ao trabalho de contacto.

Pilar VI. Aprofundar a transformação digital do MGAM

Este pilar estratégico refere-se à digitalização transversal dos principais processos associativos, ao desenvolvimento de novas áreas de relação digital com os associados, à automação e desmaterialização e ao reforço da capacitação tecnológica do MGAM.

Em 2019, foi concretizada a digitalização da jornada de subscrição de modalidades de poupança e foram desenvolvidos os trabalhos para a implementação da jornada digital de admissão de associados em *montepio.org*, ajustada ao Associado cliente da CEMG/Banco Montepio e ao Associado cliente de outra entidade financeira.

Os principais projetos de desenvolvimento tecnológico em curso são os seguintes:

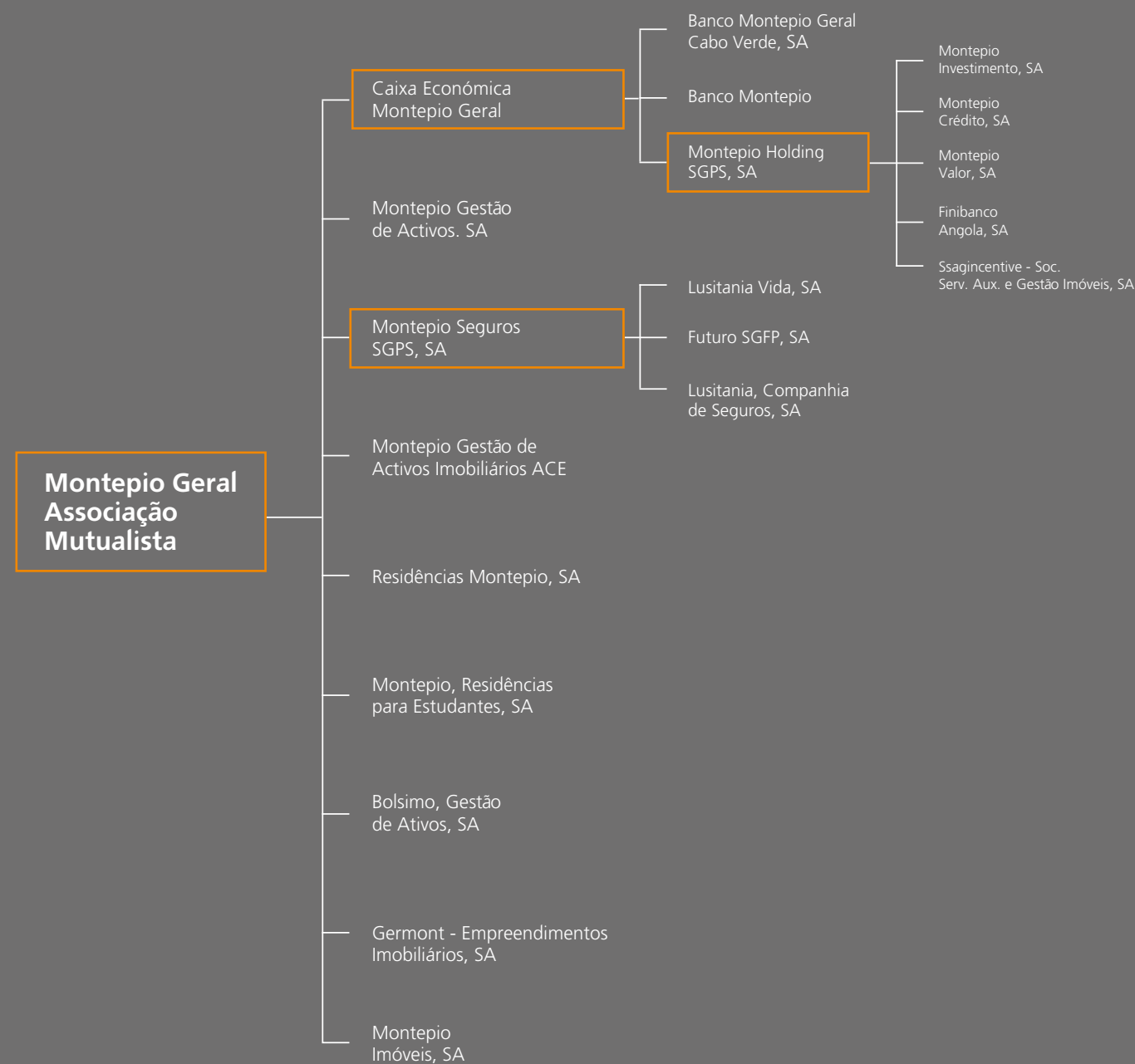
Projeto BI (*Business Intelligence*) – Trata-se de um projeto iniciado no ano transato, mas com perspetiva de continuidade, dado o objetivo de dotar as diversas áreas da Associação Mutualista da informação de gestão necessária e basilar ao cumprimento das suas funções e obrigações. Assim, as diversas áreas de suporte à atividade, para além da própria rede de gestores mutualistas, passam a estar dotadas de *datamarts* específicos para os fins que lhe são inerentes.

Projeto AM360° - Continuação do desenvolvimento e disponibilização de funcionalidades na aplicação de suporte à atividade de acompanhamento dos Associados (AM360°), por força da segregação de plataformas da CEMG/Banco Montepio, e dado o princípio de que essa segregação deveria salvaguardar o pleno serviço ao Associado, sem perda de qualidade e capacidade de resposta.

Projeto MyMontepio – Desenvolvimento da plataforma *web*, na qual o Associado uma vez inscrito, poderá aceder a toda a informação da sua atividade associativa. Encontram-se, também, em desenvolvimento as soluções *App* (iOS e Android) com o mesmo intuito.

Grupo Montepio

O grupo de entidades nas quais o MGAM detém a maioria do capital e o controlo da respetiva gestão e que desempenham um papel estratégico para a concretização da sua missão e finalidades, são as que se apresentam no organograma seguinte.



Desempenho das principais empresas do Grupo Montepio

Setor Bancário – Caixa Económica Montepio Geral/Banco Montepio, SA



Banco Montepio

A CEMG, com a denominação comercial de Banco Montepio (BM), é a principal participada estratégica, tendo sido criada pelo MGAM em 1844, como caixa económica anexa. Após 171 anos como caixa anexa, a CEMG/BM foi autonomizada em 2015, por força do Decreto Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro – novo regime jurídico das caixas económicas, e, em 2018, foi transformada em sociedade anónima. O MGAM é a entidade titular e detém praticamente a totalidade do capital e o controlo da CEMG/BM, com uma participação de 99,9933%, sendo os restantes 0,0067% detidos por um conjunto de 36 entidades da economia social.

Por sua vez, a CEMG/BM detém um conjunto de entidades, nas quais participa, direta ou indiretamente, maioritariamente no capital e tem o controlo da respetiva gestão, consolidando, por isso, essas entidades nas suas contas, que são as seguintes: Banco Montepio Cabo Verde e Montepio Holding que, por sua vez, detém o Montepio Investimento (com a designação comercial de Banco de Empresas Montepio – BEM), Montepio Crédito, Montepio Valor, Finibanco Angola e a SSAGINCENTIVE.

Como se encontra descrito na sua carta de missão, a CEMG/BM desempenha um papel estratégico fundamental no seio do Grupo Montepio, como entidade estratégica instrumental para a sua casa mãe, designadamente na colocação das modalidades mutualistas e da restante oferta de produtos e serviços das entidades do grupo, na criação de vias comuns para a obtenção de sinergias e na geração de valor em prol dos fins mutualistas.

Em 2019, a atividade da CEMG/BM e do seu grupo de empresas desenvolveu-se num contexto de crescimento económico e redução do desemprego, mas, também, de grandes desafios, destacando-se a manutenção de taxas de juro de referência negativas e o baixo nível de poupança, acrescidas exigências regulatórias, uma evolução tecnológica a um ritmo sem precedentes e um contexto competitivo em mudança, com novos *players* de base tecnológica.

Em resposta a estes desafios, a CEMG/BM prosseguiu, em 2019, a implementação do seu plano de transformação, que prevê a execução de 12 iniciativas estratégicas, nos próximos três anos, orientadas para a dinamização do negócio, para o fortalecimento do balanço, para a organização e para a inovação tecnológica, com o foco na qualidade de serviço ao cliente. O ano de 2019 foi o período mais exigente da execução do plano, com reflexo na forma como a atividade se desenvolveu nos primeiros nove meses do ano.

O balanço consolidado da CEMG/BM, que, em setembro de 2019, ascendeu a 18 713 milhões de euros, registou um crescimento, face a dezembro de 2018, de 1,9%.

O crédito a clientes líquido reduziu 4,8%, face ao final de dezembro de 2018, para 11 546 milhões de euros, por via da venda de uma carteira de NPE (*Non-performing Exposures* ou Ativos não produtivos) no montante de 268 milhões de euros e, ainda, pelos *write-offs* (créditos abatidos ao ativo) realizados nos primeiros nove meses do ano, no montante de 108 milhões de euros.

Os depósitos de clientes têm refletido estabilidade, atingiram um saldo de 12 574 milhões de euros, em setembro 2019, ao nível do saldo registado em dezembro de 2018 (12 575 milhões de euros) e os recursos obtidos junto do Banco Central Europeu, de 1 391 milhões de euros, em linha com o valor relevado em 31 dezembro 2018, representam uma redução de 154 milhões de euros face a setembro de 2018.

A CEMG/BM registou uma posição de liquidez confortável, com um rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio* ou rácio de cobertura de liquidez) de 183,3%, em 30 de setembro 2019, bem acima do requisito mínimo regulamentar de 100%.

O rácio de NPE apresentou uma evolução positiva, passando de 14,4%, em dezembro de 2018, para 12,5%, em setembro de 2019, com uma cobertura por imparidade de 48%, à data.

O custo do risco, de 0,78%, em setembro de 2019, compara com 0,63% obtido no período homólogo de 2018.

Os rácios de capital *Common Equity Tier 1* (CET 1, *phasing-in*) e de capital total (*phasing-in*) subiram para 13,8% e 15,3%, respetivamente, encontrando-se, em setembro de 2019, acima dos níveis prudenciais exigidos pelo Banco de Portugal no âmbito do pilar 2 de Basileia (nos termos do SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process*). A melhoria verificada ao nível dos rácios de capital, incorpora os efeitos positivos do reforço dos fundos próprios de nível 2, refletindo a emissão de 100 milhões de euros de dívida subordinada, no primeiro semestre de 2019, a diminuição dos ativos ponderados pelo risco, de 421 milhões de euros face a dezembro de 2018, e a geração orgânica de capital.

O resultado líquido consolidado, no final dos primeiros nove meses do ano de 2019, ascendeu a 17,7 milhões de euros, que compara com o resultado de 22,4 milhões de euros no final do período homólogo do ano anterior.

Para a evolução dos resultados concorreram, essencialmente, os impactos positivos resultantes do aumento do produto bancário (superior em 28,7 milhões de euros, face a setembro de 2018) e da redução dos custos operacionais (em 10,3 milhões de euros, face ao mesmo período) e os impactos

negativos decorrentes do menor contributo dos resultados do Finibanco Angola (-11,3 milhões de euros, face a setembro de 2018), do efeito desfavorável da componente fiscal em relação ao período homólogo de 2018 (+27 milhões de euros em impostos), bem como do aumento da dotação para imparidades e provisões (superior, em 8,1 milhões de euros, ao montante registado em setembro de 2018).

Setor segurador e fundos de pensões

De acordo com a informação provisória publicada pela ASF, reportada a 2019, o volume da produção de seguros em Portugal fixou-se em 12,2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 5,8%, face ao valor registado em 2018. O ramo vida decresceu 13,9%, ao longo de 2019, atingindo 6,9 mil milhões de euros, no final do ano. Em 2019, todas as componentes deste ramo (seguros vida, seguros ligados a fundos de investimento e operações de capitalização) apresentaram uma evolução desfavorável, face a 2018.

O ramo não vida teve uma produção de 5,2 mil milhões de euros, o que representa um aumento, face a 2018, de 8,0%, com crescimentos expressivos nos ramos de acidentes de trabalho (11,8%), doença (8,7%) e automóvel (7,0%).

No final de 2019 os montantes sob gestão dos fundos de pensões ascenderam a 21,8 mil milhões de euros, representando um expressivo acréscimo, de 12,1%, face ao ano anterior.

O Montepio Seguros, SGPS é a *holding* que agrega as entidades dedicadas à atividade seguradora e de fundos de pensões do Grupo Montepio, detendo, no final de 2019, a maioria do capital da Lusitania, Companhia de Seguros, que opera no ramo não vida, da Lusitania Vida, entidade dedicada ao ramo vida e da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. O MGAM detém uma participação de domínio, de 89,55%, no capital social da Montepio Seguros, SGPS, a qual representa a segunda maior entidade participada do grupo.

Seguros não vida – Lusitania, Companhia de Seguros, SA



No ano de 2019, na sequência da evolução desfavorável da situação financeira da N Seguros nos últimos anos, o Montepio Seguros, SGPS, na qualidade de acionista único da N Seguros, decidiu a sua fusão, por incorporação dos ativos e passivos desta entidade, na Lusitania, Companhia de Seguros. Esta alteração na estrutura das operações detidas pelo Montepio Seguros permite-lhe a otimização dos fundos próprios ao nível das suas participações.

A integração da N Seguros na Lusitania permite, também, a redução de custos, designadamente de estrutura, concentrando numa única entidade o desenvolvimento da atividade seguradora dos ramos não vida, bem como a obtenção de sinergias ao nível da integração contabilística.

Por efeito da referida fusão, todos os direitos e obrigações da N Seguros foram transferidos para a Lusitania, tendo-se extinguido, com efeitos reportados à data de 31 de dezembro de 2019, a sociedade N Seguros.

A partir de 1 de janeiro de 2020, a Lusitania passou a ser uma companhia a operar com duas marcas, em segmentos distintos e com uma capacidade reforçada em meios e pessoas.

A marca N Seguros manter-se-á devido ao seu valor e ao potencial de negócio. A estratégia digital e a construção da jornada do cliente constituem vetores de desenvolvimento desta unidade de negócios e continuarão a orientar a sua atividade.

Em resultado do processo de fusão por integração da N Seguros na Lusitania, a produção combinada de seguro direto das duas empresas regista um crescimento de 3,8%, correspondendo a um volume de prémios de 223,6 milhões de euros.

A Lusitania, no final de 2019, após a fusão com a N Seguros, representava 4,4% do mercado segurador não vida.

Considerando a consolidação do montante de sinistros das duas empresas, os custos, no montante de 146,5 milhões de euros, reduziram 3,4%, correspondendo a 5,1 milhões de euros. A taxa de sinistralidade fixou-se em 66,6% (70,3% em 2018, em base comparável).

Em resultado, em especial, da operação de reforço de fundos próprios de 30 milhões de euros de outros instrumentos de capital e do aumento da reserva de reavaliação, por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros, os capitais próprios da Lusitania, no final de 2019, cifraram-se em 80,8 milhões de euros, incluindo o resultado, também provisório, de 176 mil euros.

Seguros vida – Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

No ramo de seguros vida opera a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e Planos Poupança Reforma - PPR.



A Lusitania Vida complementa a oferta de seguros do grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária, nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania, Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

No ano de 2019, a produção de seguro direto da Lusitania Vida registou um crescimento de 22,4%, consolidando a tendência já observada no ano anterior, atingindo o valor de 244,2 milhões de euros. Com esta evolução, a Lusitania Vida aumentou a sua quota de mercado, passando de 2,4%, em 2018, para 3,4%, no final do ano.

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro, cifraram-se em 29,8 milhões de euro, em 2019, uma variação de +0,7% relativamente ao valor do ano anterior.

A Lusitania Vida obteve um resultado líquido do exercício de 4,6 milhões de euros, em 2019 (valor provisório), que compara com 5,2 milhões de euros, em 2018.

Fundos de Pensões – Futuro, SGFP, SA



A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de fundos de pensões dirigidos a particulares e empresas.

No final de 2019, a Futuro detinha uma carteira de ativos sob gestão que ascendia a 1 723 milhões de euros, valor que compara com 1 566 milhões de euros no final de 2018, e a que corresponde um acréscimo de 9,1%.

A quota de mercado da Futuro, no mercado de fundos de pensões português, era de 8%, em dezembro de 2019, mantendo o valor observado no ano anterior.

Em 2019, o valor dos serviços prestados fixou-se em 7,8 milhões de euros (7,5 milhões de euros em 2018) e o resultado líquido (provisório) ascendeu a 2,7 milhões de euros, valor que compara com 0,8 milhões de euros registado no exercício de 2018.

Gestão de ativos – Montepio Gestão de Activos, SA



O Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA (MGA) é a entidade do Grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

O total de ativos sob gestão registou (comparativamente com o valor do final de 2018), um crescimento de 12,0%, atingindo 1 704 milhões de euros em 2019. Para este desempenho contribuíram, positivamente, o segmento dos ativos sob gestão em fundos de investimento mobiliário, com 189 milhões de euros (+36,9% face a 2018) e o segmento dos ativos sob gestão em gestão de carteiras, que, com 1 515 milhões de euros geridos, apresentou um crescimento de 9,5% face ao valor observado em 2018.

O crescimento dos ativos sob gestão em fundos de investimento (+36,9%) compara favoravelmente com o desempenho do mercado (+15,8%), o que permitiu um ganho de quota de mercado de 0,22 p.p., a qual se situou, no final de 2019, em 1,46%. O MGA mantém o 6.º lugar no *ranking* das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário (dados da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios), num mercado em que as quatro maiores entidades representam mais de 90% do mercado.

A redução ocorrida nas comissões cobradas, de 10,9%, conjugada com um acréscimo dos custos, em 1,5%, conduziu a um resultado líquido negativo de 206 mil euros, muito influenciado pelos investimentos em soluções de digitalização para relação com clientes, que não produzem imediato retorno.

Gestão de residências sénior e serviços de saúde – Residências Montepio, SA

A Residências Montepio (RM) presta serviços de qualidade certificada e ocupa a primeira posição no mercado de residências sénior privadas em Portugal, tendo reforçado a sua posição em 2019, com a entrada em funcionamento de uma nova residência em Lisboa – Entrecampos.

A RM finalizou o ano de 2019 com sete residências em pleno funcionamento, situadas no Porto, Vila Nova de



Gaia, Coimbra, Parede I, Parede II, Montijo e Lisboa - Parque das Nações e o início da operação da nova residência de Lisboa - Entrecampos, que entrará em pleno funcionamento no corrente ano de 2020. Ainda em 2019, iniciaram-se os trabalhos de preparação de uma nova residência na zona centro do país, em Albergaria-a-Velha, com abertura prevista para abril de 2020.

A RM dispunha no final de 2019 de um total de 977 camas, das quais 540 camas de residências privadas e 437 camas de Cuidados Continuados. Ao longo de 2019, as residências mantiveram taxas de ocupação elevadas, com um nível médio de 95%. Esta evolução traduz as necessidades existentes deste tipo de equipamentos sociais e da prestação dos respetivos serviços à população, tendo-se refletido na evolução favorável do volume de negócios em serviços prestados.

A RM dispõe de um quadro de 494 trabalhadores e contratualiza diversos serviços profissionais especializados, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros, que, em conjunto, totalizavam 574 colaboradores no final de 2019.

Em 2019, o volume de negócios da RM, traduzido nos proveitos totais, manteve a trajetória de crescimento, com uma taxa de 4%, que traduziu um montante de 22,6 milhões de euros, por comparação com 21,8 milhões de euros, em 2018. Para esta evolução contribuíram os elevados níveis de ocupação das residências, que traduziram acréscimos de rendimentos com as residências assistidas e com os serviços de cuidados continuados, bem como os rendimentos crescentes com os serviços de assistência domiciliária.

Os gastos de funcionamento (sem amortizações e encargos financeiros) registaram um aumento de 6%, em 2019, traduzindo os custos com as despesas de instalação da nova residência de Lisboa - Entrecampos, não obstante o impacto favorável das diversas medidas de racionalização e otimização da gestão dos recursos, que têm vindo a ser implementadas desde 2018.

O EBITDA (resultados brutos antes de amortizações, gastos de financiamento e impostos) atingiu um valor de 428 mil euros, permitindo registar um resultado líquido de 53 mil euros em 2019. Refira-se que o resultado líquido da RM foi negativamente afetado, em 2019, pelo facto do início da atividade da residência de Entrecampos ter sofrido um atraso, de cerca de 2 meses, implicando o registo de gastos sem a correspondente contrapartida em receitas nesse ano.

Gestão de residências para estudantes – – Montepio Residências para Estudantes, SA

Orientada para suprir as necessidades de residência dos estudantes deslocados, a Montepio U Live - Residências para Estudantes disponibiliza alojamento universitário de qualidade, no centro das grandes cidades, a preços moderados.



O exercício de 2019 ficou marcado como sendo o ano em que a sociedade Montepio Residências para Estudantes (MRE) assumiu a gestão direta das residências de Lisboa e inaugurou a segunda residência em Évora, junto às muralhas da cidade.

Atualmente, vivem nas Residências Montepio U Live cerca de 160 estudantes universitários de diversas nacionalidades, maioritariamente portugueses oriundos de várias zonas do país.

Com uma taxa de ocupação regular de 100% nas residências de Lisboa e Évora, a MRE está a reforçar a sua oferta, prevendo que a residência do Porto, na Rua Júlio Dinis, seja inaugurada em setembro de 2020 e as residências de Braga, na Avenida Júlio Fragata, e de Lisboa, na Praça João do Rio, sejam inauguradas no início do ano letivo seguinte.

Tendo em vista a promoção da oferta da Montepio U Live – Residências para Estudantes, foi assegurada presença, de 3

a 6 de abril, na exposição Futurália, realizada na Fil, em Lisboa, evento que acolheu a visita de mais de 80 mil participantes.

Inserida num setor de atividade em que o ritmo anual é pautado por anos letivos, o volume de negócios de 2019, a rondar os 625 mil euros, inclui oito meses de gestão indireta, relativos ao ano letivo 2018 / 2019, e quatro meses de gestão direta das cinco residências em funcionamento no ano letivo em curso. Os resultados líquidos do exercício, de 87 mil euros, contribuirão para autofinanciar a aquisição de mobiliário e equipamento de futuras residências.

Responsabilidade Social

O MGAM manteve, ao longo de 2019, uma atuação dinâmica na área da responsabilidade social, interna e externa, em estreita parceria e colaboração com as entidades do Grupo Montepio e outras organizações da economia social, entidades públicas, privadas e comunidade em geral.

A Associação Mutualista dispõe de um Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio e de uma estrutura dedicada a este domínio - Gabinete de Responsabilidade Social, que trabalha na coordenação do Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio e no apoio a iniciativas de responsabilidade social externa, como sejam os programas de capacitação para benefício de organizações da economia social, ou os projetos promotores da inclusão social da Fundação Montepio ou apoiados por esta.

Voluntariado Montepio

O Programa de Voluntariado Corporativo é uma das bandeiras mais emblemáticas da responsabilidade social do Grupo Montepio. Procura abranger todos os colaboradores e reformados do Grupo e estende a sua atuação por todo o país e regiões autónomas. Todas as ações desenvolvidas estão alinhadas com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e atua nas áreas social, ambiental, proteção animal e cultural, com projetos próprios como o PIS (Projeto de Intervenção Social), os Jantares Comunitários e os Pequenos Arranjos, entre outros, trabalhando na comunidade para servir as pessoas das comunidades.



Em outubro teve lugar a 1.ª Edição do Voluntariado em Família, que contou com cerca de 100 colaboradores do Grupo Montepio e respetivas famílias.

Em 2019, o Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio conquistou o Troféu da 2.ª edição do Prémio Elza Chambel, promovido pelo GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio para a Cidadania Empresarial.

De referir a realização da 7.ª edição do Dia do Voluntariado do Grupo Montepio, que passou a ser “Mês de maio, mês de voluntariado do Grupo Montepio” e que abrangeu, em simultâneo, 32 PIS- Programas de Intervenção Social, e contou com 631 voluntários no terreno e mais cerca de três centenas de pessoas externas, nomeadamente técnicos e clientes das entidades beneficiadas.

Em 2019, o Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio foi enriquecido com um novo “olhar” quanto à forma de atuar, transformar e assegurar intervenção nas dimensões da gestão e avaliação ativa; alinhamento a políticas públicas; visão *multistakeholder*; alinhamento aos negócios e desenvolvimento local e global. Esta nova conceção de voluntariado corporativo afirmou uma lógica mais alargada e transversal de atuação, garantindo maior abrangência e estrutura de recursos e pessoas, extensiva às principais entidades que constituem o Grupo Montepio, mas também a procura de novos grupos alvo, que são, também, a base de sustentabilidade do próprio Grupo, neste caso específico as famílias dos colaboradores e os associados.

Apoios a programas de capacitação da economia social



O MGAM associou-se, em maio de 2016, à iniciativa conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação PT e CASES às quais se juntou o consórcio operacional constituído pelo IES-SBS, TESE, *Stone Soup Consulting* e *Call to Action* para a criação da GEOfundos. Trata-se de uma plataforma *online*, única e inovadora, que permite um acesso simples, rápido e adaptado a oportunidades de financiamento e ferramentas de capacitação à Economia Social.



O programa de parceria estabelecido com o Comunicatorium, no âmbito da capacitação, iniciado em finais de 2016, visa o desenvolvimento de um processo de formação específica no domínio da comunicação, através do acesso à plataforma Comunicatorium.

Esta plataforma tecnológica vem dar uma resposta inovadora às necessidades das organizações, ajudando-as na construção de uma estratégia de comunicação e no tratamento da informação de uma forma estruturada e sistemática, que apoia a divulgação e comunicação das instituições, permitindo angariar mais associados, investidores e clientes.

A Santa Casa da Misericórdia da Amadora, a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, a Associação Alzheimer Portugal e a Incluir – Associação para a Inclusão do Cidadão com Necessidades Educativas Especiais, Maria do Carmo Silva Melancia, foram as quatro instituições que, em 2019, beneficiaram deste programa de capacitação.

Na área da capacitação e em parceria com a TURNAROUND Social, está a decorrer a 3.ª edição do Programa Criar Valor-ES, iniciada em 23 de maio de 2019, em que foram abrangidas oito IPSS, validadas pelas UDIPSS de Vila Real e de Bragança. O objetivo deste programa é a adequação de competências de liderança, comunicação, inovação e *marketing*, a partir de uma abordagem integral da organização, na análise de contexto interno e externo, que identifique linhas de desenvolvimento e indicadores que dinamizem e balizem o processo de sustentabilidade e criação de valor partilhado nas organizações da economia social. O ciclo de capacitação decorre num período de nove meses, com uma fase inicial de 3 / 4 meses para definição de plano de melhoria, uma fase intermédia de cerca de seis meses para implementação e um momento final de avaliação de resultados.

Foram as seguintes, as instituições capacitadas em 2019: Centro Social Nossa Senhora do Extremo (Vila Pouca de Aguiar), Centro Social e Paroquial da Campeã (Vila Real), Centro Social e Paroquial de S. Miguel do Lobrigos (Santa Marta de Penaguião), Fundação Asilo Luís Vicente (Santa Marta de Penaguião), Associação 2000 de Apoio ao desenvolvimento - A2000 (Santa Marta de Penaguião), Associação de S. Tiago de Vila Chã (Alijó), Casa do Povo de Vilarandelo (Valpaços), Centro Social e Paroquial de S. Tomé do Castelo (Vila Real).

No âmbito do protocolo celebrado, em 2015, com a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ), que tem por objetivo o financiamento de um Programa de Certificação da Qualidade - Sistema de Gestão da Qualidade, baseado no Modelo de Certificação EQUASS *Assurance*, cuja formação, diagnóstico, consultoria e certificação decorre



durante um período de 18 meses, a Fundação Montepio promoveu uma renovação da certificação deste modelo a uma IPSS em 2019.

A Associação Vale de Acór, entidade selecionada para a 3.ª edição deste Programa, concluiu, com sucesso, este esquema europeu de certificação, em dezembro de 2019.



O MGAM tem vindo a apoiar o Programa Impacto Social com o objetivo de capacitar as organizações da economia social para a medição e demonstração do impacto social das suas intervenções, com o recurso à metodologia SROI (*Social Return on Investment*). Este programa é desenvolvido em parceria com a Fundação Montepio, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e a *4Change*.

A atividade principal deste programa é a Prototipagem em Avaliação de Impacto, que se inicia com um ciclo de *webinars*, aberto a qualquer entidade da economia social, dedicados ao tema avaliação de impacto. Cada *Webinar* finaliza com uma série de desafios, cujas respostas são pontuadas. As entidades com melhor pontuação transitam para uma fase de capacitação intensiva durante três meses, com o objetivo da prototipagem da análise de impacto dos seus projetos, sempre com o acompanhamento de mentores e suportado por manuais, vídeos e *workshops*.

Em 2019, foram beneficiadas com uma capacitação intensiva as seguintes organizações: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento e Inclusão Social, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Fundação Ronald MacDonald, Fundação AML, ARIA – Associação de Reabilitação e Integração Ajuda, Centro Social de Paramos, Grupo de Ação Social do Porto – GAS Porto, Centro Social Paroquial de Ribeirão, Câmara Municipal de Torres Vedras, e Associação R.C. e Social de Silveirinhos.

Em 2019, foi dada continuidade ao financiamento do Prémio de Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social, promovido pela APEE – Associação Portuguesa

de Ética Empresarial, que tem como objetivo distinguir organizações pelas suas boas práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. Nesta 5.ª edição, a Associação Mutualista Montepio apoiou a participação de três organizações da economia social: Associação ACEESA, Biovilla e Ordem dos Cidadãos.



Fundação Montepio

O MGAM tem vindo a disponibilizar anualmente, como aprovado pela Assembleia Geral, um milhão de euros à Fundação Montepio para cumprir os seus fins estatutários, de promoção à inovação social, e de apoio a outras entidades sem fins lucrativos.



Em 2019, a Fundação Montepio, cumprindo o seu programa de atividades, deu continuidade aos seguintes projetos de financiamento e apoio: projeto Frota Solidária, programa FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social e Prémio Voluntariado Jovem.

O projeto Frota Solidária viu assim concretizada a sua 12.ª edição e permitiu atribuir, em 2019, mais 20 viaturas adaptadas a igual número de Instituições Particulares de Solidariedade Social.



Realizou-se também a 3.ª edição do programa FACES, que permitiu financiar 15 projetos apresentados por organizações da economia social e cujos objetivos são: promover a empregabilidade das pessoas com deficiência, promover a

autonomização ou regresso à família de crianças e jovens em situações de risco e promover respostas inclusivas para famílias vulneráveis e pessoas sem abrigo.

O Prémio Voluntariado Jovem pretendeu, em 2019, potenciar o trabalho entre entidades públicas, privadas e sociedade civil, incentivando o encontro, a participação e a partilha de boas práticas, entre jovens e entidades de vários pontos do país sob o mote “Olhar, Refletir, Planear e Agir”, tendo beneficiado seis organizações que estiveram diretamente envolvidas no mesmo.

A Fundação Montepio manteve ainda o apoio a alguns projetos, em parceria, como é o caso da Mobilidade Positiva, do CRIDEM, do projeto Cuidar Melhor e do Prémio APAV Investigação.

Aliança ODS Portugal



A Fundação Montepio, enquanto representante do Grupo Montepio, tornou-se membro da Aliança ODS Portugal em 17 de dezembro de 2015.

A Aliança para os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) é uma iniciativa da *Global Compact Network Portugal*, rede portuguesa do *United Nations Global Compact*, que reúne entidades que se comprometem a trabalhar para a realização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015. Atualmente fazem parte desta Aliança cerca de 160 entidades de todos os setores, múltiplos representantes de empresas e profissionais e, ainda, diversas academias.

No contexto desta rede, realizaram-se vários encontros ao longo do ano para debater os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com particular destaque para a Semana da Responsabilidade Social, que integrou uma Conferência na qual se efetuou esta abordagem ao nível da Península Ibérica.

Em dezembro de 2019, o MGAM subscreveu a Carta Anticorrupção e com esta assinatura comprometeu-se no combate à corrupção, que é uma das grandes prioridades da Agenda 2030 das Nações Unidas e está expressamente identificado no ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes e no 10.º Princípio do *Global Compact* das Nações Unidas – “As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno”.

Relatório de Sustentabilidade

Em 2019, o Grupo Montepio produziu o seu quinto Relatório de Sustentabilidade, relativo à atividade não financeira desenvolvida em 2018. Este relatório abrangeu, para além da Associação Mutualista Montepio, a CEMG/BM e a Fundação Montepio, que iniciaram o reporte de sustentabilidade em 2014, a Lusitania Companhia de Seguros, SA, a Lusitania Vida, SA, a Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, a Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA e a Residências Montepio – Serviços de Saúde, SA.



O Relatório de Sustentabilidade de 2018, à semelhança dos anteriores, foi redigido de acordo com o referencial do *Global Reporting Initiative – GRI Standards*, e foi sujeito a certificação independente.

O alinhamento entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia de Sustentabilidade do Grupo foi até ao nível das metas, com indicação das atividades mais relevantes para a Associação Mutualista, a Fundação, a CEMG/BM e a Lusitania – Companhia de Seguros, SA.

Cooperação e Difusão do Mutualismo

Panorama evolutivo do setor mutualista em Portugal

Ao longo dos últimos 10 anos (entre 2008 e 2017) assistiu-se a um ligeiro crescimento do número de associados mutualistas, que passaram de 1 015 mil, em 2008, para 1 122 mil, em 2017 (INE - Inquérito às associações de socorros mútuos).

Nesse período, verificou-se um aumento do peso dos associados do Montepio Geral Associação Mutualista no universo mutualista, o qual passou de 42,5%, em 2008 (431 596 associados), para 55,7%, em 2017 (625 419 associados), enquanto as restantes associações mutualistas reduziam a sua expressão.

2018

45%
Outras AM: 497 393 Associados



55%
MGAM: 612 607 Associados

Tendo em conta os dados da Conta Satélite da Economia Social, o registo de constituição e extinção de mutualidades, em 2017 e 2018, e os dados das mutualidades, obtidos juntos da APM - RedeMut, existiam no final de 2018, 96 mutualidades (associações mutualistas) em Portugal, com cerca de 1 110 mil associados.

Estima-se que este valor deva ter baixado, no final de 2019, para cerca de 1 100 mil, tendo em conta a evolução registada na Associação Mutualista Montepio.

No final de 2018, a Associação Portuguesa de Mutualidades (APM) agregava 24 mutualidades que representavam mais de 770 mil associados e a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) incluía 55 mutualidades com cerca de 380 mil associados. Sublinhe-se que existiam duas mutualidades que estavam em ambas as uniões, com cerca de 50 mil associados.

Do total das 96 mutualidades, 91 eram do primeiro grau e 5 de grau superior (duas uniões representativas, Ligas do Porto e de Gaia e Mutuália).

Mais de metade das mutualidades estava sediada nos distritos do Porto e de Lisboa. A grande maioria das mutualidades de primeiro grau tinha âmbito municipal ou regional, havendo quatro mutualidades com âmbito nacional, todas filiadas na APM (Montepio Geral Associação Mutualista, Montepio Nacional da Farmácia, ASM, Casa da Imprensa e Associação Mutualista dos Engenheiros).

Nos dados da Conta Satélite da Economia Social, publicada pelo INE em 2019, mas referentes a 2016, verifica-se que o setor mutualista (incluindo as suas caixas económicas) contribui com 8,1% do VAB gerado pela Economia Social (388 milhões de euros num total de 4 819 milhões de euros) e representa 2,1% do emprego remunerado (4 842 empregos remunerados num total de 234 886).

Ações de cooperação e de difusão do mutualismo

Ciente do seu posicionamento nuclear e da importância do seu papel na dinâmica e desenvolvimento do setor mutualista português, o MGAM tem vindo a empreender, ao longo da sua história, diversas ações de cooperação, difusão e dinamização do setor mutualista.

Neste domínio merecem destaque os estudos relativos ao “Abandono associativo - 2018” (perfil dos associados, modalidades e motivos de saída) e ao “Retrato Associativo AMM 2018”, bem como a apresentação de dados do Pro.Mo Saúde, através dos *Posters* “Nota Metodológica” e “Diabetes”, no *stand* da APM - RedeMut, durante o I Congresso Nacional das Associações de Pessoas com Diabetes, em Mêda (12 e 13 de abril).

Para além destes estudos, são de referir as seguintes atividades:

- Coordenação editorial da página semanal “Economia Social” no Jornal de Negócios (48 páginas publicadas em 2019);
- Apoio a cursos de formação pós-graduada em Economia Social, por via dos protocolos de cooperação assinados com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) e com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto-IPP;
- Participações nos seguintes eventos - conferência internacional “*Finance et intérêt général: donner du sens*

à l'argent”, realizada em Paris em 7 de fevereiro 2019, organizada pelo CIRIEC - França; seminário em Lisboa “Novas faces do cuidar”, organizado pelos Inválidos do Comércio (4 de abril), com intervenção no painel “O Papel das IPSS” sobre “Cuidar, construir a solidariedade, promover a cidadania” e na 7.ª Conferência Internacional de Investigação em Economia Social, em Bucareste (6 a 9 de junho), organizada pelo CIRIEC, com intervenção sobre “A Economia Social e a implementação dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)”.

- Presença e participação, pelo 4.º ano consecutivo, no fórum “Portugal Economia Social”, encontro de empreendedorismo e inovação social, que teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa, ao longo de dois dias. Nestes eventos, a Associação Mutualista, a CEMG/BM e a Fundação Montepio comunicaram, de modo integrado e a partir de um mesmo espaço, a atividade desenvolvida nas áreas da economia social, empreendedorismo, intervenção social e solidariedade.

Neste capítulo, são também de referir os trabalhos de participação do MGAM em organizações relacionadas com a economia social, de que se destaca a Association Internationale de la Mutualité (AIM), com sede em Bruxelas, na qual o MGAM assume, desde 2017, uma das cinco vice-presidências, no caso a vice-presidência para os assuntos da economia social e dos valores mutualistas.

Por último, acrescenta-se que o MGAM ocupa a presidência do Conselho Fiscal do IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, que resultou da associação entre o ISCTE Instituto Universitário de Lisboa e várias outras entidades dos setores público e social.



Comunicação Associativa e da Oferta Mutualista

Comunicação e Relações associativas

O ano de 2019 ficou marcado pela contínua afirmação da Associação Mutualista Montepio, sua atividade, valores e marca.

Novas funcionalidades e novos serviços, disponibilizados aos associados a partir de plataformas digitais, tornaram a Associação ainda mais relevante na vida dos seus membros, com o *site* a assegurar um crescente e muito significativo número de visitas, a APP a registar um número crescente de instalações, o mesmo acontecendo com a página Ei – Educação, Informação no *Facebook*, e a inauguração da presença da marca na rede social *Instagram* a viabilizar comunicação e relação com novos públicos.

Proximidade, fortalecimento de laços, afirmação da identidade associativa e mutualista, veiculação de valores e revelação de projetos e vantagens, definiram a atividade realizada em 2019.

Publicações periódicas

A **Revista Montepio**, a publicação de maior tiragem a nível nacional, continuou a constituir um dos principais suportes de comunicação direta com os associados.

Gratuita, de periodicidade trimestral e com uma audiência superior a um milhão de leitores, esta publicação suporta cada edição no objetivo de noticiar e promover a vida associativa, a atividade da Associação e a diversidade de soluções e vantagens desenvolvidas e colocadas à disposição dos

associados. Complementarmente, inspira-se num jornalismo de antecipação para analisar as grandes questões, locais ou de dimensão e interesse globais, e oferecer aos associados e leitores entrevistas, reportagens e artigos de opinião que abordam os temas mais fraturantes da atualidade sob a lente da Associação Mutualista.

A Revista Montepio é também disponibilizada na *App Store* e *Google Play* e em PDF no *site montepio.org*. Em 2019 foi distinguida com o Grande Prémio APCE, na categoria Publicação Externa.



O **Jornal Montepio Jovem**, publicação trimestral de informação geral, é o principal suporte de comunicação da Associação Mutualista Montepio com os associados mais jovens (entre os 13 e os 20 anos de idade) e garantiu ao longo do ano de 2019, a partir de uma tiragem média de 59 000 exemplares, a descodificação de alguns dos temas mais complexos da atualidade, levando aos leitores os valores da Associação, além de uma visão de tendência sobre o que de melhor se faz em Portugal.

Dirigida ao público infantil (associados até aos 10 anos de idade), a **revista VOA** é o motor de dinamização e o principal cartão de visita do Clube Pelicas. Com edição trimestral e tiragem média de 41 mil exemplares, a Revista Voa acompanha os mais jovens nas suas descobertas, brincadeiras e experiências e constitui uma oportunidade de



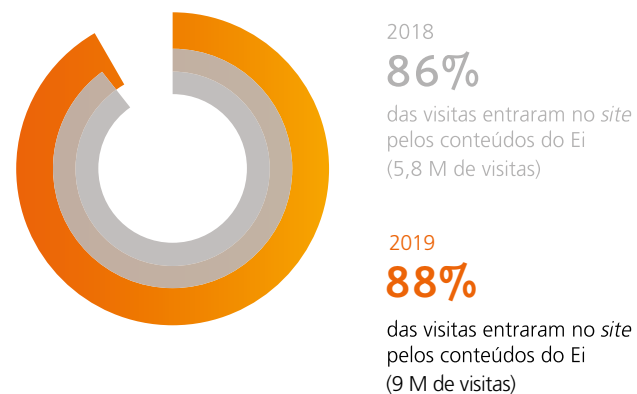
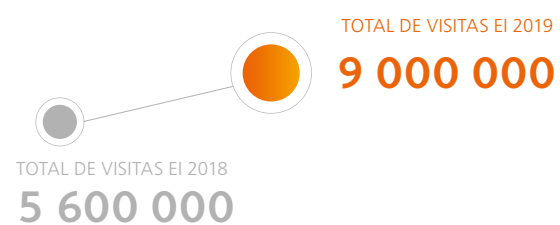
aprendizagem de novas temáticas e histórias, sempre suportadas em dinâmicas de leitura, passatempos, reportagens, jogos e sugestões culturais.

Esta publicação tem por objetivo aproximar os mais jovens dos valores do mutualismo, sustentabilidade, solidariedade, amizade e entajuda, mas também criar laços com os associados, transmitindo estes valores de forma lúdica, didática e pedagógica e desenvolvendo sentimentos de pertença. A **Revista VOA** foi distinguida, em 2019, com o Grande Prémio APCE, na Categoria Publicação Externa.

Comunicação Digital

Ei – Educação e Informação

Em 2019, a disponibilização de conteúdos e ferramentas de educação financeira registou um crescimento de 55% face a 2018, o que tornou o Ei – Educação, Informação num dos principais motores das visitas ao *site*.



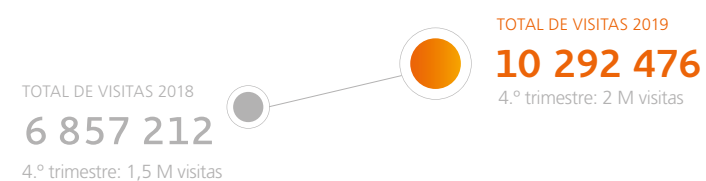
Se, em 2018, o tráfego médio se fixou nas 570 mil visitas mensais ao *site* da Associação, em 2019, garantimos um público mensal médio superior a 850 mil visitas, o que permitiu que o *site* figurasse mais de 139 milhões de vezes (número de impressões) nas pesquisas efetuadas.

Site e App

As novas funcionalidades e serviços, nomeadamente a possibilidade de subscrever ou reforçar modalidades mutualistas através de soluções tão simples quanto uma referência Multibanco (MB), garantiram um serviço 24 horas por dia, 365 dias por ano, dotaram os gestores mutualistas de um canal complementar de relação com os associados e permitiram a admissão de novos associados sem relação bancária com o Banco Montepio.



A atividade intensa promovida no *site* da Associação Mutualista Montepio, motivada pela subscrição *online* de modalidades, aquisição de presentes poupança, consulta de benefícios e inscrição em experiências, permitiu superar a meta dos 10 milhões de visitas em 2019, mais 3,4 milhões do que no ano anterior.



Em 2019, a consulta de páginas referentes às modalidades mutualistas, disponíveis em *montepio.org* para subscrição, quadruplicou. O *site* acolheu cerca de 10 400 intenções de subscrição ou reforço de modalidades, tendo o canal digital contribuído em 25% para o montante total subscrito na modalidade Montepio Capital Certo.

As séries Poupança Expresso Net (3 anos) registaram o maior volume de subscrições, representando 63% do total subscrito *online*.

A APP Montepio registou um número crescente de instalações em 2019, cifrando-se em 49 mil desde a sua disponibilização, em 2017, ou seja, mais 19 mil que em período homólogo, contando com 22 700 *users* ativos (associados com notificações ativas).

Instagram

Com o objetivo de atrair associados mais jovens, a Associação inaugurou presença, no mês de junho de 2019, na rede social Instagram.

A página @ammontepio - “Juntos, pelo melhor da vida”, serviu de *hub* de inspiração para os fãs, promovendo a Associação e permitindo à marca ganhar nova projeção, tornando-se aspiracional, envolvente e atrativa para os mais jovens, dimensões fundamentais para a renovação da base de associados.

Nos primeiros sete meses de 2019 foi possível atingir 6 milhões de utilizadores, 245 mil dos quais de forma orgânica, o que confirma o potencial desta plataforma como meio de comunicação.

Com o racional criativo assente nas pessoas e seus interesses, a página @ammontepio revela a oferta da Associação Montepio e tem em vista a captação de seguidores e novos associados, enquadrados no *target* jovem, mais dinâmico e focado no benefício das melhores experiências de vida.

Alimentada com conteúdos relevantes, esta página dá suporte à oferta promocional em curso na Associação, tendo também por objetivos gerar conhecimento de eventos e iniciativas, massificação e tráfego para o *site*.

Ao perfil @ammontepio, a Associação Mutualista associou o *hashtag* #SegueOsPelicanos, uma iniciativa dinâmica,



assente no símbolo e valores da Associação Mutualista, e que parte de um conceito único e proprietário da marca e do seu símbolo. A Instituição conquistou terreno na comunicação com os segmentos mais jovens, que passaram a seguir Os Pelicanos e a descobrir o caminho para um mundo de vantagens e experiências.

Com uma média de 4 600 gostos mensais, que confirmam a afinidade entre os fãs e o conteúdo, foram encaminhados para o *site* da Associação, de setembro a dezembro de 2019, 7 893 utilizadores provenientes desta rede social.

Patrocínios

Em 2019, prosseguiu a política de patrocínios, centrada na atribuição de benefícios aos associados, e na defesa e promoção da língua e cultura portuguesas, através de apoios relevantes a projetos artísticos nacionais, contribuindo para a divulgação de novos projetos musicais, artistas revelação e sonoridades e reforçando a ligação da marca à música, às pessoas e à partilha de emoções.

O apoio a novos projetos, mas também às *tournées*/concertos de Bruno Chaveiro, Hélder Moutinho, João Pedro Pais, Miguel Gameiro, Carlos Leitão, Custódio Castelo, Dead Combo, Banda Sinfónica Portuguesa, Diogo Piçarra, Jorge Palma, Cátia Guerreiro, Lenita Gentil, Maria Ana Bobone, Ópera Spectacular, Paulo de Carvalho e Ricardo Ribeiro foram disso exemplo.

São também merecedoras de destaque as iniciativas levadas a cabo com o objetivo de aproximar a Associação Mutualista dos associados jovens, e que foram complementadas com ações orientadas à captação de novos associados. Constituem exemplo, o Festival Montepio Às Vezes o Amor, de cobertura nacional, os festivais de verão NOS Primavera Sound (Porto), NOS Alive (Lisboa), Vodafone Paredes de Coura, Douro Rock (Peso da Régua), EDP Cool Jazz (Cascais) e Montepio Fado Cascais.

Mas a atuação da Associação Mutualista na esfera cultural não se esgotou na música, tendo sido alargada ao Teatro, com o apoio a peças como “A Pior Comédia do Mundo”, “Severa”, “Bonecas”, “Emigrantes”, “Zoom”, “Insónia” e “Chicago”, iniciativas que garantiram a atribuição de descontos exclusivos a associados.

Na resposta aos interesses e expectativas dos associados infantojuvenis, destacam-se ainda os apoios aos projetos “Rapunzel”, “Feiticeiro de Oz”, “Heidi”, “Shrek”, “Rainha da Neve”, “Corcunda de Notre Dame”, “Festival Panda” e “Panda e os Caricas”.

Estas iniciativas, orientadas aos interesses da comunidade de associados e da sociedade em geral, permitiram impactar milhões de portugueses, captar novos associados, mas também afirmar o posicionamento da Associação enquanto organização determinada a acompanhar a vida dos seus associados, com respostas complementares às necessidades de proteção e previdência, nomeadamente através da disponibilização de projetos e iniciativas nas áreas da cultura e bem-estar, de abrangência nacional e âmbito multigeracional.

Campanhas de Comunicação e Marketing

O ano de 2019 foi profícuo em iniciativas orientadas à comunicação da inovação e diversidade de atuação da Associação.

CARTÃO AMM REPSOL

Com o objetivo de estimular a utilização do Cartão AMM Repsol, afirmar os benefícios inerentes a esta oferta e aprofundar a perceção sobre as vantagens reservadas para a comunidade associativa, foi desenvolvida a campanha “Desconto sobre desconto em combustível”.



Ajustada a quantos pretendem poupar mais em combustível, esta campanha partiu do benefício para afirmar a relevância da parceria firmada com a Repsol, o valor gerado para os associados e as vantagens reservadas a quem integra a Associação Mutualista Montepio, aportando mais valor à relação associativa.

FESTIVAIS DE VERÃO | MUSICAÓLICOS – PARA QUEM NÃO VIVE SEM MÚSICA

Para comunicar a atuação da Associação na esfera cultural, foi desenvolvido o conceito “Musicaólicos, para quem não vive sem música”, que permitiu agrupar as iniciativas resultantes de apoios na esfera da música.



Assim, e em resultado da presença da Associação Montepio nos principais festivais de verão, foi desenvolvida uma nova dinâmica de ativação da marca, através da qual os fãs foram convidados a seguirem a *hashtag* #SegueOsPelicanos, a usufruírem dos desafios lançados e a integrarem a ação de “*Member get Member*” que esteve associada.

ADMISSÃO DE ASSOCIADOS E REFORÇO DA RELAÇÃO ASSOCIATIVA

Foram várias as iniciativas realizadas tendo em vista a captação de novos associados, o reforço da relação com a comunidade de membros e a veiculação de mensagens destinadas a afirmar a importância da poupança e da proteção complementar.

Destaca-se, como exemplo, a campanha realizada por ocasião do regresso às aulas - “Educar é dar asas para voar” -, que promoveu a Série Poupança Educação + (8 anos e 1 dia) veiculando uma mensagem de preparação do futuro dos mais jovens.

Realça-se ainda a dinâmica assegurada a partir do patrocínio ao Festival Panda e Festival Panda e os Caricas, alinhada com o objetivo estratégico de fidelização de associados menores e captação de novos associados, que assegurou a disponibilização de ingressos a 2 066 associados que, no período de campanha, realizaram subscrições/reforços na modalidade Poupança Complementar Jovem.

Também no âmbito Montepio Saúde foram dinamizadas iniciativas, nomeadamente uma ação preventiva na área da Medicina Dentária, implementada no último trimestre do ano, que permitiu a disponibilização, gratuita, de uma consulta de higienização oral e de uma ortopantomografia em mais de 60 clínicas, distribuídas pelo território nacional.

A oferta de *vouchers* ao universo de mais de 600 mil associados teve por objetivo promover a saúde oral, reforçar o



programa de vantagens e traduzir, numa ação, o modo como a Associação Mutualista atua no sentido do desenvolvimento e disponibilização de ofertas integradas e completas de respostas orientadas às necessidades e expectativas da comunidade de associados.

CAMPANHA POUPANÇA COMPLEMENTAR

De 14 de outubro a 26 de novembro 2019, a Associação Montepio promoveu uma ação orientada à subscrição da modalidade Poupança Complementar, destinada a atuais e novos associados, através da qual assegurou a oferta exclusiva de um cartão de combustível do parceiro Repsol, no valor de 10€.

Este estímulo à poupança resultou em 2 500 novas subscrições da modalidade, 886 das quais constituídas por novos associados.

“BLACK WEEK – A POUPANÇA QUE O LEVA ÀS COMPRAS”

De 25 de novembro a 2 de dezembro 2019, a Associação voltou a inovar, desta feita com a campanha de comunicação “BLACK WEEK – A Poupança que o leva às compras”, centrada no estímulo à poupança num período em que as marcas apelavam ao consumo.

Aos associados que responderam ao desafio lançado pela Associação Montepio, subscrever uma modalidade Expresso Net ou +Net, foi oferecido um Cartão Dá, carregado com 25 euros.



Esta ação permitiu impactar associados com uma média etária na ordem dos 38 anos de idade, dez anos inferior à média de idades dos subscritores das séries.

KITS PRESENTES - POUPANÇA

A experiência e os resultados alcançados no final de 2018 com a colocação, através do *site*, de Presentes Poupança – uma nova forma de estimular a poupança junto dos associados, potenciar a admissão de novos associados e ativar a rede de parceiros – gerou uma nova oportunidade de crescimento da atividade, suportada numa jornada digital realizada tendo por base *montepio.org*.



Inovação, rapidez e eficiência permitiram que, ao longo de 2019, se colocassem 1 800 Presentes Poupança, num forte contributo para a afirmação da marca e dos seus atributos de inovação, admissão de novos associados e subscrição e reforço de poupanças.

Programa de experiências

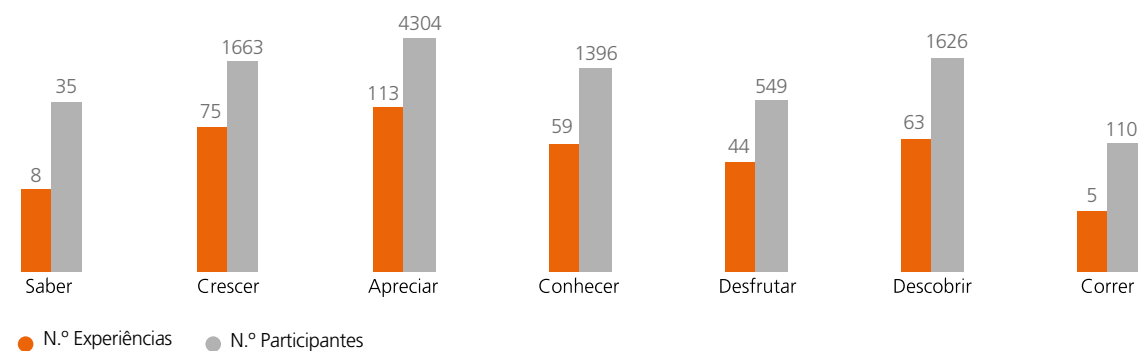
O Programa de Experiências Associação Mutualista Montepio, desenvolvido com o objetivo de apoiar o estreitamento de laços com a comunidade associativa, fomentar uma relação mais emocional com a marca, mas também dar maior visibilidade aos benefícios colocados à disposição de quantos integram a família Montepio, foi aprofundado em 2019, tendo sido garantida diversidade de iniciativas culturais, formativas, lúdicas e de bem-estar colocadas ao dispor dos associados.

O Programa AMMe, estruturado em sete categorias, reuniu, ao longo de 2019, 7 430 associados e 2 253 acompanhantes (potenciais associados), de norte a sul do país, que participaram num total de 367 experiências.

O “Caminho Português de Santiago”, “Masterclass Infantil com Cátia Goarmon”, “Jantar e Meet & Greet com os Blind Zero”, “Comboio Presidencial”, “Elite Training Camps” no Sport Lisboa e Benfica, “A Bordo do MSC Sinfonia (Madeira)”, “Jantar Real no Convento de Cristo”,



N.º de experiências e de participantes por categoria 2019



“Conhece os amigos do Panda”, “Dormir com os Tubarões”, “Glamping na Gardunha”, “Uma noite na Casa da Árvore”, “Navegue e Pernoite no Alqueva”, “Voo de Balão de ar quente”, “Escola de Magia do Harry Potter”, “Meet & Greet com os The Script”, “Chef’s on Fire”, “Caminho da Costa a Santiago”, “Santiago – Finisterra”, “Rota das Aldeias Históricas”, “Comboio Presidencial”, “Rota das Aldeias Vinhateiras”, “Sobrevoando o Alqueva”, “Domus Geodésicos na Serra da Gardunha”, “Lisbon Under Star”, “São Martinho na Ermelinda Freitas”, são apenas algumas das iniciativas que garantiram o sucesso deste projeto.



Clube Pelicas

Em 2019 foram muitas as iniciativas dedicadas às crianças associadas e suas famílias no âmbito do Clube Pelicas, sempre com o objetivo de disseminar os valores do mutualismo - igualdade, respeito pelo próximo, não discriminação e solidariedade.

A promoção de atividades em áreas de interesse dos mais jovens e/ou dos pais e educadores constituiu prioridade do Clube, que realizou iniciativas nas áreas da cultura, tecnologia, ciência, dança, desporto, além da Corrida Pelicas, Corrida Montepio, Corrida São Silvestre da Pequenada ou Meia Maratona de Cascais.

O Clube Pelicas, alinhado com o Programa de Experiências, promoveu iniciativas destinadas a crianças até aos 10 anos, nomeadamente uma sessão de Masterclass com a Chef Cátia Goarmon, um ATL de verão e de Natal, diversas antestreias de cinema infantil, assim como debates e conversas com pais e educadores. Também o tema da alimentação saudável, concretizado a partir da parceria firmada com a APCOI – Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil, inspirou a atividade do Clube.

Espaços atmosfera m

Os espaços *atmosfera m* continuaram a cumprir a sua missão de aposta numa oferta diversificada, orientada a associados e não associados.

Neste quadro, os espaços de Lisboa e Porto acolheram 1 273 eventos, totalizando 4 890 horas de ocupação e 27 611 participantes, dos quais 15 986 associados Montepio. Num âmbito mais geral, os espaços acolheram um total de 113 326 pessoas.



Foi mantida a colaboração com instituições públicas e sem fins lucrativos, de que constituem exemplos a Associação Alzheimer Portugal, a Associação Aldeias SOS Portugal, a Associação Coração Amarelo, a Associação Nuvem Vitória, a Plataforma Portuguesa Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos, a *European Anti Poverty Network* (Rede Europeia Anti-Pobreza) ou a ENTRAJUDA - Apoio a Instituições de Solidariedade Social, GEOfundos, TESE - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, RUTIS Porto – Rede de Universidades Seniores e Alto Comissariado para as Migrações.

Os espaços *atmosfera m* mantiveram ainda a tradição de promover três ações de recolha de sangue ao longo do ano, realizadas em parceria com os Serviços Sociais Montepio e o Instituto Português do Sangue.

As bibliotecas do Porto e Lisboa, com acervo dedicado à temática da Economia Social, mantêm-se como espaço de preferência de estudantes universitários, totalizando os 4 568 utilizadores.

Para o público infantojuvenil foi disponibilizada uma oferta de atividades lúdico-pedagógicas abrangente, que impactou 404 crianças, dos seis meses aos 15 anos de idade.

Nas áreas da Galeria, realizaram-se 17 exposições, 14 das quais de autoria de 49 artistas/autores associados Montepio.

De referir, ainda, o 5.º aniversário do *atmosfera m* Porto, celebrado a 20 de setembro com um programa de entrada livre que incluiu uma conversa com Richard Zimler, moderada pelo jornalista João Fernando Ramos, e um concerto acústico com *Blind Zero*.

Apoios ao desporto

MOVE – O DESPORTO É UMA CAUSA NOSSA

O investimento, apoio e envolvimento da Associação Mutualista Montepio na área do desporto, com especial enfoque no *running*, tem garantido à Instituição um reconhecimento de particular importância.

Com o objetivo de agregar todas as iniciativas ligadas à prática desportiva e apoiadas pela Associação Montepio, foi lançado, no início de setembro 2019, o conceito MOVE – O Desporto é uma causa nossa.

Provas como a Corrida Montepio, Corrida Pelicas, Montepio Sintra *Trail X'Treme*, Montepio Meia Maratona de Cascais, Ultramaratona Melides-Troia, São Silvestre da Pequenada e Montepio Octakids foram comunicadas tendo por base este novo conceito.



7.ª CORRIDA MONTEPIO

A 7.ª edição da Corrida Montepio, realizada a 27 de outubro 2019, assumiu, uma vez mais, um cariz solidário, tendo reunido associados, clientes e amigos do Grupo Montepio

Entre atletas profissionais e amadores, os cerca de 6 mil participantes permitiram angariar 35 500 euros, receita proveniente das inscrições e que, este ano, reverteu na totalidade a favor da Comunidade Vida e Paz.



5.ª CORRIDA PELICAS

A 5.ª edição da Corrida Pelicas, iniciativa dirigida às crianças e famílias, reuniu cerca de 2 500 pessoas no estádio do Inatel, em Lisboa.

De cariz solidário, permitiu a angariação de 8 000 euros, provenientes das inscrições, que reverteram a favor das Associações SOL e APSI.

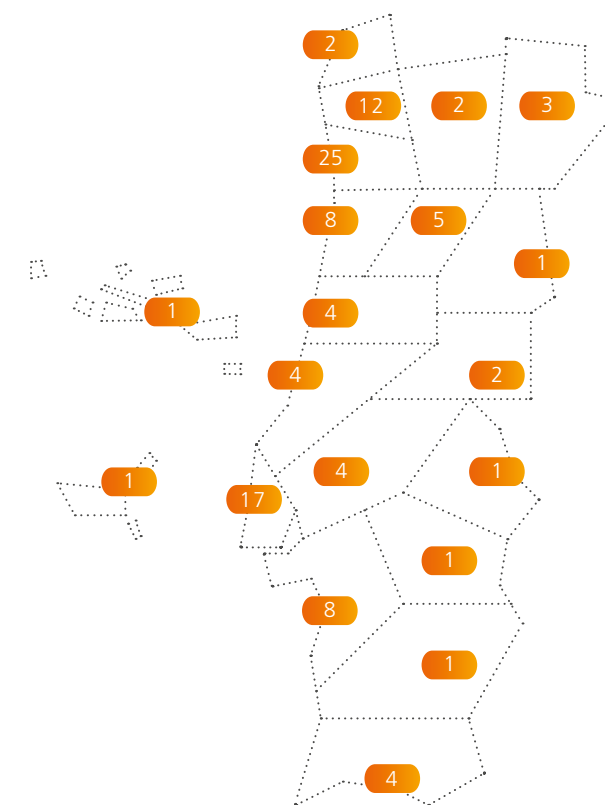


09

**Rede de
Gestores
Mutualistas**

Rede de Gestores Mutualistas

Distribuição geográfica dos Gestores Mutualistas (n.º)



O Gestor Mutualista é o principal canal de relação com os associados e de dinamização da atividade mutualista a nível local, desenvolvendo a sua atividade em postos de atendimento mutualista, devidamente identificados e exclusivamente dedicados, que funcionam em balcões da CEMG/BM.

O ano de 2019 foi de consolidação da Rede de Gestores Mutualistas, que comporta atualmente 107 postos mutualistas, incluindo a loja mutualista em Lisboa.

Foi ajustada a estrutura organizativa em sete departamentos regionais, criando maior equidade na distribuição geográfica dos gestores mutualistas, e foram criados cinco novos postos mutualistas na zona de Lisboa. Este ajustamento teve por objetivo dar mais relevo ao papel do Gestor Mutualista e criar maior proximidade entre este e os diversos canais de relação com os associados, mantendo o foco na política de proximidade, na relação com os associados e estimulando o recurso às novas ferramentas da era digital disponíveis para os associados.

A Rede de Gestores Mutualistas tem vindo a aumentar o acompanhamento dos associados que lhe estão geograficamente afetos, promovendo a diversificação do portfólio de modalidades mais adequada às suas necessidades, assim como a promoção dos benefícios inerentes à condição de Associado, nomeadamente a divulgação das parcerias na área da saúde, lazer e comércio.

Com o apoio das campanhas de comunicação da oferta que têm sido desenvolvidas, foi possível promover e divulgar vantagens e benefícios para os associados, como o acesso, com condições muito especiais, a espetáculos de referência e ao vasto programa de experiências, alargando a abrangência da Associação a todos os membros dos respetivos agregados familiares, ampliando os benefícios mutualistas a toda a família.

Base de Associados, Modalidades e Benefícios

Base de Associados

O MGAM encerrou o exercício de 2019 com 601 784 associados efetivos (612 607 no final de 2018).

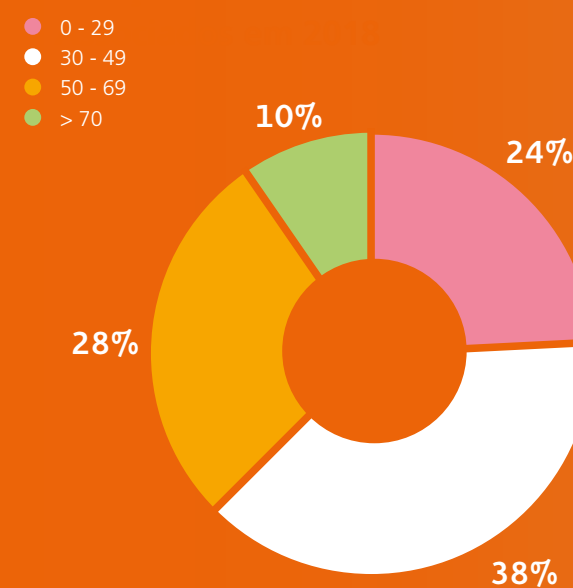
Do movimento associativo, em 2019, salienta-se o número de novas admissões, de 25 415, embora em número inferior ao do ano anterior, e as readmissões, de 1 493, que se referem a associados que tinham perdido o vínculo associativo, nomeadamente, por situações de falta de pagamento de quotas ou vencimento da última subscrição ativa. As saídas de associados, por desistência e cessões de direitos, registaram uma melhoria em 2019, face a

2018, tendo sido inferiores, em 4 539 associados (-11%). Contudo, este comportamento positivo não foi suficiente para inverter o fluxo negativo de 10 823 associados, ocorrido no ano de 2019.

Em 2019, a distribuição etária dos associados era semelhante à observada em 2018, sendo a faixa etária de 30 anos até 49 anos de idade a mais representativa do universo associativo, com 38% do total de associados. Os associados mais jovens, no escalão até aos 29 anos de idade, representam 24% da base de associados.

Na representação de género, o sexo feminino continua a ter predominância na base de associados, com reforço da sua representatividade, ao longo dos últimos anos, com 51,6%, em 2019, 51,4%, em 2018 e 51,2%, em 2017.

Tal como acontece com a distribuição da população ao longo do território nacional, também a distribuição geográfica da base de associados do MGAM apresenta maior concentração nos centros urbanos do litoral, com destaque para os distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro, onde, no seu conjunto, residem 65,1% do total de associados.

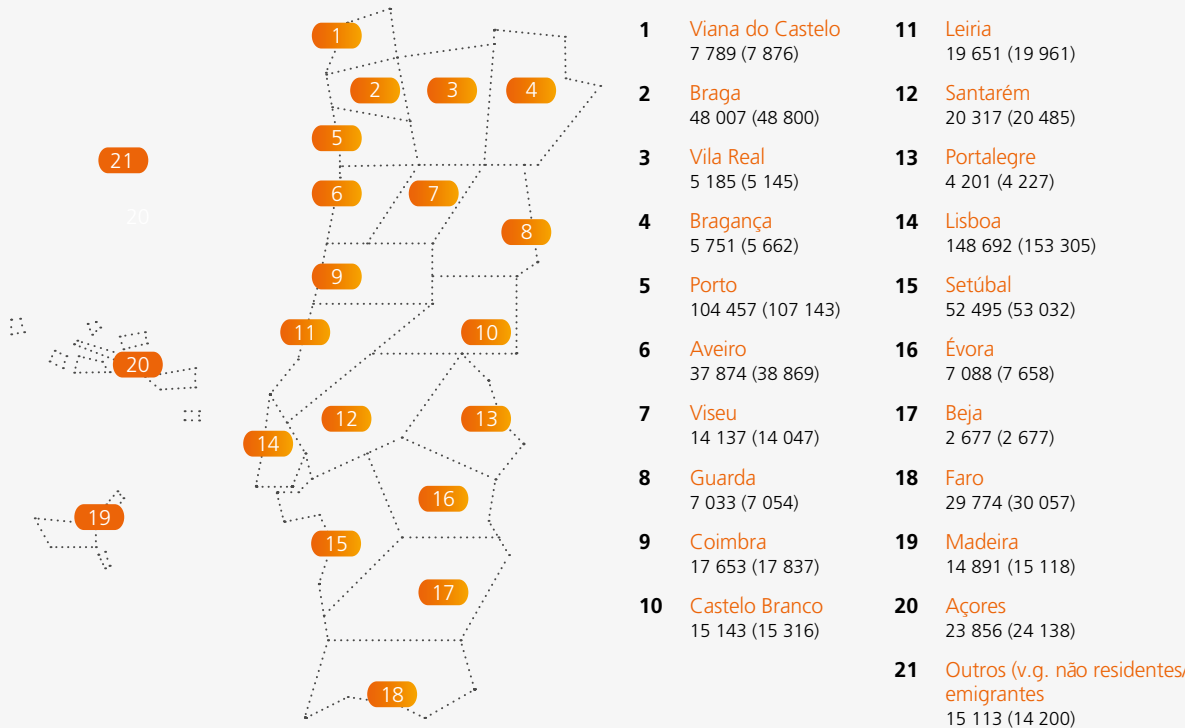


Movimento Associativo

Designação

	2019	2018	Variação	
			N.º	%
Associados existentes no início do ano	612 607	625 419	-12 812	-2,0
Entradas				
Admissões	25 415	27 963	-2 548	-9,1
Readmissões	1 493	1 439	54	3,8
Saídas				
Falecimentos e habilitações	1 466	1 410	56	4,0
Desistências, cessões de direitos e outras	36 265	40 804	-4 539	-11,1
Total de associados no final do ano	601 784	612 607	-10 823	-1,8

Distribuição geográfica do número de associados em 2019 (2018)



Oferta e subscrição
de modalidades mutualistas

A Associação Mutualista continuou, ao longo de 2019, a dinamizar a oferta de modalidades mutualistas e de benefícios complementares aos seus associados, nomeadamente, através da sua divulgação e promoção nos postos de atendimento mutualistas, através dos gestores mutualistas, nos balcões da CEMG/BM e nas plataformas digitais (*App* e *site*).

Em 2019, o número total de subscrições de modalidades mutualistas foi de 951 566 (970 125, em 2018), estabilizando a média de subscrições por associado, em 1,58. As novas subscrições de modalidades mutualistas apresentaram um comportamento positivo ao longo do ano, que se traduziu num acréscimo anual de 2 722 subscrições, em comparação com o ano anterior (+3,4%).

No que diz respeito às modalidades de poupança, que permitem aos associados constituir e valorizar as suas poupanças, foram promovidas novas campanhas de fidelização de associados direcionadas à subscrição das modalidades Montepio Poupança Complementar e Montepio Poupança Reforma e, também, da modalidade Montepio Capital Certo, através da emissão, todos os meses, de mais do que uma série.

Em 2019, venceram-se 16 séries (13 séries a cinco anos e um dia e três séries a oito anos e um dia) da modalidade

Montepio Capital Certo e foram emitidas 41 séries desta modalidade, distribuídas pelos seguintes prazos:

Prazo	3 anos	4 anos	5 anos e 1 dia	6 anos	8 anos e 1 dia
Séries emitidas	12 séries	4 séries	12 séries	12 séries	1 série*

* Esta Série destinou-se à subscrição exclusiva por associados menores de idade

Tal como já tinha acontecido no ano anterior, estas novas emissões apresentaram características diferenciadoras, quer em termos do prazo da série, quer do canal de distribuição, rede de gestores, *site* e balcões do Banco Montepio.

Embora o número de novas subscrições verificado na modalidade de Montepio Capital Certo justifique, globalmente, o acréscimo do número de subscrições verificado em 2019, importa, também, referir que continuaram a ser subscritas algumas modalidades de proteção, que permitem aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice.

Desalientar as subscrições que foram efetuadas na modalidade Montepio Proteção Encargos, vocacionada, sobretudo, para a cobertura do crédito à habitação, crédito individual e outros encargos e que, em relação ao ano anterior, apresentam um aumento do seu número de subscrições. O acréscimo do número de subscrições observado na modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção deve-se ao número de reaplicações efetuadas, ainda permitidas nesta modalidade já encerrada a novas subscrições.

Número de Novas Subscrições
por Modalidade

Modalidades Individuais	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montepio Poupança Complementar	24 706	29,5	27 263	33,7	-2 557	-9,4
Montepio Capital Certo	33 068	39,5	22 461	27,8	10 607	47,2
Montepio Proteção 5 em 5	18 343	21,9	23 459	29,0	-5 116	-21,8
Montepio Proteção Encargos	4 139	4,9	4 097	5,1	42	1,0
Montepio Proteção 18-30	1 336	1,6	1 570	1,9	-234	-14,9
Capitais previdência diferidos c/ opção	310	0,4	203	0,3	107	52,7
Outras	1 718	2,1	1 845	2,3	-127	-6,9
Total	83 620	100,0	80 898	100,0	2 722	3,4

Benefícios de Saúde e outros benefícios complementares

Cartão Montepio Saúde

Considerando a atual evolução demográfica, que se caracteriza pelo envelhecimento da população e aumento da esperança média de vida, motivando crescentes necessidades no domínio da saúde, e tendo em conta as limitações orçamentais do Estado para atender à completa satisfação dessas necessidades, a Associação Mutualista tem vindo a providenciar, desde julho 2017, a oferta de benefícios de saúde aos seus associados, no quadro da sua missão e fins mutualistas.

A solução desenvolvida pela Associação Mutualista Montepio - Plano Montepio Saúde, lançado a 10 de julho de 2017, consistiu na distribuição de mais de 610 mil cartões Montepio Saúde ao universo de associados efetivos, incorporando benefícios distintivos e complementares face às soluções existentes no mercado, agregando um conjunto de condições especiais e vantagens no acesso a cuidados

de saúde praticados numa extensa e qualificada rede de prestadores.

A rede de prestadores associada ao Cartão Montepio Saúde tem uma

configuração distinta da generalidade das redes existentes, na medida em que se estrutura em torno de parceiros estratégicos que constituem entidades de referência no setor e partilham a matriz de valores da Instituição. Atualmente, integram este projeto parceiros líderes do mercado de saúde privada em Portugal, dos quais se destacam a José de Mello Saúde, líder do mercado de saúde privada em Portugal, o Grupo HPA Saúde, prestador de referência no Algarve, Alentejo e Ilhas, a União das Misericórdias Portuguesas, que reúne mais de quarenta unidades de saúde com presença preponderante no norte do país, e o Grupo Germano de Sousa entidade de referência e especialista na área da medicina laboratorial.

O Cartão Montepio Saúde tem sido utilizado em volumes crescentes, tendo ultrapassado, desde o início da sua utilização e até final de dezembro, 13 milhões de euros de valor global de faturação, e registando mais de 423 mil utilizações em hospitais, clínicas generalistas e de medicina dentária, unidades de imagiologia e laboratórios. Destas utilizações resultaram benefícios em descontos substanciais para os associados, na ordem dos 11 milhões de euros, o que corresponde a um desconto médio de 43% face às tabelas de preços privados.

Em 2019, o volume global de faturação ultrapassou os 6,2 milhões de euros, tendo os níveis médios de faturação entre 2018 e 2019 crescido ao ritmo de 16,5%. Verifica-se uma tendência evolutiva positiva, representativa da pertinência desta resposta na vida quotidiana dos associados. Esta evolução reflete-se nos níveis de utilização do cartão Montepio Saúde - mais de 12% do valor faturado corresponde a atos clínicos de valor mais elevado, habitualmente associados a seguros, como sejam cirurgias e internamentos.

Outros benefícios complementares

A Associação Mutualista tem mantido uma política de celebração de parcerias destinada a proporcionar aos associados Benefícios Complementares, traduzidos em condições preferenciais na aquisição de diversos produtos e serviços junto das entidades parceiras.

Neste âmbito foram concretizadas, em 2019, 66 novas parcerias, de que se destacam as parcerias estabelecidas com a CP – Comboios de Portugal, com o grupo nacional de medicina dentária *OralMED* Saúde e com a marca portuguesa de mobiliário e decoração *Kinda Home*.

Nos parques temáticos, destacam-se os acordos com o Dino Parque, na Lourinhã, e, em Lisboa, com os parceiros *Hello Park* e *Bounce*.

As áreas de Alojamento e Restauração, Saúde e Bem-Estar foram reforçadas com novos parceiros,

prossequindo o objetivo de alargar o leque de vantagens e benefícios suscetíveis de promover a qualidade de vida e o bem-estar dos associados e seus familiares. A título de exemplo, as parcerias estabelecidas com o Grupo Malo Clinics e a Fábrica dos Óculos beneficiaram, em 2019, mais de 1 950 associados e suas famílias.

O ano de 2019 terminou com 1 206 parcerias ativas, 100 das quais com empresas de âmbito nacional.

Pelos níveis de utilização e benefícios atribuídos merece destaque o cartão de combustível, inerente à parceria estabelecida com a Repsol, que continua a merecer a preferência dos associados utilizadores, com interessantes níveis de consumo. Este cartão garante o desconto imediato de 6 cêntimos por litro de combustível, que pode acumular com outros descontos e vantagens em vigor na

rede de Estações de Serviço Repsol aderentes, em Portugal Continental e na Madeira.

Ao longo de 2019 foram emitidos cerca de 29 mil novos cartões AM Montepio Repsol, com uma média mensal

de 110 mil utilizadores, tendo o montante do benefício acumulado, para os associados utilizadores, ascendido a 5,9 milhões de euros.

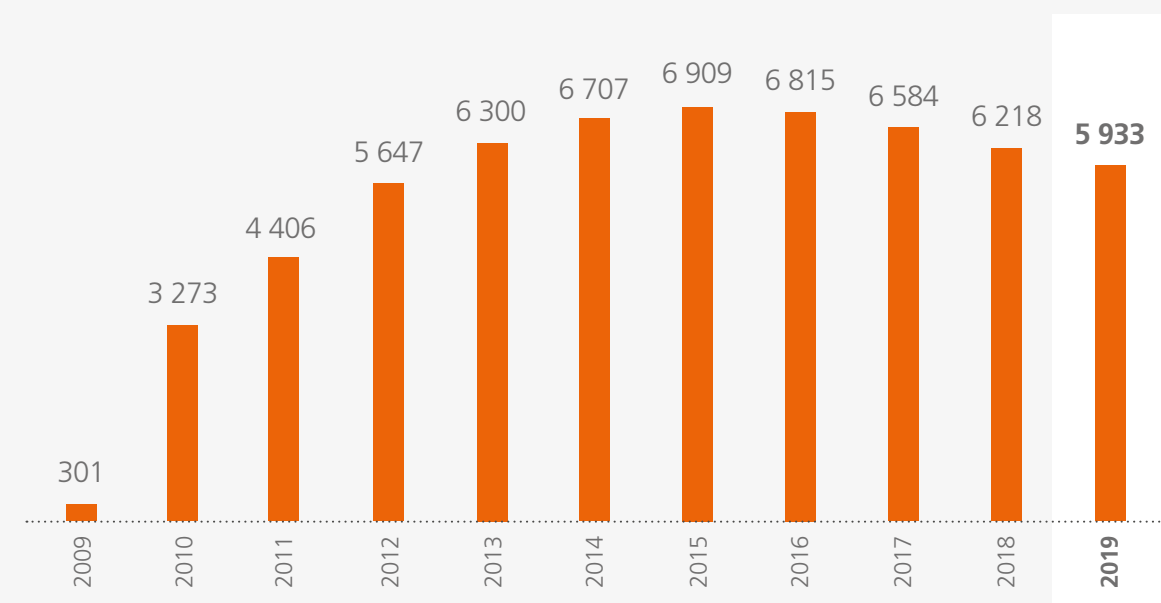
O benefício total acumulado desde o início da parceria, em outubro de 2009 até dezembro de 2019, permitiu que os associados utilizadores do cartão AM Montepio Repsol poupassem mais de 60 milhões de euros na aquisição de combustíveis, num total aproximado de 1 000 milhões de litros abastecidos desde 2009.

Do alargado leque de vantagens e descontos para associados, é ainda de destacar a parceria com a Rede Nacional de Expressos / RENEX que, na área dos transportes coletivos, proporcionou descontos nas bilheteiras e na compra *online* de títulos de transporte em viagens realizadas por mais de 20 mil associados.

Na área da Cultura e Lazer, de um total de 17 mil associados que usufruíram de descontos nesta área, os Cinema *City* e os principais parques temáticos - *Zoomarine* e *Aquashow*, no Algarve, e *Sea Life*, no Porto, continuaram a merecer a preferência, tendo beneficiado 9 300 associados.



Cartão Repsol - benefício gerado para os associados (milhares de euros)



11

Política de Investimento e Gestão de Riscos

Política de Investimento

A política de investimento estabelece os princípios e as regras a seguir quanto aos ativos a considerar para realizar as aplicações patrimoniais do MGAM, que permitam concretizar a estratégia, no quadro da execução da sua missão e finalidades mutualistas e tendo em atenção a rentabilidade, a liquidez ou maturidade e os riscos associados.

Relativamente aos ativos financeiros, para além das características da atividade e das finalidades mutualistas, a política de investimentos do MGAM é ajustada em função das perspetivas macroeconómicas e comportamento dos mercados financeiros, mantendo-se um perfil conservador, procurando minimizar os riscos e assegurar o cumprimento dos compromissos para com os seus associados.

A seleção dos ativos financeiros tem por base a informação financeira disponível dos emitentes, como os relatórios e contas e as publicações de *research* de bancos de investimento. Tipicamente as aplicações orientaram-se, em 2019, para os ativos líquidos de rendimento fixo, de emitentes soberanos ou *corporate*, e com *rating* de, pelo menos, uma das quatro principais agências de *rating*.

A concretização da política de investimento em ativos financeiros encontra-se limitada pelos níveis de tolerância ao risco estabelecidos para os níveis de risco de mercado, contraparte e *rating*. O controlo do cumprimento dos referidos limites é assegurado em permanência, estando definidos em política interna as competências e procedimentos para situações em que se ultrapassem os limites.

No que se refere aos ativos imobiliários, a política seguida tem como objetivo, por um lado, cumprir a missão estratégica no que se refere à natureza dos imóveis, como é o caso dos investimentos nos equipamentos residenciais, arrendados às empresas Residências Montepio, SA e Montepio Residências para Estudantes, SA, por outro,

maximizar os proveitos, com as rendas recebidas dos inquilinos, e também realizar mais-valias com alienações, aproveitando as condições e oportunidades de mercado.

Política de Gestão dos Riscos

A gestão de riscos do MGAM tem como objetivo a identificação, mensuração, gestão, monitorização e comunicação dos riscos materiais, de forma a garantir a melhor adequação possível entre os níveis de risco assumidos e a estratégia de atividade global. Pretende-se, assim, assegurar que os compromissos assumidos pelo MGAM e os fins a que se propõe sejam cumpridos.

A política de gestão dos riscos assenta no controlo da execução da política de investimentos, na identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade, no seu controlo sistemático e tempestivo e na adoção de medidas de mitigação dos principais riscos a que a atividade do MGAM está sujeita.

Como principais riscos, identificam-se o risco de mercado e de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o risco específico inerente às características das modalidades mutualistas, como se descreve em seguida.

Risco de Mercado

O risco de mercado tem em atenção os fatores que possam afetar o valor de mercado dos ativos da Instituição, designadamente as participações financeiras, a carteira de títulos e as propriedades de investimento.

A gestão do risco das Participações Financeiras tem por base o acompanhamento das empresas, particularmente a evolução dos seus desempenhos e a execução dos seus

planos de negócios e orçamentos, e a respetiva avaliação numa base, pelo menos, anual.

O risco relativo à Carteira de Títulos é gerido através da identificação dos fatores que podem exercer pressão nos seus preços, como a evolução das taxas de juro e expectativas de evolução das cotações dos títulos nos mercados financeiros. Estão definidos limites de exposição das aplicações quanto à sua natureza, concentração de exposição por emitente, setor de atividade, zona geográfica e *rating*.

A gestão do risco do valor de mercado das Propriedades de Investimento implica a monitorização dos preços, a respetiva avaliação ao preço de mercado, anualmente, e a análise de sensibilidade ao impacto de uma variação dos preços nos mercados imobiliários.

Risco de Liquidez

O Risco de liquidez traduz-se na capacidade para realizar os investimentos e outros ativos a fim de cumprir as obrigações financeiras na data de vencimento.

A gestão do risco de liquidez tem por base a previsão dos fluxos de recebimentos e de pagamentos que possibilitem a construção de perfis de maturidade dos ativos e das responsabilidades.

O objetivo passa por, antecipadamente, identificar *rating* que possam vir a suceder, assegurando, por um lado, os pagamentos dos benefícios aos associados subscritores das modalidades mutualistas e, por outro, rendibilizar, através de aplicações em ativos mais rentáveis, eventuais excessos de liquidez.

A gestão e o controlo da liquidez são efetuados numa base diária e os *rating* de liquidez calculados são estáticos ou dinâmicos, permitindo uma análise mais profunda de eventuais desequilíbrios de tesouraria que possam vir a ocorrer.

São, ainda, realizadas análises de cenários com diferentes níveis de reembolsos antecipados, com a finalidade de avaliar o impacto dos mesmos na liquidez e na rentabilidade da instituição.

Apesar dos estatutos o preverem, o MGAM não recorre atualmente a emissões de dívida para financiar a sua atividade, pelo que as suas responsabilidades são, essencialmente, para com os associados subscritores das modalidades associativas.

Risco de Crédito

O risco de crédito considera o risco de perda decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte, risco de *spread* ou risco de concentração.

A gestão do risco de crédito baseia-se no cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, no que concerne à exposição por setores de atividade, zona geográfica e qualidade creditícia (classificação por *rating*), além da análise de impactos que possam vir a ter na atividade.

No que concerne ao controlo das quotizações a receber por parte dos associados subscritores das modalidades mutualistas é realizada uma monitorização numa base diária.

Risco Específico das Modalidades Associativas

O risco específico das modalidades associativas corresponde ao risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo, decorrentes da utilização de pressupostos inadequados na fixação de preços e no provisionamento. Inclui o risco de descontinuidade

ou de reembolso antecipado, risco de invalidez e risco de mortalidade, bem como o risco de adequação das responsabilidades por alterações nas taxas de juro e, ou, na maturidade.

No âmbito da gestão do risco específico das modalidades associativas, são efetuadas as seguintes análises de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor das responsabilidades:

- i. **Risco taxa de juro:** uma alteração no valor das taxas de juro tem impacto direto no valor de mercado das responsabilidades das modalidades associativas;
- ii. **Risco de mortalidade nas modalidades atuariais:** uma variação positiva ou negativa nos pressupostos assumidos pode levar a um reforço das provisões matemáticas para fazer face às responsabilidades assumidas. O MGAM dispõe de um Gabinete de Atuariado, que é um órgão especializado na mensuração e controlo deste risco;
- iii. **Impacto de um aumento ou diminuição dos reembolsos nas modalidades de capitalização:** um aumento dos reembolsos acima do estimado pode obrigar à venda de ativos para fazer face a necessidades de liquidez.

12

Evolução do Balanço e Resultados

Evolução e Composição do Ativo

O valor do ativo líquido da Associação Mutualista totalizava, no final de 2019, 3 456 milhões de euros, traduzindo uma variação anual negativa de -8,5%.

A diminuição do ativo líquido do MGAM foi motivada essencialmente pela redução do valor líquido da participação

no capital da CEMG/BM. Como se explica na Nota 20, anexa às demonstrações financeiras, esta redução resultou da avaliação efetuada ao valor de uso da entidade, utilizando pressupostos e parâmetros muito conservadores, tendo em conta o atual contexto e a incerteza que ele comporta.

Seguidamente apresenta-se a evolução das principais classes de ativos verificada em 2019.

Composição e Evolução do Ativo	(milhares de euros)			
	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Disponibilidades e Aplicações em IC	132 548	138 299	- 5 751	-4,2
Carteira de títulos	367 351	375 295	- 7 944	-2,1
Investimento na CEMG / Banco Montepio	1 500 153	1 877 654	- 377 501	-20,1
Investimento noutras empresas do Grupo	221 442	206 229	15 213	7,4
Propriedades de investimento	343 447	306 625	36 822	12,0
Empréstimos a associados	6 954	7 087	- 133	-1,9
Ativos tangíveis e intangíveis	36 739	35 089	1 650	4,7
Ativos por impostos correntes	4 860	5 235	- 375	-7,2
Ativos por impostos diferidos	833 284	816 770	16 514	2,0
Outros ativos	8 863	8 264	599	7,2
Ativo líquido	3 455 641	3 776 547	-320 906	- 8,5

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito

O saldo dos depósitos bancários totalizava, em 31 de dezembro de 2019, 133 milhões de euros (138 milhões de euros, em 2018) a que corresponde uma redução de 4,2%.

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	(milhares de euros)			
	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Disponibilidades em Instituições de Crédito	28 215	27 712	503	1,8
Aplicações em Instituições de Crédito	104 333	110 587	-6 254	-5,7
Total	132 548	138 299	-5 751	-4,2

O crescimento dos investimentos em propriedades de investimento e nas outras empresas participadas do Grupo influenciou a evolução ocorrida nas disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, em 2019, de -5,8 milhões de euros, face a 2018.

Carteira de títulos

A carteira de títulos, em 31 de dezembro de 2019, ascendi a 367,4 milhões de euros, montante que compara com 375,3 milhões de euros registados no final de 2018.

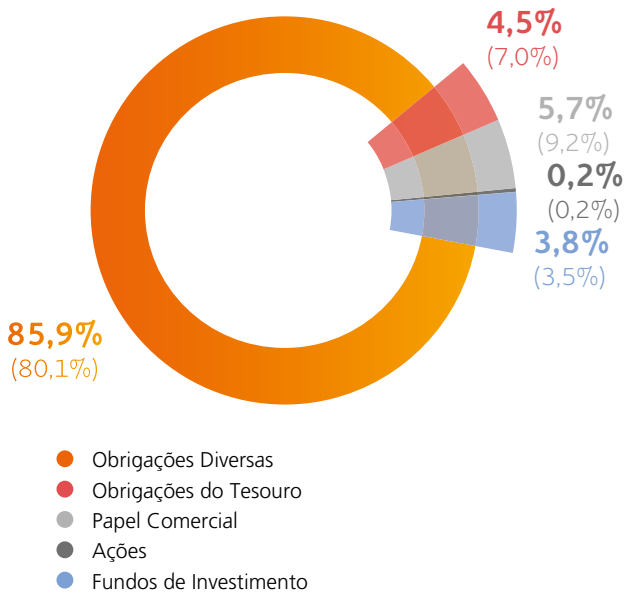
Esta evolução reflete uma variação homóloga de -2,1%, para o que contribuiu o vencimento de algumas obrigações que serviam de cobertura às responsabilidades de modalidades associativas, nomeadamente de séries da modalidade Montepio Capital Certo, que se venceram durante o ano e, também, à desvalorização de alguns títulos em carteira.

Na evolução da carteira, destaca-se a redução da posição em obrigações de emissores públicos, designadamente obrigações do tesouro, e o reforço da componente de obrigações *corporate*.

Os títulos em carteira, no final de 2019, encontravam-se praticamente alocados à carteira de disponíveis para venda, situação similar à do ano anterior. A carteira de negociação ou *trading*, que se destina à realização de mais valias, em função das condições e oportunidades de mercado, apresenta um saldo pouco expressivo no total da carteira, tendo, inclusivamente, reduzido o seu peso, face ao verificado em 2018, passando de 1,2% para 0,6%.

As opções de investimento continuam a ter como principal racional o perfil de responsabilidades das modalidades, e os níveis de liquidez necessários para

Estrutura da tipologia da carteira de títulos 2019 (2018)



salvaguardar o pagamento dos benefícios a cada subscritor de modalidades mutualistas, nas respetivas datas de vencimento.

As obrigações de rendimento fixo mantêm-se como o ativo com maior representatividade na estrutura da carteira de títulos (90,3%, em 2019, e 87,1%, em 2018).

O peso das aplicações em papel comercial de curto prazo, no total da carteira, reduziu-se face ao ano anterior, passando de 9,2%, em 2018, para 5,72%, em 2019.

A exposição a ações e a fundos de investimento continua a ser pouco significativa, mantendo, aproximadamente, os níveis observados no ano anterior (3,9% da carteira de títulos, em 2019, e 3,5%, em 2018).

Com o contributo da política de investimentos e de mitigação de risco, o montante acumulado de imparidade

Tipologia da Carteira de Títulos

	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Disponíveis para venda	370 258	378 185	-7 927	-2,1
Obrigações do tesouro	16 417	25 218	-8 801	-34,9
Obrigações diversas	315 543	299 887	15 656	5,2
Papel comercial	21 007	34 522	-13 515	-39,1
Ações	1 047	1 081	-34	-3,1
Fundos de investimento	16 244	17 477	-1 233	-7,1
Negociação	2 382	4 660	-2 278	-48,9
Obrigações do tesouro	0	1 079	-1 079	-100,0
Obrigações diversas	2 382	3 581	-1 199	-33,5
Subtotal (valor bruto)	372 640	382 845	-10 205	-2,7
Imparidade	5 289	7 550	-2 261	-29,9
Total (valor líquido)	367 351	375 295	-7 944	-2,1

Estrutura da Carteira de Obrigações por Classe de Rating

Classes de Rating

Classes de Rating	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
AA-	272	0,1	0	0,0
A+	576	0,2	0	0,0
A	1 308	0,4	0	0,0
A-	3 853	1,2	5 988	1,8
BBB+	4 093	1,2	4 498	1,4
BBB	14 221	4,3	6 205	1,9
BBB-	41 429	12,5	34 026	10,4
<BBB-	198 739	59,9	194 809	59,6
NR	67 330	20,3	81 414	24,9
Total	331 821	100,0	326 940	100,0

da carteira de títulos voltou a diminuir, em 2019 (-2,3 milhões de euros, face a 2018).

Não obstante a carteira de obrigações continuar concentrada nas classes de *rating* inferior a *BBB*, importa salientar, o aumento do investimento em classes de *rating* de níveis superiores.

Globalmente, em 2019, registou-se uma melhoria dos níveis de *rating* da carteira de títulos.

Investimento na Caixa Económica Montepio Geral/Banco Montepio

O valor da participação do MGAM no capital social da CEMG/BM, em 2019, totalizou 1 500 milhões de euros, correspondente a um valor bruto de investimento de 2 375 milhões de euros, ao qual está associada imparidade no montante total de 875 milhões de euros.

Como referido, o valor deste investimento sofreu uma redução, de 377,5 milhões de euros, em 2019, decorrente da avaliação efetuada ao valor em uso da entidade, tendo por base uma abordagem conservadora aos diversos parâmetros considerados, face à conjuntura socioeconómica e ao atual quadro de incerteza.

O valor líquido da participação na CEMG/BM incorpora a venda, em 2019, de 3 000 ações a entidades do setor social, com o objetivo de continuar a alargar os vínculos de ligação e de representação da CEMG/BM como banco da economia social em Portugal, ao serviço das finalidades mutualistas e sociais. No final de 2019, a totalidade de ações da CEMG/BM na posse das entidades da economia social era de 161 920.

Investimento noutras empresas do Grupo

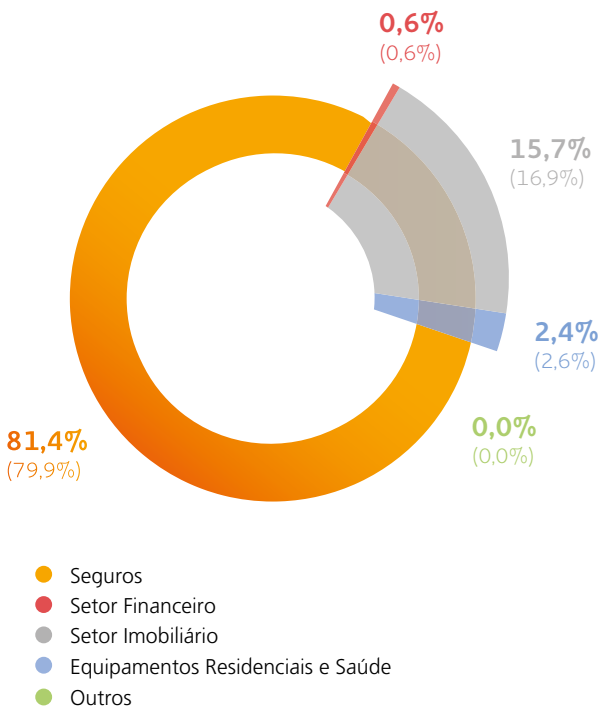
A carteira de outras participações financeiras finalizou o ano de 2019 com um valor líquido de 221 milhões de euros, representando 6,4% do ativo líquido da Associação Mutualista. Esse valor compreende um valor bruto de

395 milhões de euros deduzido da imparidade acumulada e registada de 173 milhões de euros.

As seguintes operações realizadas em 2019, motivaram as movimentações ocorridas na carteira de participações financeiras:

- i. Reforço da posição na Moçambique Companhia de Seguros (+ 13 mil euros), na sequência do rastreio de ações, proveniente do último aumento de capital realizado por aquela seguradora;
- ii. Aumento das prestações acessórias no Montepio Seguros, no montante de 30 milhões de euros, para reforço da sua margem de solvência;
- iii. Reforço da imparidade registada para o Montepio Seguros no montante de 14,8 milhões de euros.

Exposição setorial das participações financeiras 2019 (2018)



Evolução da Carteira de Outras Participações Financeiras

	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
(milhares de euros)				
Investimentos em subsidiárias	149 422	149 422	0	0,0
Montepio Seguros	120 340	120 340	0	0,0
Bolsimo	15 119	15 119	0	0,0
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários (ACE)	1 592	1 592	0	0,0
Residências Montepio	8 795	8 795	0	9,5
Montepio Imóveis	1 505	1 505	0	0,0
Montepio Gestão de Ativos	1 331	1 331	0	0,0
Residências para Estudantes	498	498	0	0,0
Leacock	242	242	0	0,0
Investimentos em associadas	3 186	3 173	13	0,4
Germont	1 700	1 700	0	0,0
Nova Câmbios	527	527	0	0,0
Silvip	308	308	0	0,0
Sagies	97	97	0	0,0
Moçambique Companhia de Seguros	474	461	13	2,8
Bem Comum SCR	80	80	0	0,0
Investimento em entidades conjunt. controladas	50	50	0	0,0
InPosterum, ACE	50	50	0	0,0
Subtotal 1	152 658	152 645	13	0,0
Prestações suplementares / acessórias	242 125	212 125	30 000	14,1
Montepio Seguros	200 500	170 500	30 000	17,6
Bolsimo	35 000	35 000	0	0,0
Montepio Imóveis	6 625	6 625	0	0,0
Subtotal 2	242 125	212 125	30 000	14,1
Total (subtotal 1+ subtotal 2)	394 783	364 770	30 013	8,2
Imparidades	173 341	158 541	14 800	9,3
Total líquido	221 442	206 229	15 213	7,4

O conjunto das movimentações observadas na carteira de participações contribuiu para reforçar a representatividade no setor das atividades seguradoras, de 79,9%, em 2018, para 81,4%, em 2019; o peso do setor imobiliário baixou, consequentemente, para 15,7% e os equipamentos residenciais e saúde (residências sénior e para estudantes) representam, agora, 2,4% do total da carteira.

O valor do rendimento proporcionado pelas empresas participadas pela Associação Mutualista, sob a forma de dividendos, diminuiu de 1,7 milhões de euros, em 2018, para 0,370 milhões de euros, em 2019.

Propriedades de Investimento

O valor das propriedades de investimento aumentou, de 307 milhões de euros, em 2018, para 343 milhões de euros, em 2019, traduzindo um crescimento de 12,0%.

Para este acréscimo de 36,8 milhões de euros contribuíram beneficiações realizadas em imóveis de arrendamento, no montante de 1,9 milhões de euros, a conclusão do investimento efetuado na residência para seniores de Lisboa – Entrecampos, no montante de 4,5 milhões de euros e ainda a aquisição das futuras instalações da residência para seniores em Albergaria-a-Velha no montante de 5,5 milhões de euros.

O aumento desta rubrica foi, também, influenciado pela valorização do mercado imobiliário em 2019, que teve um impacto favorável de 17 milhões de euros (20,3 milhões de euros, em 2018).

O rendimento líquido da carteira de imóveis, em 2019, incluindo a referida valorização, foi de 30 milhões de euros (32 milhões de euros, em 2018).

Empréstimos a Associados

Entre 2019, o número e o montante de novos contratos de empréstimos a associados, foram inferiores aos verificados em 2018.

Em linha com o que já tinha acontecido no ano anterior, o número de contratos efetuados repartiu-se, de uma forma bastante idêntica, entre empréstimos sobre reservas matemáticas (1 093 novos contratos) e empréstimos sobre capitais reembolsáveis das modalidades de capitalização (1 163 novos contratos).

Contudo, em termos de montante dos novos contratos, os empréstimos associados a modalidades de capitalização mantiveram uma maior representatividade (68%). O montante médio por contrato novo, manteve-se praticamente inalterado, passando de 3 mil euros em 2018 para 3,1 mil euros em 2019. No final do ano o total dos empréstimos a associados, ascendia a 6,9 milhões de euros, valor que compara com 7 milhões de euros, observados no final de 2018 (-1,9%).

Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis, no montante de 36,7 milhões de euros, nos quais os ativos intangíveis, no montante de 96 mil euros, não têm expressão no total da rubrica, apresentam um acréscimo, face ao valor observado em 2018, de 1,7 milhões de euros.

A implementação da IFRS 16 – Locações, motivou o registo em ativos tangíveis dos ativos sob direito de uso, correspondentes a imóveis e viaturas em locação, que são amortizados de acordo com o prazo de locação de cada contrato. Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de ativos tangíveis incorporou 2,1 milhões de euros referentes a estes bens em locação.

Ativos por impostos diferidos

O MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos,

de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável, passando, a partir dessa data, a registar e a pagar Imposto sobre o Rendimento.

Os impostos diferidos, derivam, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que as provisões se destinavam são dedutíveis, para efeitos fiscais, quando venham a ser incorridos, resultando uma diferença temporária passível de registo de impostos diferidos ativos. Em 2019, os ativos por impostos diferidos apresentam um acréscimo de 16,5 milhões de euros, para o que contribuiu o aumento, de 86,7 milhões de euros, verificado nas provisões técnicas.

Empréstimos a Associados	2019	2018	Variação
			(unidades)
Número de contratos novos	2 256	2 522	-266
Sobre reservas matemáticas ⁽¹⁾	1 093	1 241	-148
Sobre capitais	1 163	1 281	-118
			(milhares de euros)
Montante de contratos novos	7 101	7 446	-345
Sobre reservas matemáticas	2 250	2 568	-318
Sobre capitais	4 851	4 878	-27
			(milhares de euros)
Montante médio por contrato novo	3,1	3,0	0,1
Sobre reservas matemáticas	2,1	2,1	0,0
Sobre capitais	4,2	3,8	0,4
			(milhares de euros)
Posição no final do ano	6 954	7 087	-133
Sobre reservas matemáticas	2 206	2 411	-205
Juros corridos	6	7	-1
Sobre capitais	4 730	4 657	73
Juros corridos	12	12	0

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

Passivo e Capitais Próprios

Passivo

O valor do Passivo no final de 2019, situou-se em 3 118 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 94,7 milhões de euros em relação ao ano anterior. Como o MGAM não recorre a financiamento de terceiros, o seu passivo refere-se às provisões técnicas constituídas para as responsabilidades das modalidades subscritas pelos associados, as quais motivaram o referido acréscimo.

Para esse acréscimo contribuiu, por um lado, o fluxo financeiro positivo de capitais da generalidade das modalidades de capitalização e, também, o reforço do montante de provisões matemáticas das modalidades atuariais, com o intuito do seu alinhamento com os referenciais de mercado, em termos das suas bases técnicas (taxa de juro e tábua de mortalidade).

Neste contexto, é de referir, também, a emissão de 41 séries da modalidade Montepio Capital Certo, que se traduziram num montante de capitais recebidos de 420,2 milhões de euros e que, ao longo do ano, compensaram amplamente os reembolsos de capitais ocorridos.

O MGAM não tem responsabilidades por empréstimos pelo que, a rubrica “Outros Passivos”, no montante de 28,6 milhões de euros, é composta, entre outros, por benefícios vencidos a pagar aos associados, montantes a pagar a fornecedores, impostos retidos e montantes relativos a títulos a aguardar liquidação financeira. No final de 2019, esta rubrica inclui o montante de 6 milhões de euros (43 mil euros, em 2018) referente à compra de títulos, nos últimos dias do ano, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias de 2020, circunstância que contribuiu para o acréscimo verificado nesta rubrica, de 10,2 milhões de euros. Decorrente da aplicação, em 2019, da IFRS 16 – Locações, esta rubrica integra 2,2 milhões de euros referentes a passivos por locação.

Capital Próprio

No final de 2019, o montante do Capital Próprio era de 337,4 milhões de euros (753 milhões de euros em 2018).

A redução dos capitais próprios em 2019, de 415,6 milhões de euros, decorre, essencialmente, dos contributos negativos dos resultados do exercício, de -408,8 milhões de euros e da atribuição de rendimento às modalidades, decidida na Assembleia Geral de 28 de março de 2019, relativa à aplicação dos resultados de 2018, no montante de 8,3 milhões de euros.

(milhares de euros)				
Evolução do Passivo	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Provisões	3 089 693	3 005 179	84 514	2,8
Outras provisões	2 235	2 179	56	2,6
Provisões técnicas	3 087 458	3 003 000	84 458	2,8
Estatutárias	2 861 382	2 808 795	52 587	1,9
Rendas vitalícias	16 743	17 225	-482	-2,8
Rendas temporárias	798	925	-127	-13,7
Atuariais	151 173	116 465	34 708	29,8
Subvenções e melhorias de benefícios	57 362	59 590	-2 228	-3,7
Outros passivos	28 552	18 320	10 232	55,9
Total	3 118 245	3 023 499	94 746	3,1

(milhares de euros)				
Capital Próprio	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Fundos próprios	43 689	47 319	-3 630	-7,7
Fundo de administração	531	470	61	13,0
Fundo solidariedade associativa	2 211	5 859	-3 648	-62,3
Fundo para bolsas de estudo	967	949	18	1,9
Fundo Montepio Proteção Encargos	39 739	39 780	-41	-0,1
Fundo Serv. Clínicos - Montepio Egitanense	241	261	-20	-7,7
Excedentes técnicos	26 881	22 432	4 449	19,8
Reservas	675 615	681 663	-6 048	-0,9
Reservas de justo valor líquidas de impostos	153	402	-249	-61,9
Reserva geral	658 487	679 660	-21 173	-3,1
Outras reservas e resultados transitados	16 975	1 601	15 374	>100
Resultados líquidos	- 408 789	1 634	-410 423	<-100
Total	337 396	753 048	-415 652	-55,2

Receitas Associativas

O montante das receitas associativas, em quotizações e capitais aplicados nas modalidades mutualistas, ascendeu a 665 milhões de euros, no final de 2019, representando um expressivo aumento de 36,5% (+178 milhões de euros) face a 2018.

Este aumento deveu-se aos valores captados com a emissão e subscrição de 41 séries da modalidade Montepio Capital Certo, no total de 420 milhões de euros (+180 milhões face a 2018).

As subscrições da modalidade Montepio Poupança Reforma também tiveram um comportamento positivo face ao ano anterior, aumentando 0,772 milhões de euros.

Nas modalidades atuariais destacou-se, positivamente, a modalidade “proteção 5 em 5” com subscrições no montante de 44,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo, de 0,102 milhões de euros, face ao ano anterior, ao invés, a modalidade de “capitais de previdência diferidos com opção” foi a que registou maior variação negativa, de 1,5 milhões de euros, dado tratar-se de uma modalidade já encerrada a novas subscrições.

Evolução das Receitas Associativas (quotizações e capitais por modalidades)

	2019	2018	(milhares de euros) Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Benefícios de solidariedade associativa	11 451	11 629	-178	-1.5
2. Modalidades individuais	653 236	475 322	177 914	37.4
2.1. Montepio Poupança Complementar	139 719	140 294	-575	-0.4
2.2. Montepio Poupança de Reforma	9 384	8 612	772	9.0
2.3. Montepio Capital Certo	420 225	240 342	179 883	74.8
2.4 Modalidades atuariais, das quais:	83 908	86 074	-2 166	-2.5
Montepio Proteção 5 em 5	44 823	44 720	103	0.2
Montepio Proteção Encargos ⁽¹⁾	23 476	23 804	-328	-1.4
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	8 234	9 689	-1 455	-15.0
Montepio Proteção 18-30	4 103	4 355	-252	-5.8
Capitais para Jovens	672	811	-139	-17.1
Montepio Pensões de Reforma	1 212	1 210	2	0.2
Outras	1 388	1 485	-97	-6.5
3. Modalidades coletivas	172	179	-7	-3.9
4. Total (1) + (2) + (3)	664 859	487 130	177 729	36,5

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.
⁽¹⁾Engloba as Modalidades "Proteção Crédito à Habitação", "Proteção Crédito Individual" e "Proteção Outros Encargos".

Benefícios Vencidos e Reembolsos

Os custos associados a benefícios vencidos e reembolsos atingiram o montante de 638,4 milhões de euros em 2019, valor inferior, em 42 milhões de euros, ao verificado em 2018, para o que contribuiu a redução de 49,5 milhões de euros, ocorrida nos vencimentos e reembolsos das modalidades de capitalização.

Esta evolução favorável deveu-se à modalidade Montepio Capital Certo, cujos vencimentos e reembolsos atingiram 406 milhões de euros, que compara com 452 milhões de euros verificados em 2018, apesar do número de séries vencidas em 2019 (16) ter superado as que se venceram (15) em 2018.

O acréscimo da rubrica de Outros Custos (1,5 milhões de euros), onde se englobam as cessões de direitos e as restituições de quotas solicitadas pelos associados, decorreu do pagamento de encargos com proteção à habitação.

Benefícios Vencidos e Reembolsos

	2019	2018	(milhares de euros) Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Pensões - modalidades associativas	11 426	11 276	150	1,3
Valores subscritos	7 240	7 061	179	2,5
Subvenções e melhorias	4 186	4 215	-29	-0,7
Capitais e subsídios	64 522	58 858	5 664	9,6
Valores subscritos	63 774	58 122	5 652	9,7
Subvenções e melhorias	748	736	12	1,6
Vencimentos e reembolsos	540 045	589 535	-49 490	-8,4
Outros custos	22 409	20 892	1 517	7,3
Total	638 402	680 561	-42 159	-6,2

Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias

Em 2019, o montante total de capitais recebidos para constituição de rendas foi de 981 mil de euros, que compara com 1 752 mil euros, em 2018, referentes a rendas vitalícias.

Os capitais pagos, em 2019, sobre a forma de rendas totalizaram 2 092 mil euros, valor inferior, em 87 mil euros, ao registado em 2018.

Em 2019, por questões prudenciais, as rendas vitalícias e as rendas temporárias voltaram a não ser atualizadas. Este critério, já utilizado nos últimos anos, teve por base, por um lado, o n.º 6 do Artigo 64º dos Estatutos do MGAM, em vigor, devido às elevadas taxas técnicas (3%, 4% e 6%) utilizadas na capitalização das suas responsabilidades.

Resultados

O valor dos Resultados Líquidos da Associação Mutualista, em 2019, foi de -408,8 milhões de euros (1,6 milhões de euros em 2018), para o qual concorreram as evoluções favoráveis da atividade associativa e das aplicações, mas que não foram suficientes para cobrir a dimensão dos efeitos desfavoráveis de fatores não recorrentes, como se descreve em seguida.

Demonstração de Resultados	(milhares de euros)			
	2019	2018	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Margem da atividade associativa	27 271	-191 235	218 506	>100
Proveitos inerentes a associados	667 765	491 505	176 260	35,9
Custos inerentes a associados	640 494	682 740	-42 246	-6,2
2. Variação de provisões técnicas	76 124	-169 349	245 473	>100
Constituição de provisões técnicas	702 788	504 649	198 139	39,3
Reversão de provisões técnicas	626 664	673 998	-47 334	-7,0
3. Juros líquidos	20 177	17 713	2 464	13,9
Juros e rendimentos similares	20 477	17 933	2 544	14,2
Juros e encargos similares	300	220	80	36,4
4. Rendimentos de instrumentos de capital	1 708	3 011	-1 303	-43,3
5. Resultados de ativos avaliados ao justo valor, através de resultados	491	35	456	>100
Ganhos com aumento de justo valor	749	166	583	>100
Perdas com redução de justo valor	258	131	127	96,9
6. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	3 642	912	2 730	>100
Ganhos com aumento de justo valor	4 985	966	4 019	>100
Perdas com redução de justo valor	1 343	54	1 289	>100
7. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	-641	514	-1 155	<-100
8. Gastos operacionais	32 639	32 034	605	1,9
Custos com o pessoal	5 371	4 864	507	10,4
Gastos gerais administrativos	26 065	26 438	-373	-1,4
Amortizações do exercício	1 203	732	471	64,3
9. Outros resultados de exploração	25 031	26 624	-1 593	-6,0
Outros rendimentos e ganhos	33 266	35 648	-2 382	-6,7
Outros gastos e perdas	8 235	9 024	-789	-8,7
10. RESULTADO OPERACIONAL (+1-2+3+4+5+6+7-8+9)	-29 802	-6 139	-23 663	<-100
11. Imparidade e provisões líquidas de reposições, anulações e reversões	392 332	440	391 892	>100
Provisões líquidas de reposições e anulações	56	133	-77	-57,9
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	392 276	307	391 969	>100
12. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS (10-11)	-422 134	-6 579	-415 555	<-100
13. Impostos	-13 345	-8 213	-5 132	62,5
Imposto corrente	3 085	191	2 894	>100
Imposto diferido	-16 430	-8 404	-8 026	95,5
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (13-12)	-408 789	1 634	-410 423	<-100

Decorrente do crescimento da atividade mutualista, a **margem associativa** teve uma evolução muito positiva em 2019, ascendendo a 27,3 milhões de euros, traduzindo proveitos inerentes a associados muito superiores aos do ano anterior (+35,9%), bem como superiores aos custos inerentes a associados, que diminuíram 6,2% face a 2018.

O **montante líquido de juros**, essencialmente proveniente das aplicações da carteira de títulos, no montante 20,1 milhões de euros, também evidenciou, face a 2018, um comportamento favorável (+2,5 milhões de euros), não obstante os níveis de taxas de juros historicamente baixos e a redução ocorrida na carteira de títulos, para o que contribuiu o investimento em obrigações subordinadas, emitidas por empresas do Grupo, com taxas de remuneração acima das obtidas noutros tipos de ativos financeiros.

Os **rendimentos provenientes de instrumentos de capital**, no montante de 1,7 milhões de euros, ficaram aquém dos obtidos em 2018, em 1,3 milhões de euros, em resultado da diminuição de dividendos distribuídos pelas empresas participadas.

O comportamento dos **resultados de ativos financeiros disponíveis para venda**, no montante de 3,6 milhões de euros, compara, favoravelmente, com os obtidos, em 2018, que se situaram em 0,9 milhões de euros.

A redução dos níveis de **imparidade associados aos ativos financeiros em carteira**, traduziu-se num reconhecimento positivo em resultados de 0,5 milhões de euros. O abate do valor nominal de algumas obrigações classificadas em imparidade e a redução do capital de alguns fundos de investimento justificam a variação anual positiva apresentada, de 1,2 milhões de euros.

Os **gastos operacionais** que incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações do exercício, situaram-se em 32,6 milhões de euros, apresentando um ligeiro incremento, de 1,9%, face a 2018. O esforço de racionalização dos gastos levado

a efeito permitiu uma redução dos gastos gerais administrativos, de 0,5 milhões de euros, face a 2018, não tendo, contudo, sido suficiente para compensar o acréscimo dos gastos com o quadro próprio de pessoal e com amortizações.

Os **outros resultados de exploração**, no montante de 25 milhões de euros, apresentam uma redução, face a 2018, de 1,6 milhões de euros, em consequência, essencialmente, da valorização da carteira de imóveis de rendimento ocorrida em 2019, que atingindo 17 milhões de euros, foi inferior à registada no ano anterior, em 3,3 milhões de euros.

Na sequência da alteração do estatuto fiscal do MGAM, em sede de IRC, em 1 de janeiro de 2017, e consequente reconhecimento de ativos e passivos por impostos diferidos, foram registados, em 2019, 16,4 milhões de euros de **impostos diferidos**, decorrentes, essencialmente, das provisões matemáticas constituídas. O **IRC a pagar**, com referência ao exercício de 2019, ascende a 3 milhões de euros.

Como anteriormente referido, o resultado contabilístico do exercício de 2019 foi fortemente influenciado por **impactos não recorrentes de grande materialidade**, relacionados com a contabilização das provisões matemáticas e das imparidades para as duas maiores entidades do grupo: CEMG/BM e Montepio Seguros, SGPS.

Em consequência do contexto de contínua descida das taxas de juro, o MGAM efetuou um **reforço adicional das provisões matemáticas**, de 34,7 milhões de euros, no quadro do teste da sua adequação aos parâmetros de mercado, tal como se descreve no Relatório Atuarial, anexo a este Relatório e Contas. Esse reforço penalizou os resultados inerentes a associados, que atingiram o valor de -48,9 milhões de euros (-21,9 milhões de euros em 2018) e teve um efeito negativo na conta de resultados, embora tivesse sido mitigado pelo efeito fiscal associado, de 8,9 milhões de euros.

Mas, o maior impacto desfavorável não recorrente nos resultados de 2019 está relacionado com o reconhecimento de **imparidade para outros ativos** no montante de 392 milhões de euros, incorporando 377,5 milhões de euros de imparidade constituída para a participação no capital da CEMG/BM e 14,8 milhões de euros de imparidade para a participação no capital do Montepio Seguros - SGPS. Estas imparidades resultaram das avaliações efetuadas às duas entidades, de acordo com as metodologias previstas nas normas e na política contabilística e adotando uma abordagem conservadora face ao contexto de mercado e ao quadro de incerteza atual, como se explicita na Nota 20 do Anexo.

Expurgando os efeitos anteriores, verifica-se que **o resultado recorrente do exercício** do MGAM em 2019 atingiu um valor positivo de 9,3 milhões de euros, o qual incorpora um resultado operacional de 4,9 milhões de euros.

	2019	2018	(milhares de euros)	
	Valor	Valor	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultado do Exercício (contabilístico)	-408 789	1 634	-410 423	<-100
Impactos Não Recorrentes, dos quais:	418 123	1 514	416 609	>100
Teste de Adequação das Provisões Matemáticas*	34 708	2 035	32 673	>100
Efeito Fiscal decorrente do Teste de Adequação das Provisões Matemáticas**	-8 885	-521	-8 364	>100
Imparidade para a Participação na CEMG/Banco Montepio	377 500	0	377 500	-
Imparidade para a Participação na Montepio Seguros, SGPS	14 800	0	14 800	-
RESULTADO RECORRENTE DO EXERCÍCIO	9 334	3 148	6 186	>100

* Do inglês: LAT-Liabilities Adequacy Test, recálculo das provisões matemáticas, decorrente da redução das taxas de juro de referência, conforme descrito no Relatório Atuarial em Anexo.

** Dedução do impacto fiscal associado ao aumento do custo com as provisões matemáticas adicionais constituídas.

13

Propostas

13.1

Proposta de imputação dos ativos por impostos diferidos às modalidades com provisões técnicas

A partir de 1 de janeiro de 2017, o MGAM passou a ser sujeito passivo de IRC, situação que obrigou ao registo dos impostos e ao reconhecimento de ativos e de passivos por impostos diferidos no balanço de 31 dezembro de 2017, dando lugar ao reconhecimento por registo de diferenças temporárias para efeitos de IRC, no montante de 808 M€.

Para fins de apuramento e adequada ponderação na situação patrimonial das modalidades / rendas do MGAM atendendo a que as diferenças temporárias dão origem a Impostos Diferidos decorrem, fundamentalmente, do facto das provisões técnicas para encargos das modalidades associativas não serem fiscalmente dedutíveis **propõe-se** imputar a cada modalidade Ativos por Impostos Diferidos em função do seu volume de provisões técnicas constituído de acordo com a taxa de IRC.

13.2

Proposta de recurso aos excedentes técnicos e reservas das modalidades e ao fundo de reserva geral para cobertura dos saldos negativos dos fundos disponíveis das modalidades

Considerando que algumas modalidades apresentaram, no exercício de 2019, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com

os Estatutos registados do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59), *“quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral”,* **propõem-se** os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades de capitalização, por via do recurso à sua Reserva de Estabilização de Resultados, no montante de 13 677 306,65 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 15 928 796,19 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso às suas Reservas Gerais no montante de 416 547 977,90 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo Bolsa de Estudo, do Fundo Montepio Egitanense e da Modalidade Montepio Proteção Crédito Individual, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 124 025,16 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos, Reservas Gerais ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 65 643 634,53 euros.

Reservas de Estabilização de Resultados

Reservas de Estabilização de Resultados

(euros)

(O existente nas respetivas Reservas de Estabilização de Resultados para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Modalidades individuais

Montepio Poupança Complementar	13 587 440,04	13 587 440,04
--------------------------------	---------------	---------------

Modalidades coletivas

Capitais Coletivos	89 866,61	89 866,61
--------------------	-----------	-----------

Subtotal Reserva de Estabilização de Resultados

13 677 306,65

Fundo Permanente da Respetiva Modalidade

Excedentes Técnicos

(euros)

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2024)	6 783,37
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1.ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2025)	323,11
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 1.ª Série)	82 499,58
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 2.ª Série)	117 487,24
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 3.ª Série)	57 695,09
Montepio Capital Certo (Série 2011_2019 4.ª Série)	10 026,23
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2011-2026)	277,35
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1.ª Série)	17,76
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2.ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 3.ª Série)	6,46
Montepio Poupança Familiar (Série 2013_2018 1.ª Série)	6,46
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 1.ª Série)	176 684,84
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 2.ª Série)	200 209,66
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 3.ª Série)	197 747,30
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 4.ª Série)	696 941,32
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 5.ª Série)	363 921,71
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 6.ª Série)	426 592,70
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 7.ª Série)	803 389,68
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 8.ª Série)	724 379,75
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 9.ª Série)	70 641,67
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 10.ª Série)	463 734,51
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 11.ª Série)	660 073,32
Montepio Capital Certo (Série 2014_2019 12.ª Série)	422 639,89
Montepio Proteção Invalidez - 3%	211,25
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	1 921,91
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6% 41	41 958,40
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	40,57
Capitais para Jovens - 4%	2 459 997,91
Subsídio por Morte - 4%	262 697,37
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	183 127,53
Capital Temporário de Invalidez - 4%	37 229,43
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	4 418,15
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	162,88
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4%	2 783,60
Parcial_1	8 481 957,15
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	5 316,23
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 1.ª Série)	28 493,50
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2.ª Série)	29 952,90
Montepio Proteção Vida - 3%	366 739,00
Rendas Temporárias - 3%	18 897,60
Capitais de Previdência - 4%	3 120 799,15
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	3 737 499,75
Capitais para Estudos - 4%	97 847,75
Rendas de Sobrevivência - 4%	37 358,72
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	9 250,67
Parcial_2	7 446 839,04
Subtotal_Fundo Permanente	15 928 796,19

Reservas Gerais da Respetiva Modalidade

Reservas Gerais

(euros)

(O existente nas respetivas reservas para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 3.ª Série)	317 097,86
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 4.ª Série)	916 321,66
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 5.ª Série)	360 653,82
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 6.ª Série)	158 088,61
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 7.ª Série)	254 406,52
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 9.ª Série)	59 553,81
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 1.ª Série)	700 617,07
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 3.ª Série)	2 627 659,39
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 4.ª Série)	2 087 863,76
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 1.ª Série)	5 977,10
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 5.ª Série)	1 400 111,31
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 2.ª Série)	52 360,33
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 3.ª Série)	1 971,67
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 4.ª Série)	4 919,06
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 5.ª Série)	15 734,98
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 6.ª Série)	21 518,27
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 7.ª Série)	16 622,11
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 8.ª Série)	13 627,30
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 4.ª Série)	975 757,04
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 5.ª Série)	1 871 552,72
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 12.ª Série)	3 976 052,65
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 13.ª Série)	2 459 295,72
Montepio Capital Certo (Série 2018_2023 1.ª Série)	3 325 702,33
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1.ª Série)	1 787 756,94
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2.ª Série)	828 827,26
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 3.ª Série)	1 402 773,91
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 4.ª Série)	539 164,82
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5.ª Série)	1 519 101,88
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 6.ª Série)	1 145 915,07
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 7.ª Série)	920 026,47
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 1.ª Série)	362 079,14
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 8.ª Série)	1 779 374,16
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 1.ª Série)	1 100 131,39
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 3.ª Série)	615 260,96
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 4.ª Série)	475 601,14
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 2.ª Série)	291 732,07
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 5.ª Série)	67 541,57
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 1.ª Série)	55 170,70
Montepio Capital Certo (Série 2018_2022 1.ª Série)	945 051,30
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 3.ª Série)	1 421 565,57
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 6.ª Série)	111 435,43
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 2.ª Série)	5 373,56
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 4.ª Série)	1 563 583,13
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2018_2021 7.ª Série)	198 364,69
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 3.ª Série)	48 409,05
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 1.ª Série)	1 014 912,42
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 1.ª Série)	1 148,87
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 1.ª Série)	422 291,74
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 1.ª Série)	9 430,22
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 2.ª Série)	3 745 434,37
Parcial_1	44 000 922,92

Reservas Gerais da Respetiva Modalidade (continuação)

Reservas Gerais (continuação)

(euros)

(O existente nas respetivas reservas para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 2.ª Série)	2 108,85
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 2.ª Série)	471 160,80
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 2.ª Série)	150 252,58
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 3.ª Série)	3 461 984,84
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 3.ª Série)	7 353,99
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 3.ª Série)	478 112,48
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 3.ª Série)	49 471,89
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 4.ª Série)	3 065 128,12
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 4.ª Série)	1 905,13
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 4.ª Série)	241 289,13
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 4.ª Série)	19 368,69
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 5.ª Série)	4 961 514,36
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 5.ª Série)	470 621,71
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 5.ª Série)	91 200,89
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 6.ª Série)	3 177 447,11
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 6.ª Série)	560 967,37
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 6.ª Série)	32 967,12
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 7.ª Série)	3 854 156,74
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 7.ª Série)	925 305,97
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 7.ª Série)	335 356,09
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 8.ª Série)	4 039 141,47
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 8.ª Série)	872 637,78
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 8.ª Série)	372 066,24
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 9.ª Série)	2 851 667,58
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 9.ª Série)	1 039 818,06
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 9.ª Série)	13 993,61
Montepio Poupança Educação MAIS (Série 2019_2027 1.ª Série)	1 207,04
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 11.ª Série)	834 377,66
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 11.ª Série)	639 991,87
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 11.ª Série)	2 498 513,10
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 12.ª Série)	603 492,99
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 12.ª Série)	301 877,43
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 12.ª Série)	965 404,88
Pensões para Deficientes - 4%	270 264,11
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	46 861,86
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	2 590 704,87

Parcial 240 299 694,41

Reservas Gerais da Respetiva Modalidade (continuação)

Reservas Gerais (continuação)

(euros)

(O existente nas respetivas reservas para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Poupança Reforma	16 865 257,14
Montepio Poupança Complementar	191 319 573,22
Modalidades Coletivas	619 588,44
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 1.ª Série)	48 510,00
Montepio Capital Certo (Série 2013_2021 2.ª Série)	56 034,62
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 1.ª Série)	774 276,64
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 2.ª Série)	3 982 250,47
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 8.ª Série)	162 905,29
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 6.ª Série)	845 136,79
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 7.ª Série)	1 019 124,44
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 8.ª Série)	1 282 352,34
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 9.ª Série)	1 309 404,04
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 10.ª Série)	1 841 672,56
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 11.ª Série)	1 570 713,20
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	151 741,73
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 12.ª Série)	1 261 474,64
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 1.ª Série)	2 114 025,21
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 2.ª Série)	1 308 043,31
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 3.ª Série)	4 433 131,21
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 6.ª Série)	2 040 229,41
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 7.ª Série)	130 435,89
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 8.ª Série)	5 424 919,00
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 9.ª Série)	6 458 343,38
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 10.ª Série)	7 343 399,09
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 11.ª Série)	6 001 758,27
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 10.ª Série)	1 293 697,27
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 10.ª Série)	6 614 782,87
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	1 692 477,89
Capitais de Previdência - 4%	7 649 663,44
Montepio Proteção Vida - 3%	169 623,45
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	30 772 758,29
Montepio Proteção 18-30 - 3%	3 891 020,40
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	2 839 172,50
Rendas Temporárias - 3%	69 155,04
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	10 470 091,97
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	2 050 275,33
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	2 303 680,24
Capitais para Estudos - 4%	448 292,93
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	3 344 459,48
Rendas de Sobrevivência - 4%	267 449,41
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	6 459,73

Parcial 332 247 360,57

Subtotal Reservas Gerais416 547 977,90

Fundo Próprio do Respetivo Fundo Autónomo e das Modalidades

Fundo Próprio	(euros)
(O existente no respetivo Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)	
Fundos Autónomos	
Montepio Proteção Crédito Individual	6 178,90
Fundo Bolsas de Estudo	97 659,95
Fundo Montepio Egitanienese	20 186,31
Subtotal Fundo Próprio	124 025,16

Fundo de Reserva Geral

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)	(euros)
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 3.ª Série)	206 841,92
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 1.ª Série)	3 238 546,39
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 2.ª Série)	175 555,44
Montepio Capital Certo (Série 2015_2020 8.ª Série)	26 669,93
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 2.ª Série)	2 948 350,69
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 6.ª Série)	6 049,24
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 7.ª Série)	312 247,30
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 8.ª Série)	506 921,89
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 9.ª Série)	398 268,73
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 10.ª Série)	236 023,11
Montepio Capital Certo (Série 2016_2021 11.ª Série)	233 995,32
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	102 612,73
Montepio Poupança Mais (Série 2016_2021 12.ª Série)	634 988,39
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 1.ª Série)	282 319,88
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 2.ª Série)	1 069 435,98
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 3.ª Série)	37 435,51
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 6.ª Série)	981 288,60
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 7.ª Série)	2 271 118,79
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 8.ª Série)	682 951,17
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 9.ª Série)	774 295,95
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 10.ª Série)	951 545,34
Montepio Capital Certo (Série 2017_2022 11.ª Série)	631 676,68
Montepio Poupança Expresso NET (Série 2019_2022 10.ª Série)	506 234,81
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 10.ª Série)	5 233 450,35
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	1 474 501,42
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	12 746 041,59
Montepio Proteção 18-30 - 3%	4 403 291,41
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	1 142 703,81
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	12 493 856,36
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	7 288 362,56
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	2 031 623,78
Capitais para Estudos - 4%	33 441,72
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	1 580 987,74

Total Fundo de Reserva65 643 634,53

13.3
Proposta de aplicação dos Resultados

Tendo em consideração:

- A transferência de 13 677 306,65 euros da Reserva de Estabilização de Resultados para cobertura dos Fundos Disponíveis de algumas modalidades de capitalização;
- A transferência de 15 928 796,19 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;
- A transferência de 416 547 977,9 euros de Reservas Gerais para cobertura de Fundos Disponíveis de algumas modalidades;

- A transferência de 124 025,16 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis dos Fundos Autónomos;
- A transferência de 65 643 634,53 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura dos Fundos Disponíveis negativos;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias e Outros Fundos no montante total de -408 788 912,97 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 103 132 827,46 euros, relativamente ao qual se **propõe** o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:

- Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2.º do Artigo 56.º dos Estatutos	(euros)
- Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60 dos Estatutos (59% dos saldos anuais dos Fundos Modalidades Individuais)	36 927 223,87
Montepio Proteção Crédito à Habitação	19 426 913,50
Montepio Proteção Outros Encargos	884 683,6120 311 597,11
- Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)	
Modalidades individuais	
Capitais de Garantia	14 969,74
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas - 3%	64,45
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 1.ª Série)	990,72
Montepio Capital Certo (Série 2012_2020 2.ª Série	866,53
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 10.ª Série)	1 670,13
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 2.ª Série (*)	219,37
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4.ª Série) (*)	122,81
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 5.ª Série) (*)	60,74
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6.ª Série) (*)	80,31
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7.ª Série) (*)	43,06
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8.ª Série) (*)	21,76
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9.ª Série) (*)	104,35
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 10.ª Série) (*)	95,11
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 11.ª Série) (*)	44,96
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12.ª Série) (*)	42,4019 396,44

Parcial 157 258 217,42

SUBTOTAL DOTAÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL57 258 217,42

(*) Por encerramento destas Séries, no ano de 2018, a transferência para o Fundo de Reserva Geral é de 100%

Para os Fundos Permanentes das Respetivas Modalidades e Rendas:

- (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)		(euros)
Excedentes Técnicos:		
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas - 3%	1 224,52	
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS	1 224,52	

Para os Fundos Próprios das Respetivas Modalidades e Outros Fundos:

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)		(euros)
Modalidades de capitalização		
Modalidades Individuais		
Capitais de Garantia	284 424,96	
Montepio Capital Certo	67 020,13	351 445,09
Fundo de Solidariedade Associativa		31 401 006,34
Fundo de Administração		6 096,42
Montepio Proteção Crédito à Habitação		13 500 058,54
Montepio Proteção Outros Encargos		614 780,13
SUBTOTAL - DOTAÇÃO PARA OS FUNDOS PRÓPRIOS	45 873 386,52	
TOTAL	103 132 827,46	

13.4
Proposta de transferência para o fundo de reserva geral das séries encerradas da modalidade Montepio Capital Certo

Por encerramento das quinze Séries da Modalidade Montepio Capital Certo, no ano de 2018, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas Séries, **propõe-se** a transferência do montante de 1 772 375,56 euros para o Fundo de Reserva Geral.

Para o Fundo de Reserva Geral:

		(euros)
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 1.ª Série)	2 227,22	
Montepio Capital Certo (Série 2010_2018 2.ª Série)	12 835,37	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 1.ª Série)	42 638,80	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 2.ª Série)	5 596,21	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 3.ª Série)	10 637,29	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 4.ª Série)	387 922,05	
Montepio Poupança Familiar (Série 2013_2018 1.ª Série)	20 813,96	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 5.ª Série)	95 580,08	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 6.ª Série)	344 893,68	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 7.ª Série)	137 436,05	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 8.ª Série)	37 326,23	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 9.ª Série)	17 087,61	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 10.ª Série)	267 355,89	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 11.ª Série)	216 324,29	
Montepio Capital Certo (Série 2013_2018 12.ª Série)	173 700,83	
Total	1 772 375,56	

13.5
Proposta de comparticipação para o Fundo de Administração

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo de Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, **propõe-se** que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2019:

Modalidades	%
Montepio Poupança Complementar	0,895%
Montepio Poupança Reforma	0,895%
Capitais Coletivos	0,895%
Montepio Capital Certo	0,895%
Montepio Proteção Crédito à Habitação, Outros Encargos e Crédito Individual	1,000%
Restantes Modalidades, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias	0,450%

13.6
Proposta de atribuição de melhorias de benefícios

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que não sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de dezembro de 2019).

13.7
Excedentes técnicos de rendas vitalícias e rendas temporárias

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2019 não sofram qualquer atualização.

13.8
Proposta de atribuição de rendimento anual complementar às modalidades de capitalização

Tendo em consideração:

- O valor do Fundo Disponível destas modalidades (Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos), gerado ao longo do ano de 2019;

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja de 0,15%:

	%
Montepio Poupança Reforma	0,15%
Montepio Poupança Complementar	0,15%
Capitais Coletivos	0,15%

13.9
Proposta de dotação para a Fundação Montepio

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral - Associação Mutualista em 1995, possa dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração **propõe** à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 500 000 euros.

Lisboa, 29 de abril de 2020

O Conselho de Administração
Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

14

Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Certificação Legal de Contas

Balço em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(valores expressos em milhares de euros)

Notas	2019	2018
Ativo		
Disponibilidades em instituições de crédito	16 28 215	27 712
Aplicações em instituições de crédito	17 104 333	110 587
Ativos financeiros detidos para negociação	18 2 382	4 660
Ativos financeiros disponíveis para venda	19 364 969	370 635
Investimentos em subsidiárias e associadas	20 1 721 595	2 083 883
Propriedades de investimento	21 343 447	306 625
Ativos tangíveis	22 36 643	35 070
Ativos intangíveis	- 96	19
Ativos por impostos correntes	23 4 860	5 235
Ativos por impostos diferidos	23 833 284	816 770
Outros ativos	24 15 817	15 351
Total do Ativo	3 455 641	3 776 547
Passivo		
Outras provisões	26 2 235	2 179
Provisões técnicas		
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	27 3 030 096	2 943 410
Subvenções e melhorias de benefícios	27 57 362	59 590
Outros passivos	24 28 552	18 320
Total do Passivo	3 118 245	3 023 499
Capital Próprio		
Fundos próprios	28 43 689	47 319
Excedentes técnicos	28 26 881	22 432
Reservas de justo valor líquida de impostos	29 153	402
Reserva geral	29 658 487	679 660
Outras reservas	29 14 473	796
Outras variações no capital próprio	29 2 502	805
Resultado líquido do exercício	29 (408 789)	1 634
Total do Capital Próprio	337 396	753 048
Total do Passivo e Capital Próprio	3 455 641	3 776 547

A contabilista certificada
Rosa Maria Alves Mendes

O Conselho de Administração
Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(valores expressos em milhares de euros)

Notas	2019	2018
Proveitos inerentes a associados	3 667 765	491 505
Custos inerentes a associados	4 (640 494)	(682 740)
Variação das provisões técnicas	5 (76 124)	169 349
Juros e rendimentos similares	6 20 477	17 933
Juros e encargos similares	6 (300)	(220)
Rendimentos de instrumentos de capital	7 1 708	3 011
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8 491	35
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9 3 642	912
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10 641	(514)
Custos com pessoal	12 (5 371)	(4 864)
Gastos gerais administrativos	13 (26 065)	(26 438)
Amortizações do exercício	14 (1 203)	(732)
Outros resultados de exploração	15 25 031	26 624
Resultado operacional	(29 802)	(6 139)
Provisões líquidas de reposições e anulações	26 (56)	(133)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11 (392 276)	(307)
Resultado antes de impostos	(422 134)	(6 579)
Imposto corrente	23 (3 085)	(191)
Imposto diferido	23 16 430	8 404
Resultado líquido após impostos do exercício	(408 789)	1 634

A contabilista certificada
Rosa Maria Alves Mendes

O Conselho de Administração
Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Demonstração do Rendimento Integral para os anos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(valores expressos em milhares de euros)

	2019	2018
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reserva de justo valor de instrumentos financeiros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(334)	(10 932)
Impostos diferidos	85	3 324
	(249)	(7 608)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultados		
Reconhecimento dos desvios atuariais (nota 25)	1 697	395
Reserva de reavaliação		
Ativos fixos tangíveis (nota 22)	-	914
Impostos diferidos	-	(118)
	1 697	1 191
Total outro rendimento integral	1 448	(6 417)
Resultado líquido do exercício	(408 789)	1 634
Total de rendimento integral do exercício	(407 341)	(4 783)

A contabilista certificada
Rosa Maria Alves Mendes

O Conselho de Administração
Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Mapa das alterações no Capital Próprio para os anos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(valores expressos em milhares de euros)

	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reserva de justo valor líquida de impostos	Reserva Geral	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2017	34 708	30 953	8 010	76 223	36 878	410	587 554	774 736
Distribuição de resultados do MGAM (nota 29)	13 010	453	-	810 586	(36 878)	-	-	787 171
Recurso aos excedentes técnicos e fundo de reservas (nota 29)	(399)	(13 618)	-	(185 599)	-	-	(587 554)	(787 170)
Recurso às reservas (nota 29)	-	-	-	(293)	-	-	-	(293)
Reposição de reserva geral (ver nota 29)	-	(24)	-	24	-	-	-	-
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC	-	4 668	-	(4 668)	-	-	-	-
Atribuição de benefícios (nota 29)	-	-	-	(16 613)	-	-	-	(16 613)
Variação da reserva de justo valor líquida de impostos (nota 29)	-	-	(7 608)	-	-	-	-	(7 608)
Remensurações no exercício (nota 25)	-	-	-	-	-	395	-	395
Reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquida de imposto diferido	-	-	-	-	796	-	-	796
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1 634	1 634
Saldos em 31 de dezembro de 2018	47 319	22 432	402	679 660	796	805	1 634	753 048
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 29)	80	16 026	-	14 322	21 539	-	-	51 967
Recurso aos excedentes técnicos e fundo de reservas (nota 29)	(3 710)	(3 139)	-	(43 484)	-	-	(1 634)	(51 967)
Distribuição de excedentes dos CRPC	-	(48)	-	(185 599)	-	-	-	28
Atribuição de rendimentos às modalidades de capitalização	-	(35)	-	76	(7 862)	-	-	(8 339)
Reposição de reserva geral (ver nota 29)	-	(14 041)	-	14 041	-	-	-	-
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC	-	5 686	-	(5 686)	-	-	-	-
Variação da reserva de justo valor, líquida de imposto diferido (nota 29)	-	-	(249)	-	-	-	-	(249)
Remensurações no exercício (nota 25)	-	-	-	-	-	1 697	-	1 697
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(408 789)	(408 789)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	43 689	26 881	153	658 487	14 473	2 502	(408 789)	337 396

A contabilista certificada
Rosa Maria Alves Mendes

O Conselho de Administração
Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

(valores expressos em milhares de euros)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os anos findos em 31 de dezembro
de 2019 e 2018

	Notas	2019	2018
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais			
Custos inerentes a associados	4	(640 472)	(680 456)
Proveitos inerentes a associados	3	667 765	491 505
Dotação para a Fundação Montepio Geral	31	(1 000)	(1 000)
Outros pagamentos e recebimentos		(23 139)	(33 367)
Impostos		(2 709)	(5 424)
		445	(228 742)
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento			
Investimentos em subsidiárias e associadas	20	(30 011)	(35 540)
Investimentos em ativos fixos tangíveis		(3 246)	24 462
Pagamentos e recebimentos relativos a propriedades de investimentos		(7 301)	(20 574)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos detidos até à maturidade		-	521 903
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros detidos para negociação		2 278	339
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados		491	-
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros disponíveis para venda		30 182	(343 467)
Aplicações em instituições de crédito		6 714	71 823
Juros de depósitos à ordem		16	19
Dividendos	7	309	1 674
Empréstimos de financiamento		626	376
		58	221 015
Variação líquida em disponibilidades em instituições de crédito		503	(7 727)
Disponibilidades em instituições de crédito no início do exercício		27 712	35 439
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do exercício		28 215	27 712

A contabilista certificada
Rosa Maria Alves Mendes

O Conselho de Administração
Virgílio Manuel Boavista Lima - Presidente
Carlos Vicente Morais Beato
Idália Maria Marques Salvador Serrão
Luís Gabriel Moreira Maia Almeida

Notas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

1 Políticas contabilísticas

a Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840.

Em 2 de agosto de 2018 foi publicado o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) – anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2018. O CAM reformula o conceito de associação mutualista, relevando a sua natureza associativa, como pessoa coletiva de direito privado, introduz fins de desenvolvimento humano e a indicação de que as associações mutualistas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se integram na economia social, descreve, em vários artigos, os princípios mutualistas, enfatiza a participação dos associados, a reafirmação da gestão autónoma e independente das associações relativamente às entidades públicas e a quaisquer outras entidades, sem prejuízo da implementação de instrumentos de fiscalização por parte do Estado.

Mas, as principais alterações do CAM são as que se referem à segregação das associações mutualistas que captem, anualmente, um volume bruto de quotas das modalidades superior a 5 milhões de euros e o valor bruto total dos respetivos fundos exceda 25 milhões de euros, e que sejam indicadas em despacho ministerial específico, impondo-lhes novos requisitos à estrutura e sistema de governo e um regime de supervisão, tendo por base, com as devidas adaptações, os requisitos do setor segurador, aplicável pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Ficou definido (Artigo 6.º, ponto 4 do referido diploma) um regime transitório, com um prazo de 12 anos, a contar da data do mencionado despacho ministerial, para a adaptação ao novo regime de supervisão.

Para acompanhar e apoiar os trabalhos de adaptação regulatória e das associações será criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos Ministérios das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da DG da Segurança Social, da ASF e das associações abrangidas.

Em 29 de novembro de 2018 foi publicado o Despacho conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho 11392-A/2018) que veio determinar a sujeição do Montepio Geral - Associação Mutualista ao regime transitório aplicável pela ASF, definida como Supervisor Financeiro.

Durante o período do regime transitório, a ASF irá exigir às associações, abrangidas pelo regime, um plano detalhado, que inclua as fases e atos essenciais para a adaptação ao futuro regime de supervisão, poderá solicitar informações e exercer os seus deveres como entidade supervisora, para o exercício dos quais, determinou o legislador, deverá definir, por norma regulamentar, o âmbito, a natureza e o formato da informação que lhe deverá ser prestada, tendo sido comunicado pela ASF, em Nota Informativa do dia 13 de dezembro de 2018, que “este normativo deve ainda ser submetido a audição da Comissão de Acompanhamento do período transitório prevista no artigo 10.º do Decreto – Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto”.

Já em 2019, uma clarificação adicional do enquadramento regulamentar do Montepio Geral - Associação Mutualista ocorreu, no dia 16 de janeiro, com a publicação da Lei 7/2019, a qual, com as adaptações necessárias, acrescentou as Associações Mutualistas - artigo 33.º - A - no RJASR - Regime Jurídico de Acesso e exercício da atividade Seguradora e Resseguradora e aplicou as novas regras em matéria de distribuição de modalidades mutualistas estabelecidas pela transposição da Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 (Diretiva de distribuição de seguros).

O MGAM irá preparar um plano detalhado que inclua as fases de adaptação ao referido regime e que será monitorizado por uma comissão de acompanhamento composta por um representante de cada Ministério, da Direção Geral da Segurança Social, da ASF e do MGAM.

Em 11 de outubro de 2019, conforme estabelecido pelo n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) colocou em consulta pública o projeto de norma regulamentar (Consulta Pública n.º 6/2019) que visa regular a prestação inicial de informação pelas associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório de supervisão estabelecido por aquele preceito legal. Até ao dia 11 de novembro de 2019, decorreu o período de submissão de comentários ao projeto de norma regulamentar, aguardando-se ainda a publicação da sua versão final.

Neste âmbito importa destacar sobretudo os requisitos financeiros (regime Solvência II) que terão um impacto significativo ao nível do MGAM. Saliente-se no entanto, que não foram ainda estabelecidos os critérios de aplicação do regime transitório por parte da ASF, pelo que as demonstrações financeiras não consideraram quaisquer eventuais efeitos que venham a resultar da aplicação dos futuros requisitos que venham a ser definidos no âmbito da nova legislação.

Em sessão extraordinária da Assembleia Geral de associados, realizada a 4 de novembro de 2019, foi aprovado o projeto de alteração parcial dos estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista para adaptação dos mesmos ao novo Código das Associações Mutualistas, aguardando-se o registo definitivo do novo texto dos estatutos junto da Direção-Geral da Segurança Social, enquanto entidade tutelar. É aqui de mencionar que os novos estatutos entram em vigor no primeiro dia do mês seguinte à efetivação do referido registo.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de

2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“ESNL”) e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) da Associação, agora apresentadas, reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2019. A Associação elabora contas consolidadas que serão apresentadas oportunamente.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2018, exceto no que se refere às alterações decorrentes da IFRS 16 – Locações, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019, que veio estabelecer os novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações. Em 1 de janeiro de 2019, a Associação efetuou um levantamento dos contratos de locação existentes e utilizou o expediente prático previsto na norma, isto é, só aplicou a norma a contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 - Locações e da IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação. De acordo com o preconizado na IFRS 16, a Associação aplicou esta norma retrospectivamente com os impactos da transição reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. Deste modo a informação comparativa não foi reexpressa.

A Associação, ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros, utilizando uma taxa incremental à data inicial de aplicação do normativo e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação. Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 16 com referência a 1 de janeiro de 2019, assim como a reconciliação entre os saldos de balanço em 31 de dezembro de 2018 e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16, encontram-se detalhados na nota 33.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Associação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 34. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 - Contratos de Seguros,

da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

No plano fiscal, a Associação beneficiou, até 31 de dezembro de 2016, da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), a qual foi ainda objeto de reconhecimento por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Contudo, a Associação deixou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar daquela isenção. Neste sentido, a Associação passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se ainda que conforme descrito na nota 23, este facto foi confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 v).

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das respetivas operações, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável e rendimento das suas participações financeiras e do seu plano de atividades no futuro. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequacidade deste pressuposto ver nota 20 Investimentos em subsidiárias e associadas e nota 32 Gestão de Riscos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de abril de 2020. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas em Assembleia Geral sem alterações significativas.

b

Ativos
tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de ativo	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Obras em imóveis arrendados	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

c

Ativos
intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

d

Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

e

Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, quando existem indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

f

Locações (IFRS 16)

Conforme descrito na nota 1 a), a Associação adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Associação não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16.

Esta norma estabelece novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

A Associação optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor, considerando para este efeito o montante de 5 milhares de euros, tendo sido utilizada a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Impactos na ótica do locatário

A Associação reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
 - as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
 - o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
 - pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um *spread* de risco da Associação, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

A Associação reavalia um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso, sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação, ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

A Associação não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de a Associação ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras da Associação, conforme também referido na nota 33, nomeadamente:

na demonstração dos resultados:

- (i) registo em Juros e encargos similares do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- (ii) registo em Gastos gerais administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- (iii) registo em “Amortizações do exercício” do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

no balanço:

- (i) registo em Ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- (ii) registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

na demonstração dos fluxos de caixa:

a rubrica Fluxos de caixa de atividades operacionais – Outros recebimentos e pagamentos inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor e a rubrica Fluxos de caixa de atividades de investimento – Investimentos em ativos fixos tangíveis inclui os montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado.

g

Locações
(IAS 17)

Até 31 de dezembro de 2018, e de acordo com o definido na IAS 17, as locações eram classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferissem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. Eram igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais alterações particulares do contrato aponta para tal natureza. As restantes locações eram classificadas como operacionais. A classificação das locações era feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início do seguinte modo: o ativo é reconhecido pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos de locação. No caso da dívida, esta é contabilizada líquida de encargos financeiros. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos exercícios durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos fixos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Associação não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando a Associação tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Locações operacionais

Na ótica do locatário, a Associação detinha diversos contratos de locação operacional de imóveis e viaturas. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação eram reconhecidos na rubrica Gastos gerais administrativos, no decurso da vida útil do contrato, não se evidenciando no seu balanço, nem o ativo nem a responsabilidade associada ao contrato celebrado.

h

Ativos
financeiros

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

A Associação durante o primeiro semestre de 2017 procedeu à alienação de ativos classificados nesta categoria tendo procedido à reclassificação da restante carteira para ativos financeiros disponíveis para venda. De acordo com a IAS 39 instrumentos financeiros a Associação não poderá classificar ativos nesta categoria até ao final de 2019.

Empréstimos e contas a receber

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros

(*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

i

Instrumentos
financeiros
derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

j

Operações
em moeda
estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

k

Demonstração
dos fluxos
de caixa

Os conceitos utilizados na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa são os seguintes:

Fluxos de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, disponibilidades em instituições de crédito e aplicações de muito curto prazo em instituições de crédito (com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço) e com risco insignificante de variações de justo valor.

Atividades operacionais

Utiliza-se o método indireto para a apresentação dos fluxos de caixa atividades operacionais, refletindo o fluxo das atividades típicas da Associação, bem como outras atividades que não são qualificadas como de investimento ou financiamento.

Atividades de investimento

A aquisição, venda ou outras alienações de ativos de longo prazo, tais como participações em empresas filiais e associadas, aquisição de ativos tangíveis e intangíveis e outros investimentos estratégicos não incluídos nas atividades operacionais.

l

Passivos
financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

m

Compensação
de instrumentos
financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

n

Benefícios aos
empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária SA (anteriormente designada por Caixa Económica Montepio Geral) (adiante designada “CEMG” ou “Caixa Económica Montepio Geral”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

o

Provisões
matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

p

Contratos
de seguro

Classificação

A Associação, no âmbito das modalidades associativas, emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o Associado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o Associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento, com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando as modalidades são subscritas. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

q

Provisões,
ativos e passivos
contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii)

seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na norma IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

A Associação regista um passivo contingente quando:

- a) É uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da Associação; ou
- b) É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes identificados são objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.



Impostos
sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2016, o MGAM encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido ainda reconhecida por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, aquela isenção deixou de ser aplicável em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, passando o MGAM a estar sujeito ao regime estabelecido no Código do

IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

O passivo ou ativo por imposto corrente de períodos anteriores bem como os passivos ou ativos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas quantias que se estimam pagar ou receber nos termos da legislação aplicável que esteja em vigor ou substancialmente em vigor à data de final do período de reporte.

Tendo em consideração a alteração do regime fiscal aplicável, os efeitos das alterações são reconhecidos em resultados ou em outro rendimento integral consoante se relacionem com itens que sejam reconhecidos, no mesmo ou em diferentes períodos, em resultados ou fora dos resultados (em outro rendimento integral ou diretamente em capital próprio).



Reconhecimento
de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa

de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

t

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

u

Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Associação suporta custos com trabalhadores cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Centro Corporativo, Direção Rede Mutualista, Direção de Comunicação, *Marketing* e Canais, Direção de Oferta Mutualista, Direção de Gestão de Meios, Gabinete de *Compliance*, Gabinete de Gestão de Riscos, Gabinete de Atuariado, Gabinete Financeiro, Gabinete de Contabilidade, Gabinete Imobiliário, Gabinete de Responsabilidade Social e Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas.

v

Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda (ver notas 18 e 19)

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal

dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Justo valor dos instrumentos financeiros (ver notas 18 e 19)

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Provisões matemáticas (ver nota 27)

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas (ver nota 20)

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, quando existem indícios de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Impostos sobre os lucros (ver nota 23)

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Este aspeto assume relevância acrescida para efeitos da análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, sendo que a Associação considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluído a estimativa de resultados antes de impostos, ajustamentos à matéria coletável e a sua interpretação da legislação fiscal. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração, nomeadamente na capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Associação, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados (ver nota 25)

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2
Número de associados

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação possuía 601 784 (2018: 612 607) associados efetivos, que efetuaram 951 566 inscrições (2018: 970 125). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2019	2018
(milhares de euros)		
Modalidades individuais:		
Montepio Poupança Complementar	365 915	362 298
Montepio Proteção de Encargos	102 345	108 362
Capitais de Previdência Diferidos com Opção + Montepio 5 em 5	177 923	186 199
Montepio Poupança Reforma	20 694	20 079
Capitais para Jovens + Montepio 18-30	12 292	12 816
Capitais de Previdência + Montepio Proteção Vida	5 909	6 051
Montepio Capital Certo	119 544	121 084
Pensões de Reforma	2 916	3 183
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 189	1 229
Outros	1 432	1 481
	810 159	822 782
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas	3 210	3 412
Capital Temporário de Invalidez	95	105
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez	73	81
Quotas Para Capitais de Garantia	15	16
	3 393	3 614

3
Proveitos inerentes a associados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	2019	2018
(milhares de euros)		
Jóias	228	249
Quotizações e capitais	665 840	488 882
Outros proveitos inerentes a associados	1 697	2 374
	667 765	491 505

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 p). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção / Montepio Proteção 5 em 5	53 057	54 409
Garantia de Pagamento de Encargos	23 476	23 804
Capitais para jovens / Montepio Proteção 18-30	4 775	5 166
Pensões de Reforma	1 212	1 210
Capitais de Previdência	803	873
Outras	416	436
	83 739	85 898
Outras modalidades		
Encargos Médicos Administrativos	2	2
Capitais de Garantia	167	174
	169	176
Modalidades de capitalização		
Capitais de Reforma	139 719	140 294
Poupança Reforma	9 384	8 612
Capitais de Reforma de Prazo Certo	420 225	240 342
Modalidades Coletivas	172	180
	569 500	389 427
Outros		
Benefícios de Solidariedade Associativa	11 451	11 629
Rendas Vitalícias	981	1 587
Rendas Temporárias	0	165
	12 432	13 381
	665 840	488 882

4 Custos inerentes a associados

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Prestações e capitais	613 151	656 897
Melhorias de benefícios	4 934	4 951
Outros custos inerentes a associados	22 409	20 892
	640 494	682 740

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuarias e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 p). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Modalidades atuariais		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	56 506	51 512
Capitais para Jovens	6 217	5 617
Pensões de Reforma	6 020	5 822
Capitais de Previdência	420	337
Capitais Transferidos para Pensão / Renda	794	792
Outras	823	813
	70 780	64 893
Modalidades de capitalização		
Capitais de Reforma	128 158	127 607
Poupança Reforma	5 343	5 047
Capitais de Reforma de Prazo Certo	406 288	451 467
Modalidades Coletivas	256	5 414
	540 045	589 535
Outros		
Benefício de Solidariedade Associativa	233	291
Rendas Vitalícias	1 941	2 084
Rendas Temporárias	152	95
	2 326	2 469
	613 151	656 897

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Modalidades atuariais		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	284	364
Capitais para Jovens	132	196
Pensões de Reforma	2 461	2 438
Capitais de Previdência	919	743
Capitais Transferidos para Pensão / Renda	46	47
Outras	1 092	1 163
	4 934	4 951

5
Variação das provisões técnicas

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)		
	2019		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	(49 437)	(28 916)	(78 353)
Melhorias de benefícios	-	2 229	2 229
	(49 437)	(26 687)	(76 124)

	(milhares de euros)		
	2018		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	171 644	(4 567)	167 077
Melhorias de benefícios	-	2 273	2 273
	171 644	(2 294)	169 349

6
Juros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	475	1 150
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	30	79
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	19 534	16 256
Outros Juros	438	448
	20 477	17 933
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(211)	(220)
Juros devedores	(9)	-
Outros Juros	(80)	-
	(300)	(220)

7
Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1 400	1 337
Rendimentos de subsidiárias e associadas	308	1 674
	1 708	3 011

O detalhe do rendimento de subsidiárias e associadas pode ser analisado na nota 31 – Transações com partes relacionadas.

8

Resultados de ativos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2019			2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	304	-	304	134	(6)	128
de outros emissores	391	(257)	134	32	(122)	(90)
Ações	53	-	53	-	(3)	(3)
	748	(257)	491	166	(131)	35

9

Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2019			2018		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	2,594	(1)	2,593	764	(6)	758
de outros emissores	2,037	(1,204)	833	199	(48)	151
Ações	142	-	142	3	-	3
Outros títulos de rendimento variável	212	(138)	74	-	-	-
	4 985	(1 343)	3 642	966	(54)	912

10

Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2019	2018
Saldo em 1 de janeiro	7 550	9 163
Dotação do exercício	73	570
Reversão do exercício	(714)	(56)
	(641)	514
Utilização	(1 620)	(2 127)
Saldo em 31 de dezembro	5 289	7 550

11

Imparidade de outros ativos líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2019			
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	394	656 507	80	656 981
Dotação do exercício	116	392 300	-	392 416
Reversão do exercício	(140)	-	-	(140)
	(24)	392 300	-	392 276
Utilização	(37)	(1)	-	(38)
Saldo em 31 de dezembro	333	1 048 806	80	1 049 219

(milhares de euros)

	2018			
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	692	656 843	80	657 615
Dotação do exercício	132	309	-	441
Reversão do exercício	(134)	-	-	(134)
	(2)	309	-	307
Utilização	(296)	(645)	-	(941)
Saldo em 31 de dezembro	394	656 507	80	656 981

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 20.

12 Custos com pessoal

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	2 064	2 032
Remunerações do pessoal	1 359	851
Benefícios pós emprego (ver nota 25)	1 121	1 148
Encargos sobre remunerações	692	580
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	9
Outros gastos com o pessoal	135	244
	5 371	4 864

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos órgãos de gestão do MGAM, em 2018 e 2017, são como segue:

	(milhares de euros)		
	2019		
	Órgãos de gestão	Conselho Geral, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 962	102	2 064
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 124	-	1 124
Encargos com a Segurança Social	394	19	413
Total	3 480	121	3 601

	(milhares de euros)		
	2018		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 859	173	2 032
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 153	-	1 153
Encargos com a Segurança Social	375	41	416
Total	3 387	214	3 601

O efetivo de trabalhadores ao serviço da Associação, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2019	2018
Conselho de Administração	4	5
Responsáveis por áreas de negócio	2	2
Técnicos	16	9
Administrativos	18	10
Estagiários	2	-
Porteiros	15	16
	57	42

13 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	2019	2018
Trabalhos especializados	22 619	18 693
Cedência de Pessoal	14 005	9 328
Informática	767	738
Trabalho independente	873	840
Encargos com Inspeções Médicas	200	200
Custos com MGAI	1 282	956
Outros serviços especializados	5 492	6 630
Publicidade e Propaganda	852	2 257
Vigilância e Segurança	123	149
Comissões	91	15
Conservação e Reparação	148	63
Materiais	210	389
Energia e Fluidos	80	88
Deslocações, Estadas e Transportes	105	128
Serviços Diversos	1 834	4 657
Rendas e Alugueres	91	638
Comunicações	1 219	1 666
Seguros	76	42
Contencioso e Notariado	-	0
Despesas de Representação	111	87
Limpeza, Higiene e Conforto	8	6
Outros serviços	329	2 217
	26 065	26 438

A rubrica Cedência de Pessoal refere-se a custos suportados pela Associação com trabalhadores cedidos por entidades do Grupo, maioritariamente pela Caixa Económica Montepio Geral, afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Centro Corporativo, Direção Rede Mutualista, Direção de Comunicação, Marketing e Canais, Direção de Oferta Mutualista, Direção de Gestão de Meios, Gabinete de Compliance, Gabinete de Gestão de Riscos, Gabinete de Atuariado, Gabinete Financeiro, Gabinete de Contabilidade,

Gabinete Imobiliário, Gabinete de Responsabilidade Social e Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas. Adicionalmente, após 31 de dezembro de 2019, a Caixa Económica Montepio Geral debitou à Associação, um montante de Milhares de Euros 4 538, relativo aos desvios atuariais dos colaboradores cedidos nos exercícios de 2017 a 2019, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa Económica, tendo sido tal montante reconhecido como um custo do exercício.

No exercício de 2019, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito da revisão legal das contas anuais, excluindo IVA e despesas, foram como segue:

	(milhares de euros)	
	2019(*)	2018
Serviços de revisão legal	237 500	395 000
Outros serviços	9 475	-
	246 975	395 000

(*) Inclui valores faturados pelo atual e anterior Revisor Oficial de Contas.

14 Depreciações e amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2019	2018
(milhares de euros)		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	281	296
Equipamento básico	14	36
Equipamento de transporte	55	61
Equipamento administrativo	120	141
Obras em imóveis arrendados	166	166
Outros ativos fixos tangíveis	20	18
Ativos sobre direito de uso - imóveis	414	-
Ativos sobre direito de uso - viaturas	123	-
	1 193	718
Ativos intangíveis		
Programas de computador	10	14
	10	14
	1 203	732

A 31 de dezembro de 2019, decorrente da aplicação da IFRS 16 a partir de 1 de janeiro de 2019, a rubrica Ativos sob direito de uso corresponde essencialmente a locações de imóveis e de

viaturas, sendo amortizados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística 1 f) e na nota 33.

15 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2019	2018
(milhares de euros)		
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos em propriedade de investimento	13 898	13 118
Ganhos justo valor - propriedades de investimento	17 007	20 279
Mais valias na alienação de subsidiárias e associadas	1	36
Rendimentos suplementares	1 189	1 322
Outros	1 171	894
	33 266	35 648

	2019	2018
(milhares de euros)		
Outros custos de exploração		
Despesas com propriedades de investimento	(1 391)	(1 458)
Valias com imóveis	-	(786)
Donativos diversos	(1 200)	(1 375)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(692)	(442)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Pelicas	(1 131)	(874)
Despesas com eventos institucionais	(618)	(572)
Serviços bancários	(23)	(23)
Outros	(3 181)	(3 495)
	(8 235)	(9 024)
	25 031	26 624

Conforme referido na nota 1 d), as propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor, sendo as variações de justo valor determinadas a cada data de balanço reconhecidas em resultados. No exercício de 2019, a variação de justo valor nas propriedades de investimento foi positiva em Milhares de Euros 17 007 (Milhares de Euros: 20 279).

Os Rendimentos com propriedades de investimento incluem um montante de Milhares de Euros 6 596 relativo a rendas de imóveis debitadas a entidades do Grupo (2018: Milhares de Euros 6 491) (ver nota 31).

16 Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta rubrica ascende a Milhares de Euros 28 215, correspondendo, fundamentalmente, a depósitos à ordem na Caixa

Económica Montepio Geral (2018: Milhares de Euros 27 712). Estas vencem juros à taxa média anual de 0,05% (2018: 0,01%).

17 Aplicações em instituições de crédito

A rubrica de Aplicações em instituições de crédito é analisada como segue:

	2019	2018
(milhares de euros)		
Depósitos a prazo	104 333	110 587
	104 333	110 587

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo desta rubrica incorpora Milhares de Euros 104 282 junto da Caixa Económica Montepio Geral (2018: Milhares de Euros 110 537).

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2019, vencem juros à taxa média anual de 0,36% (2018: 0,56%).

18 Ativos financeiros detidos para negociação

A rubrica ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2019	2018
(milhares de euros)		
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Obrigações de Emissores Públicos	-	1 079
Obrigações de outros emissores	2 382	3 581
Total	2 382	4 660

Os níveis de valorização são analisados como segue:

	2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de outros emissores	2 382	-	-	2 382
	2 382	-	-	2 382

	2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de Emissores Públicos	1 079	-	-	1 079
Obrigações de outros emissores	3 581	-	-	3 581
	4 660	-	-	4 660

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

19 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2019			
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	16 514	(97)	-	16 417
Obrigações de outros emissores	318 859	(3 316)	(2 521)	313 022
Papel comercial	21 007	-	-	21 007
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	878	169	(442)	605
Fundos de investimento	12 794	3 450	(2 326)	13 918
	370 052	206	(5 289)	364 969

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

	(milhares de euros)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	16 417	-	-	16 417
Obrigações de outros emissores	171 652	141 370	-	313 022
Papel comercial	-	-	21 007	21 007
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	-	-	605	605
Fundos de investimento	6 047	-	7 871	13 918
	194 116	141 370	29 483	364 969

(milhares de euros)

2018

	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	24 950	269	-	25 219
Obrigações de outros emissores	304 189	(4 302)	(2 826)	297 061
Papel comercial	34 522	-	-	34 522
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	879	201	(442)	638
Fundos de investimento	13 105	4 372	(4 282)	13 195
	377 645	540	(7 550)	370 635

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	25 219	-	-	25 219
Obrigações de outros emissores	48 356	248 705	-	297 061
Papel comercial	-	-	34 522	34 522
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	-	-	638	638
Fundos de investimento	869	-	12 326	13 195
	74 444	248 705	47 486	370 635

Os movimentos ocorridos na Reserva de justo valor encontram-se detalhados na nota 29.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem o montante de Milhares de Euros 295 286 relativos a ativos emitidos por partes relacionadas (2018: Milhares de Euros 267 431) (ver nota 31).

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os ativos classificados no nível 3 incluem unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Milhares de Euros 7 871 (2018: Milhares de Euros 12 326), cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Milhares de Euros 679 (2018: Milhares de Euros 1 233) no capital próprio (Reserva de justo valor).

Os ativos classificados no nível 3 incluem adicionalmente, papel comercial e ações de várias entidades nos montantes de Milhares de Euros 21 007 (2018: Milhares de Euros 34 522) e Milhares de Euros 605 (2018: Milhares de Euros 638), respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base dados não observáveis de mercado. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do valor determinado teria um impacto no montante de Milhares de Euros 2 188 (2018: Milhares de Euros 3 516).

20

Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2019 são analisados como segue:

(milhares de euros)

2019

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	2 420 000	99,99%	2 375 618	18 712 545	17 201 529	1 511 016	17 684
Montepio Gestão de Activos – SGFI, SA	1 200	99,856%	1 331	3 406	658	2 748	(236)
Bolsimo – Gestão de Activos, SA ^{a)}	16 500	91,63%	50 119	89 554	41 319	48 235	3,031
Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA	1 000	99,99%	8 795	6 630	5 714	916	53
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2524	-	2 524	5
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, SA ^{a)}	250	100,00%	8 130	8 089	7 583	506	(44)
Montepio Seguros, SGPS. SA Consolidado ^{b)}	137 750	89,55%	320 840	1 303 957	1 121 557	182 400	8 470
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	4 042	1 792	2 450	-
Montepio Residências para Estudantes SA	500	99,60%	498	718	132	586	87
Empreendimentos conjuntos							
IN POSTERUM - ACE	50	50,00%	50	101	7	94	(6)
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	750	26,40%	308	3 882	803	3 079	907
Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA	5 000	34,00%	1 700	15 521	11 889	3 632	403
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA	500	27,00%	97	2 286	817	1 469	130
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, SA	1 750	30,00%	527	6 545	4 782	1 763	(1 683)
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, SA	250	32,00%	80	306	6	300	(2)
Moçambique Companhia de Seguros, SA	2 449	22,07%	474	12 235	9 557	2 678	115
			2 770 401				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

continuação

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, SA			(875 465)				
Montepio Seguros SGPS SA			(164 267)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, SA			(7 580)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, SA			(1 494)				
			(1 048 806)				
			1 721 595				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

- a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35.000.000 referente a prestações acessórias de capital.
b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 200.500.001 referente a prestações acessórias de capital.
c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 6.625.000 referente a prestações acessórias de capital.

Principais factos ocorridos em 2019

Durante o exercício de 2019 o MGAM reforçou as prestações acessórias de capital na Montepio Seguros, SGPS, SA no valor de Milhares de Euros 30 000 para reforço da margem de solvência desta entidade. Estas prestações acessórias não vencem juros nem são exigíveis e poderão ser utilizadas para aumentos de capital.

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2018 são analisados como segue:

(milhares de euros)

2018

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	2 420 000	100,00%	2 375 620	18 927 978	17 312 249	1 615 729	22 450
Montepio Gestão de Activos – SGFI, SA	1 200	99,856%	1 331	3 593	467	3 126	111
Bolsimo – Gestão de Activos, SA ^{a)}	16 500	91,63%	50 119	91 553	46 279	45 274	1 392
Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA ^{d)}	3 000	99,99%	8 795	5 504	3 608	1 896	461
Leacock - Prestação de Serviços, Lda.	300	81,00%	242	2 535	29	2 506	(93)
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, SA ^{e)}	250	100,00%	8 130	8 144	7 594	550	(168)
Montepio Seguros, SGPS. SA Consolidado ^{b)}	137 750	89,55%	255 840	1 135 398	1 038 609	96 789	7 057
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	5 010	2 560	2 450	-
Montepio Residencia para Estudantes SA	500	99,6%	498	664	165	499	(1)
Empreendimentos conjuntos							
IN POSTERUM - ACE	50	50,00%	50	50	-	50	-

continua

continuação

Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	750	26,40%	308	3 426	504	2 922	1 069
Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA	5 000	34,00%	1 700	17 345	14 116	3 229	(168)
Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA	500	27,00%	97	2 028	818	1 210	310
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, SA	1 750	30,00%	527	6 815	2 906	3 909	(1 586)
Bern Comum - Sociedade Capital Risco, SA	250	32,00%	80	311	11	300	4
Moçambique Companhia de Seguros, SA	2 349	21,87%	461	10 577	7 670	2 907	820
			2 740 390				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral			(497 966)				
Montepio Seguros SGPS SA			(149 467)				
Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, SA			(7 580)				
Germont - Empreendimentos Imobiliários, SA			(1 494)				
			(656 507)				
			2 083 883				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

- a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.
b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 170.500.001 referente a prestações acessórias de capital.
c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 6 625 000 referente a prestações acessórias de capital.

Todas as subsidiárias e associadas acima identificadas são sediadas em Portugal, com exceção da Moçambique Companhia de Seguros, SA.

Principais factos ocorridos em 2018

Durante o exercício de 2018 o MGAM reforçou as prestações acessórias de capital na Montepio Seguros, SGPS., SA no valor de Milhares de Euros 35 000, para reforço da margem de solvência desta entidade. Estas prestações acessórias não vencem juros nem são exigíveis e poderão ser utilizadas para aumentos de capital.

Em 30 de junho de 2017 foi assinado um memorando de entendimento, entre o MGAM e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), tendo por objetivo estabelecer uma parceria entre as entidades no âmbito do desenvolvimento nacional da economia social, contemplando a possibilidade de uma participação da SCML na CEMG, abrindo caminho para a participação de outras instituições da economia social no capital da CEMG.

Em dezembro de 2018, o MGAM alienou 158 920 ações da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA (“CEMG”), pelo preço de Milhares de Euros 159 a um conjunto de instituições da economia social.

Em 10 de abril de 2018, foi constituída a sociedade Montepio - - Residências para Estudantes, SA, tendo o MGAM subscrito e realizado 498 000 ações que correspondem a cerca de 99,6% do capital social desta sociedade.

No final de 2018, a Moçambique Companhia de Seguros, SA, procedeu a um aumento de capital, tendo o MGAM subscrito 160 463 ações pelo preço de Milhares de Euros 229, passando a deter uma participação correspondente a 21,87% do capital social desta entidade. Anteriormente, o MGAM já detinha uma participação nesta entidade na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

Durante o ano 2018, as prestações suplementares de capital no montante de Milhares de Euros 765 na sociedade

Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA foram convertidas em capital social.

Em 20 de novembro de 2018 o MGAM, em conjunto com a União das Misericórdias Portuguesas, constituiu um ACE denominado IN Posterum ACE, detendo, cada entidade, 50%.

Em 27 de julho de 2018, a NEBRA, Energias Renovables, SL foi dissolvida.

Testes de imparidade

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e), o MGAM procedeu à análise da imparidade relativamente aos investimentos em subsidiárias e associadas. A análise da imparidade foi efetuada considerando o valor recuperável dos negócios controlados por cada uma destas entidades.

O valor recuperável, de acordo com a política contabilística descrita, foi determinado pelo maior entre o justo valor líquido de custos de venda e o valor em uso.

Com base nos resultados das análises efetuadas, o MGAM reconheceu imparidade, líquida de reversões, no exercício de 2019 no montante de Milhares de Euros 392 300, que inclui o reforço de imparidade, de Milhares de Euros 377 500, relativos à Caixa Económica Montepio Geral e Milhares de Euros 14 800, relativos à Montepio Seguros, SGPS, SA (em 2018: Milhares de Euros 307, que inclui a constituição de Milhares de Euros 142 relativos à Germont - Empreendimentos Imobiliários, SA e a constituição de Milhares de Euros 167 relativos à Montepio Imóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares, SA).

O valor em uso foi determinado para a CEMG e Montepio Seguros, SGPS, SA com os pressupostos e enquadramento seguidamente descritos.

Caixa Económica Montepio Geral

A Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, SA (CEMG), atualmente conhecida comercialmente

como Banco Montepio, foi uma Instituição Anexa ao MGAM desde 1844, data da sua criação, até ao último trimestre de 2015. O Decreto-Lei 190/2015, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Caixas Económicas), veio alterar o regime jurídico da CEMG o que determinou a sua transformação em Caixa Económica Bancária e, seguidamente, em 2017, em sociedade anónima, com um modelo de governo próprio, órgãos sociais próprios e membros de órgãos sociais em exercício exclusivo de funções. A transformação da CEMG em sociedade anónima permitiu a alienação de uma muito pequena percentagem do seu capital social a entidades do setor social (0,01%, representando 161 920 ações em 2019), pelo que a CEMG é detida a 99,99% pelo MGAM. A CEMG é uma entidade estratégica para o MGAM, que faz parte integrante da estratégia para o desenvolvimento da sua atividade associativa e mutualista, porquanto, é o canal de relação privilegiado do MGAM com os seus associados, não se antevendo a possibilidade de dissociar a CEMG do MGAM na relação que esta mantém com os seus associados em toda a cobertura geográfica do país. Este quadro determina:

- a) a existência de benefícios económico-financeiros e sinergias exclusivos para o MGAM;
- b) a perpetuidade de uma relação de domínio sobre o controlo de gestão da CEMG por parte do MGAM, quer por razões históricas e fundacionais, quer por razões estratégicas;
- c) que não está no horizonte do MGAM a alienação de uma participação financeira da CEMG que ponha em causa o controlo da mesma, conforme descrito no DL n.º 190/2015-Regime Jurídico das Caixas Económicas.

A CEMG é uma Caixa Económica Bancária, cujas características decorrem da legislação aplicável. De modo a garantir o cumprimento da estratégia definida para o MGAM, que determina a sua manutenção na esfera legislativa que emana do Regime Jurídico das Caixas Económicas, a participação que o MGAM detém na CEMG não está exposta ao mercado e o seu capital não está aberto a detentores de capital fora da esfera da Economia Social.

De acordo com a política contabilística definida é efetuado, anualmente, o estudo da recuperabilidade do investimento realizado na CEMG. Para efeitos do teste de imparidade o valor recuperável é determinado tendo por base o maior entre o valor de mercado líquido dos custos de venda e o valor em uso / “value in use” (valor presente dos cash flows que se estima venham a ser gerados no decurso da sua atividade futura).

O valor em uso ou “value in use” da participada CEMG, em 2019, foi determinado tendo por base:

- i. O plano de negócios da CEMG, aprovado pela gestão, para o período 2020-2024;
- ii. O crescimento na perpetuidade, estimado em 2%, equivalente ao objetivo do BCE para a taxa de inflação;
- iii. Os requisitos de capital exigidos pelas autoridades para a atividade em base individual, de 10,5%, vis a vis as folgas de capital existentes;
- iv. A taxa de desconto calculada para os investimentos no setor bancário, de acordo com a conjugação de diversos parâmetros que englobam prémios de risco de país, de risco de mercado e parâmetros *beta* e *alfa*, relacionados com o risco específico do investimento numa entidade bancária e, em particular, numa entidade com as características de risco e liquidez da CEMG / Banco Montepio.
- v. A análise sobre a exequibilidade do plano de negócios, implicando um exercício de *stress test*, considerando alterações das condições macroeconómicas e de mercado, nas quais se suporta o plano.

As projeções de resultados da CEMG para o período 2020-2024 consideradas no exercício de avaliação apresentam-se como segue:

Resultado líquido do exercício (M€)	2020	2021	2022	2023	2024
	20,7	38,9	53,3	124,4	200,2

A evolução das taxas de desconto utilizadas nos últimos 3 anos foi a seguinte:

Taxas de desconto	2017	2018	2019
	9,88%	9,43%	9,47%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da CEMG é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Caixa Económica Montepio Geral				
Taxa de desconto				
Taxa de crescimento na perpetuidade (g)	-1,00%	Cenário Base	1,00%	
	-0,25%	1 748 916	1 476 620	1 268 414
	Cenário base	1 785 173	1 500 153	1 284 055
	0,25%	1 824 343	1 525 312	1 300 647

Com base nos resultados das análises efetuadas, adotando uma abordagem conservadora, o MGAM reconheceu imparidade, no exercício de 2019, para a participação no capital da CEMG, no montante de 377,5 milhões de euros. Esta situação resulta da consideração de condições adversas de mercado, subjacentes à atividade desenvolvida por esta entidade subsidiária, ao contexto atual e à incerteza que ele comporta.

Montepio Seguros, SGPS, SA

A imparidade da Montepio Seguros foi determinada tendo por base o valor atribuível às participações detidas nas empresas: i) Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA; ii) Lusitania, Companhia de Seguros, SA; e iii) Futuro- -Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Relativamente à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, o valor foi determinado tendo por base o Valor Intrínseco (*Embedded Value*) adicionado do valor de negócio futuro (*goodwill*). Relativamente ao negócio futuro foi utilizada uma taxa de desconto de 8,99%, em 2019, e de 11,06% em 2018. O Valor Intrínseco corresponde ao somatório do seu *Net Asset Value* adicionado do *value in force* da carteira incluindo o custo de opções e garantias, sendo que, neste último, a margem é calculada com base nos requisitos de capital definidos no âmbito do regime de Solvência II.

Relativamente às restantes entidades, o valor foi determinado considerando: (i) o plano de negócios aprovado pela gestão para o período de 2020 a 2025, (ii) a taxa de desconto entre 8,43% e 8,99% (2018: entre 8,96% e 10,32%), (iii) níveis de solvência II exigidos para a atividade seguradora de 100% e (iv) crescimento na perpetuidade de 1,75% (2018: 1,75%).

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação na Montepio Seguros, é analisada como segue:

(milhares de euros)

		Montepio Seguros, SGPS, SA		
		Taxa de desconto		
		-1,00%	Cenário Base	1,00%
Taxa de crescimento na perpetuidade (g)	-0,25%	169 328	154 108	142 649
	Cenário base	172 828	156 573	144 466
	0,25%	176 637	159 217	146 396

21
Propriedades de investimento

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2019 e 2018, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2019						
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	306 625	19 959	(212)	68	17 007	343 447
	306 625	19 959	(212)	68	17 007	343 447

(milhares de euros)

2018						
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	254 009	14 168	(5 444)	23 613	20 279	306 625
	254 009	14 168	(5 444)	23 613	20 279	306 625

Durante o exercício de 2018, o MGAM procedeu à transferência de um imóvel de uso próprio incluído na rubrica Ativos fixos tangíveis para Propriedades de investimento no valor de Milhares de Euros 23 613. De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na IAS 16, o referido imóvel foi reavaliado tendo a variação de justo valor sido registada por contrapartida de reservas, no valor de Milhares de Euros 914, Milhares de Euros 796 líquido de imposto diferido (ver nota 29).

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2019	2018
Rendimentos (ver nota 15)	13 898	13 118
	13 898	13 118
Despesas de manutenção e conservação (ver nota 15)	(1 391)	(1 457)
	(1 391)	(1 457)

22 Ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2019	2018
Ativos tangíveis		
Bens Património Histórico	6 365	6 330
Outros Ativos Fixos Tangíveis	30 794	30 903
Terrenos	8 896	8 965
Edifícios e outras construções	18 719	18 719
Equipamento básico	204	204
Equipamento de transporte	149	239
Equipamento administrativo	1 046	996
Obras em imóveis arrendados	1 659	1 659
Outros	121	121
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	216	153
Ativos sob direito de uso	2 708	-
Imóveis	2 488	-
Viaturas	220	-
	40 083	37 386
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente (ver nota 14)	(1 193)	(718)
Relativas a exercícios anteriores	(2 167)	(1 518)
	(3 360)	(2 236)
Imparidade		
Terrenos	(80)	(80)
	(80)	(80)
	36 643	35 070

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde a contratos de locação de imóveis e de viaturas, sendo amortizados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado nas notas 1 f) e 33.

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o exercício de 2018, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2019				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 330	71	36	-	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	30 903	50	90	69	30 794
Terrenos	8 965	-	-	69	8 896
Edifícios e outras construções	18 719	-	-	-	18 719
Equipamento básico	204	-	-	-	204
Equipamento de transporte	239	-	90	-	149
Equipamento administrativo	996	50	-	-	1 046
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-	-	1 659
Outros	121	-	-	-	121
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	153	63	-	-	216
Ativos sob direito de uso	-	2 708	-	-	2 708
Imóveis	-	2 488	-	-	2 488
Viaturas	-	220	-	-	220
	37 386	2 892	126	69	40 083
Depreciações acumuladas					
Outros ativos tangíveis					
Edifícios e outras construções	(580)	(281)	-	-	(861)
Equipamento básico	(183)	(14)	-	-	(197)
Equipamento de transporte	(98)	(55)	(69)	-	(84)
Equipamento administrativo	(678)	(120)	-	-	(798)
Obras em imóveis arrendados	(679)	(166)	-	-	(845)
Outros	(18)	(20)	-	-	(38)
Ativos sob direito de uso	-	(537)	-	-	(537)
Imóveis	-	(414)	-	-	(414)
Viaturas	-	(123)	-	-	(123)
	(2 236)	(1 193)	(69)	-	(3 360)
Imparidade					
Terrenos	(80)	-	-	--	(80)
	(80)	-	-	--	(80)
Valor de balanço	35 070	1 699	57	69	36 643

continuação

(milhares de euros)

2018					
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 301	29	-	-	6 330
Outros Ativos Fixos Tangíveis	56 156	183	2 737	22 699	30 903
<i>Terrenos</i>	32 688	-	1 024	22 699	8 965
<i>Edifícios e outras construções</i>	20 430	-	1 711	-	18 719
<i>Equipamento básico</i>	204	-	-	-	204
<i>Equipamento de transporte</i>	239	-	-	-	239
<i>Equipamento administrativo</i>	864	134	2	-	996
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	1 659	-	-	-	1 659
<i>Outros</i>	72	49	-	-	121
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	34	119	-	-	153
	62 491	331	2 737	22 699	37 386
Depreciações acumuladas					
Outros ativos tangíveis					
<i>Edifícios e outras construções</i>	(327)	(296)	(43)	-	(580)
<i>Equipamento básico</i>	(147)	(36)	-	-	(183)
<i>Equipamento de transporte</i>	(37)	(61)	-	-	(98)
<i>Equipamento administrativo</i>	(538)	(141)	(1)	-	(678)
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	(514)	(166)	(1)	-	(679)
<i>Outros</i>	-	(18)	-	-	(18)
	(1 563)	(718)	(45)	-	(2 236)
Imparidade					
Terrenos	(80)	-	-	--	(80)
	(80)	-	-	--	(80)
Valor de balanço	60 848	(387)	2 692	22 699	35 070

Durante o exercício de 2018, o MGAM procedeu à transferência de um imóvel de uso próprio (terreno), registado na rubrica Ativos fixos tangíveis por Milhares de Euros 22 699, para Propriedades de investimento. De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na IAS 16, o referido imóvel foi reavaliado tendo a variação de justo valor sido registada na rubrica Propriedades de investimento, por contrapartida de Outras reservas, no valor de Milhares de Euros 914 (ver notas 21 e 29).

23 Impostos diferidos e correntes

Tal como referido na nota 1 a) bases de apresentação, o MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável. A alteração do enquadramento fiscal verificado em 2017, com a consequente alteração na mensuração dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, teve impacto no exercício económico de 2017. Nessa base, de acordo o IAS 12 Impostos sobre o rendimento e tal como descrito na política contabilística 1 r), o MGAM procedeu ao reconhecimento dos ativos e passivos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2018 como segue:

(milhares de euros)

2019						
	Ativo	Passivo	Líquido	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Provisões matemáticas	790 390	-	790 390	21 622	-	21 622
Imparidades	1 388	-	1 388	(579)	-	(579)
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 491	(1 544)	(54)	-	85	85
Propriedades de investimento e amortizações	-	(28 348)	(28 348)	(4 525)	-	(4 525)
Benefícios pós emprego	2 702	-	2 702	(88)	-	(88)
Reporte de prejuízos fiscais	67 206	-	67 206	-	-	-
	863 177	(29 892)	833 284	16 430	85	16 515

(milhares de euros)

2018						
	Ativo	Passivo	Líquido	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Provisões matemáticas	768 768	-	768 768	146 250	-	146 250
Imparidades	1 967	-	1 967	(843)	-	(843)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(138)	(138)	-	3 324	3 324
Propriedades de investimento e amortizações	-	(23 823)	(23 823)	(1 456)	(118)	(1 574)
Benefícios pós emprego	2 790	-	2 790	(492)	-	(492)
Reporte de prejuízos fiscais	67 206	-	67 206	(135 055)	-	(135 055)
	840 731	(23 961)	816 770	8 404	3 206	11 610

Tendo deixado de lhe ser aplicável a isenção de IRC de que beneficiava, e em conformidade com orientações administrativas conhecidas da Autoridade Tributária e Aduaneira (“AT”), o MGAM, (i) por um lado, apurou o seu resultado tributável do período de 2017 considerando a perda da isenção de IRC, tendo para o efeito obtido uma resposta da AT a um pedido de informação vinculativo submetido a respeito da forma de apuramento do resultado tributável e, (ii) por outro lado, reconheceu a existência de diferenças temporárias para efeitos de IRC, considerando o regime que lhe seria aplicável se não tivesse beneficiado de qualquer isenção no passado, em observância dos princípios da continuidade e da especialização dos exercícios e em linha com orientações administrativas conhecidas da AT.

No que respeita às diferenças temporárias que deram origem a Impostos Diferidos, as mesmas decorrem, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas.

Com efeito, aquando do respetivo reconhecimento aquelas provisões não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável ou prejuízo fiscal do MGAM, na medida em que não têm enquadramento no artigo 39.º do Código do IRC. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que aquelas provisões se destinavam serão, naturalmente, dedutíveis para efeitos daquele resultado fiscal quando venham a ser incorridos, nos termos gerais do Código do IRC.

No mesmo sentido, o MGAM considerou na determinação dos impostos diferidos ativos os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, em observância dos referidos princípios.

Este reconhecimento, cumpre salientar, encontra-se igualmente em linha com as orientações administrativas conhecidas sobre esta matéria, de acordo com as quais os prejuízos fiscais que sejam obtidos no âmbito de uma atividade isenta poderão ser reportáveis aos lucros gerados no conjunto das atividades da entidade uma vez terminada a isenção, desde que observados os limites temporais que permitem o reporte daqueles prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2019, e em função de (i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2020 e (ii) a expectativa de conversão em gastos e rendimentos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, o MGAM utilizou a taxa (taxa base e derramas) no cálculo de impostos diferidos, de 25,6% associada a diferenças temporárias e 21% em relação ao reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existe uma expetativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à sua recuperação é considerada aquando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos. Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 r), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os impostos diferidos ativos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do MGAM têm subjacente uma expetativa elevada quanto à sua recuperabilidade.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nas demonstrações financeiras previsionais de 2020-2028, aprovadas pelo Conselho de Administração e que foram preparadas no quadro da elaboração do último Plano e “Linhas de Orientação Estratégicas” aprovadas pelo Conselho Geral em 11 de dezembro de 2018. Essas demonstrações financeiras previsionais foram preparadas tendo por base as previsões conhecidas para as variáveis do contexto macroeconómico, socio-demográfico e dos mercados financeiros e, tendo em vista a concretização das metas e medidas estratégicas dessas linhas de orientação. O crescimento da atividade e das receitas associativas, a evolução dos investimentos e dos custos operacionais foram projetados de forma consentânea com os respetivos fundamentos socio-económicos e as condições de atuação, e permitem aferir a realização dos ativos por impostos diferidos.

Com base no exercício efetuado o MGAM não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados ao reporte de prejuízos fiscais no montante aproximado de Milhares de Euros 170 315 (reporte de prejuízos de Milhares de Euros 174 827), cuja caducidade é como segue:

(milhares de euros)

Ano do prejuízo	Ano de caducidade	2019	2018
2015	2027	38 884	38 884
2016	2028	18 871	18 871
2018	2023	42 050	42 207
2017	2022	70 510	74 865
		170 315	174 827

Os impostos diferidos ativos registados associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ano de caducidade	2019	2018
2027	67 206	67 206
	67 206	67 206

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2019		2018	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(422 134)		(6 579)
Imposto apurado com base na taxa nominal vigente	21	88 648	21	1 382
Benefícios fiscais		-		87
Efeito da dupla tributação		-		352
Outras diferenças permanentes (*)	19,4	(81 913)		10 626
Diferenças temporárias	2,8	(11 933)		-
Prejuízos fiscais deduzidos	-0,9	3 638		-
Derrama estadual	0,2	(1 042)		-
Derrama municipal	0,1	(371)		-
Tributações autónomas	0,0	(112)		(191)
Imposto diferido reconhecido	-3,9	16 430		-
Efeito da alteração da taxa de imposto		-		(48 774)
Reporte de prejuízos fiscais não reconhecido do exercício		-		(42 207)
Impostos diferidos não reconhecidos / desreconhecidos anteriormente		-		86 938
Imposto do exercício	-3,2	13 345		8 213

(*) relativo maioritariamente a imparidade nas subsidiárias e diferenças entre valias contabilísticas e fiscais.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existiam dívidas em mora ao Estado. Assim, para os períodos apresentados, o saldo dos Ativos por impostos correntes analisa-se como segue:

	2019	(milhares de euros) 2018
Pagamento especial por conta	192	122
Retenções na fonte - Juros e Rendas	7 401	5 315
Imposto sobre o juro corrido, pago nas aquisições e recebido nas alienações de obrigações, que ocorram fora da data do seu vencimento	143	(11)
IRC a recuperar relativo ao exercício de 2018	209	-
Estimativa de IRC	(3 085)	(191)
	4 860	5 235

24

Outros ativos e passivos

A rubrica Outros ativos é analisada como segue:

	2019	(milhares de euros) 2018
Estado e outros entes públicos	919	216
Associados c/ quotas	353	349
Devedores diversos	6 695	7 758
Custos diferidos	19	-
Empréstimos de financiamento	6 954	7 087
Suprimentos (Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, SA) (ver nota 31)	300	-
Ativos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	910	335
	16 150	15 745
Imparidade para outros ativos	(333)	(394)
	15 817	15 351

Os Devedores diversos incluem um montante de Milhares de Euros 5 000 relativos a um pedido de isenção de IMT, efetuado em 29 de dezembro de 2011 ao Diretor-Geral de Impostos, relativamente à aquisição onerosa de conjunto de imóveis à Caixa Económica Montepio Geral, o qual, nesta data, ainda não se encontra deferido. Pelo facto dos referidos imóveis se destinarem à direta e imediata realização dos fins da Associação é convicção do Conselho de Administração que o mesmo irá ser deferido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer imparidade sobre este montante.

Os Empréstimos de financiamento correspondem a empréstimos a associados, os quais se encontram previstos no Artigo 20.º dos Estatutos, cujas condições para a sua atribuição se encontram detalhadas no Capítulo II (Empréstimos a associados) do Título IV (Disposições particulares – Outros benefícios) do Regulamento de Benefícios. Estes empréstimos vencem juros a taxas correntes de mercado.

A análise dos Outros ativos por maturidade, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	(milhares de euros) 2019				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	919	-	-	-	919
Associados c/ quotas	353	-	-	-	353
Devedores diversos	6 695	-	-	-	6 695
Custos diferidos	19	-	-	-	19
Empréstimos de financiamento	-	235	6 719	-	6 954
Suprimentos	-	-	300	-	300
Ativos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	-	-	-	910	910
	7 986	235	7 019	910	16 150

	(milhares de euros) 2018				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	216	-	-	-	216
Associados	349	-	-	-	349
Devedores diversos	7 758	-	-	-	7 758
Empréstimos de financiamento	-	173	6 914	-	7 087
Ativos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	-	-	-	335	335
	8 323	173	6 914	335	15 745

A rubrica **Outros passivos** é analisada como segue:

	(milhares de euros) 2019 2018	
Fornecedores	1 673	4 072
Estado e outros entes públicos	941	984
Beneficiários	6 058	6 011
Credores por acréscimos de gastos	7 456	3 149
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 25)	2 241	-
Credores diversos	10 183	4 104
Total	28 552	18 320

Os Beneficiários referem-se a valores a pagar a associados por sinistros, mas que, por razões técnicas ou de documentação em falta, o pagamento ainda não ocorreu.

No exercício de 2019, a rubrica Passivos de locação corresponde ao valor dos passivos da locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16, conforme descrito na política contabilística 1 f) e na nota 33.

Os credores diversos incluem um montante de Milhares de Euros 6 038 (2018: Milhares de Euros: 43) relativo

A análise dos Outros passivos por maturidade, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

(milhares de euros)

2019					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Fornecedores	1 673	-	-	-	1 673
Estado e outros entes públicos	941	-	-	-	941
Beneficiários	6 058	-	-	-	6 058
Credores por acréscimos de gastos	7 456	-	-	-	7 456
Passivos de locação	-	24	2 217	-	2 241
Credores diversos	10 183	-	-	-	10 183
	26 311	24	2 217	-	28 552

(milhares de euros)

2018					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Fornecedores	4 072	-	-	-	4 072
Estado e outros entes públicos	984	-	-	-	984
Beneficiários	6 011	-	-	-	6 011
Credores por acréscimos de gastos	3 149	-	-	-	3 149
Credores diversos	4 104	-	-	-	4 104
	18 320	-	-	-	18 320

à compra de títulos cuja ordem de compra ocorreu nos últimos dias do ano, mas o correspondente fluxo financeiro só ocorreu nos primeiro dias do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2019, os Credores por acréscimos de gastos incluem um montante de Euros 4 538 000, relativo aos desvios atuariais dos colaboradores cedidos no exercício de 2017 a 2019, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa Económica Montepio Geral, faturado por esta já no decurso do exercício de 2020.

25

Benefícios aos empregados

Conforme referido na nota 1 n), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, SA (“CEMG”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2019	2018
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de rendimento do fundo	1,15%	1,75%
Taxa de desconto	1,15%	1,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2019	2018
Ativos	5	5
Reformados e sobreviventes	5	3
	10	8

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	2019	2018
Ativos / (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	2 830	5 652
Reformados	7 494	5 019
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Ativos	231	225
Responsabilidades com subsidio por morte		
Ativos	1	2
Reformados	-	-
Total das responsabilidades	10 556	10 898

	2019	2018
Coberturas		
Valor dos fundos	11 466	11 233
Ativos / (passivos) líquidos em Balanço (ver nota 24)	910	335
Remensurações acumuladas reconhecidas em outro rendimento integral	(2 502)	(805)

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

	2019				2018			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	10 671	225	2	10 898	10 664	204	6	10 874
Custo do serviço corrente	1 060	67	-	1 127	1 137	-	-	1 137
Custo dos juros	187	4	-	191	186	5	-	191
Remensurações: (Ganhos) e perdas	(1 222)	2	(2)	(1 222)	(911)	16	(4)	(899)
Pagamentos	(438)	-	-	(438)	(405)	-	-	(405)
Responsabilidades no fim do exercício	10 258	298	-	10 556	10 671	225	2	10 898

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	2019	2018
Saldos do fundo no início do exercício	11 233	10 213
Contribuição	-	1 750
Rendimento esperado do fundo	197	179
Remensurações: Ganhos e (perdas)	475	(504)
Pagamentos	(439)	(405)
Saldos do fundo no fim do exercício	11 466	11 233

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2019	2018
Aplicação em bancos e outras	1 207	890
Obrigações	7 465	7 522
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 515	2 734
Imóveis	279	87
	11 466	11 233

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio e outras aplicações são detalhados como segue:

	2019	2018
Aplicação em bancos e outras	1 221	890
Imóveis	279	87
Obrigações	30	35
	1 530	1 012

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2019	2018
Remensurações no início do exercício	(805)	(410)
Remensurações no exercício - (Ganhos) e perdas:		
nas responsabilidades	(1 222)	(899)
nos ativos do plano	(475)	504
	(1 697)	(395)
Remensurações reconhecidas em outro rendimento integral	(2 502)	(805)

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

	2019	2018
Custo do serviço corrente	1 127	1 137
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(6)	12
Custo do exercício (ver Nota 12)	1 121	1 149

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2019	2018
(milhares de euros)		
No início do exercício	335	(661)
Contribuição	-	1 750
Custo do serviço corrente	(1 127)	(1 137)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	6	(12)
Remensurações: Ganhos e (perdas)	1 697	395
No final do exercício	911	335

Em 31 de dezembro de 2019, a *duration* das responsabilidades ascende a cerca de 12 anos (2018: 10 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é a seguinte:

	(milhares de euros)			
	2019		2018	
Impacto nas alterações dos pressupostos financeiros nas responsabilidades				
	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	263	(253)	246	(237)
Taxa de crescimento salarial	(33)	34	(15)	15
Taxa de crescimento das pensões	(222)	229	(226)	233
Contribuição SAMS	(6)	6	(9)	9
	2019		2018	
Impacto nas alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades				
	-1%	1%	-1%	1%
Mortalidade	481	(468)	480	(488)

26

Outras provisões

A rubrica Outras provisões é analisada como segue:

	2019				
	Saldo em 1 janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 dezembro
Processos Judiciais em curso	379	194	(138)	-	435
Provisões Ambientais	1 800	-	-	-	1 800
	2 179	194	(138)	-	2 235

	2018				
	Saldo em 1 janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 dezembro
Processos Judiciais em curso	304	314	(181)	(58)	379
Provisões Ambientais	1 800	-	-	-	1 800
	2 104	314	(181)	(58)	2 179

A provisão ambiental foi registada na data de liquidação da Lestinvest, SGPS, SA, entidade que tinha registada nas suas contas uma provisão para potencial contaminação de solos decorrente da atividade de uma das suas participadas.

Em 27 de junho de 2016 o Conselho de Administração do MGAM deliberou a liquidação desta participada, passando a assumir nas suas contas esta provisão.

27

Provisões técnicas

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) **Provisões matemáticas** - destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 o).

b) **Subvenções e melhorias de benefícios** - destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas, mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

2019

	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de Reforma	1 100 280	-	1 100 280
Capitais de Reforma Prazo Certo	1 242 393	-	1 242 393
Poupança Reforma	88 879	-	88 879
Modalidades Coletivas	3 867	-	3 867
	2 435 419	-	2 435 419
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência / Montepio Proteção Vida	19 470	20 739	40 209
Capitais de previdência diferidos com opção / Montepio Proteção 5 em 5	286 623	675	287 298
Pensões de Reforma	178 551	19 945	198 496
Capitais para Jovens / Montepio Proteção 18-30	51 545	351	51 896
Pensões de Sobrevivência e Dotes	9 210	14 383	23 593
Rendas Vitalícias / Rendas Temporárias	26 051	-	26 051
Outros	23 228	1 269	24 497
	594,677	57 362	652 039
	3 030 096	57 362	3 087 458

(milhares de euros)

2018

	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de Reforma	1 081 052	-	1 081 052
Capitais de Reforma Prazo Certo	1 208 438	-	1 208 438
Poupança Reforma	84 245	-	84 245
Modalidades Coletivas	3 916	-	3 916
	2 377 651	-	2 377 651
Modalidades atuariais			
Capitais de Previdência	14 905	21 262	36 167
Capitais de previdência diferidos com opção / Montepio Proteção 5 em 5	283 523	956	284 479
Pensões de Reforma	162 618	20 644	183 262
Capitais para Jovens / Montepio Proteção 18-30	50 042	471	50 513
Pensões de Sobrevivência e Dotes	7 555	14 917	22 472
Rendas Vitalícias / Rendas Temporárias	27 451	-	27 451
Outros	19 665	1 340	21 005
	565 759	59 590	625 349
	2 943 410	59 590	3 003 000

As provisões matemáticas têm como objetivo, registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

2019

Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Montepio Proteção Vida	TD 88/90 (formação)	3%
Montepio Pensões de Reforma	TV 88/90	3%
Montepio Pensões de Reforma - Restituição de Quotas	TD 88/90 + TV 88/90	3%
Montepio Proteção 5 em 5	TD 88/90	3%
Montepio Proteção 18-30	TD 88/90 (formação)	3%
Montepio Proteção Invalidez	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TV 99/01	3%
Pensões de Poupança Reforma - 3%	TV 99/01	3%

Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% e 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4% e 6%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW (formação)	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF (formação))	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF + CR (formação)	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%

Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Rendas Vitalícias - 3%	TV 99/01	3%

Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias - 3%	TV 88/90	3%

29

Reservas de justo valor, reserva geral, outras reservas e outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2019	2018
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	206	540
Impostos diferidos	(53)	(138)
	153	402
Reserva Geral, Outras reservas e Outras variações nos capitais próprios		
Reserva geral	658 487	679 660
Outras Reservas:		
Reservas de reavaliação de ativos fixos tangíveis	914	914
Imposto diferido sobre reservas de ativos fixos tangíveis	(118)	(118)
Reserva para estabilização de resultados	13 677	-
	14 473	796
Outras variações nos capitais próprios:		
Remensurações - Fundo de Pensões (ver nota 25)	2 502	805

28

Fundos próprios e excedentes técnicos

De acordo com o Artigo 55.º dos Estatutos da Associação, os Fundos Próprios ascendem a Milhares de Euros 43 689 e são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros (2018: Milhares de Euros 47 319). Os Fundos próprios são constituídos pelo remanescente dos saldos anuais dos correspondentes Fundos disponíveis.

Os Excedentes Técnicos ascendem a Milhares de Euros 26 881 e são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor (2018: Milhares de Euros 22 432).

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações no capital próprio.

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

Movimentos ocorridos no exercício de 2019:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2018, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível para cobertura:

- (i) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 3 139 através dos Excedentes técnicos,
- (ii) do saldo negativo do Fundo de benefício de solidariedade associativa, Fundo Montepio Egitanienense e no Montepio Proteção de outros encargos, no montante total de Milhares de Euros 3 710, por recurso ao seu Fundo próprio e,
- (iii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 43 484 por recurso ao Fundo de reserva geral.

Em 31 de março de 2019, para além da dotação do Fundo de reserva geral, foi aprovada a reposição a esta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, o montante de Milhares de Euros 14 041 (2018: Milhares de Euros 24).

Tendo em consideração os recursos acima referidos e os resultados do exercício, a Associação deliberou:

- i) a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades o montante de Milhares de Euros 14 322;
- ii) a distribuição à Reserva de estabilização de resultados de algumas modalidades o montante de Milhares de Euros 21 539;
- iii) a distribuição aos Fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos o montante de Milhares de Euros 80;
- iv) a distribuição aos Excedentes técnicos no montante de Milhares de Euros 1 985.

No decurso do exercício de 2019, a Associação deliberou:

- i) recorrer ao Fundo de reserva geral, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Milhares de Euros 442; e
- ii) recorrer às Reservas de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Milhares de Euros 7 862.

Para assegurar a totalidade das responsabilidades das séries da Modalidade Capital Certo, reembolsadas durante o ano de 2019, foi necessário recorrer ao Fundo de reserva geral, no montante de Milhares de Euros 5 686.

No decurso do exercício 2019, a Associação por encerramento das quinze séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2009 e vencidas no ano de 2017, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries foi aprovada a transferência do montante de Milhares de Euros 607 para o Fundo de reserva geral.

Movimentos ocorridos no exercício de 2018:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2017, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível para cobertura:

- (i) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades de capitalização no montante de Milhares de Euros 36 878 através do recurso à reserva de estabilização;
- (ii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 13 618 através dos excedentes técnicos,
- (iii) do saldo negativo do Fundo de benefício de solidariedade associativa, Fundo Bolsa de Estudo e do Fundo Montepio Egitanense no montante de Milhares de Euros 399 por recurso ao seu Fundo próprio e,
- (iv) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 185 599 por recurso à reserva geral.

Em 30 de Março de 2018, para além da dotação da Reserva Geral, foi aprovada a reposição a esta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, o montante de Milhares de Euros 24.

Tendo em consideração os recursos acima referidos e os resultados do exercício, a Associação deliberou a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades o montante de Milhares de Euros 810 586, dotação aos fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos o montante

de Milhares de Euros 13 010, dotação aos excedentes técnicos Milhares de Euros 453.

No decurso do exercício de 2018, a Associação decidiu recorrer à reserva legal, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Milhares de Euros 16 613.

Para assegurar a totalidade das responsabilidades das séries da Modalidade Capital Certo, reembolsadas durante o ano de 2018, foi necessário recorrer ao Fundo de Reserva Geral, no montante de Milhares de Euros 4 668.

No decurso do exercício 2018, a Associação por encerramento das treze séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2011 e vencidas no ano de 2016, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries foi aprovada a transferência do montante de Milhares de Euros 714 para o Fundo de Reserva Legal.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 h).

A movimentação durante o exercício de 2019 na Reserva de justo valor é analisada conforme segue:

(milhares de euros)

	Saldo em 1 de janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de dezembro
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	269	(97)	(269)	-	(97)
Obrigações de outros emissores	(4 302)	(197)	1 058	125	(3 316)
	(4 033)	(294)	(789)	125	(3 413)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	203	(34)	-	-	169
Fundos de investimento	4 370	(357)	(1 079)	516	3 450
	4 573	(391)	(1 079)	516	3 619
	540	(685)	(290)	641	206

A movimentação durante o exercício de 2018 na Reserva de justo valor é analisada conforme segue:

(milhares de euros)

	Saldo em 1 de janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de dezembro
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	83	250	(64)	-	269
Obrigações de outros emissores	8 045	(9 807)	(2 540)	-	(4 302)
	8 128	(9 557)	(2 604)	-	(4 033)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	163	135	20	(115)	203
Fundos de investimento	3 181	1 772	(184)	(399)	4 370
	3 344	1 907	(164)	(514)	4 573
	11 472	(7 650)	(2 768)	(514)	540

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2019	2018
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	370 052	377 645
Imparidade acumulada reconhecida	(5 289)	(7 550)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	364 763	370 095
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	364 969	370 635
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	206	540

Durante o exercício de 2018, o MGAM procedeu à transferência de um imóvel de uso próprio (terreno), registado na rubrica Ativos fixos tangíveis por Milhares de Euros 22.699, para Propriedades de investimento. De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na IAS 16, o referido imóvel foi reavaliado tendo a variação de justo valor sido registada na rubrica Propriedades de investimento, por contrapartida de Outras reservas, no valor de Milhares de Euros 914, Milhares de Euros 796 líquido de imposto diferido (ver notas 21 e 22).

30 Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

		2019		2018	
		(milhares de euros)			
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	2	28 215	28 215	27 712	27 712
Aplicações em instituições de crédito	2	104 511	104 333	110 760	110 587
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	15 817	15 817	15 351	15 351
		148 543	148 365	153 823	153 650
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	28 552	28 552	18 320	18 320

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

31

Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Geral. Para além dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Geral foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O conjunto das empresas consideradas como partes relacionadas do MGAM pode ser analisado como segue:

Conselho de Administração do MGAM (Após 15 de dezembro de 2019)	Conselho Geral Atual (triénio 2019-2021)
Virgílio Manuel Boavista Lima Carlos Vicente Morais Beato Idália Maria Marques Salvador Serrão Luís Gabriel Moreira Maia Almeida	Maria de Belém Roseira Coelho Henriques de Pina Alípio Barrosa Pereira Dias Alberto José dos Santos Ramalheira João António Morais da Costa Pinto Viriato Monteiro da Silva Carlos Manuel Melo Gomes Areal Manuel dos Santos Caseirão António Fernando Menezes Rodrigues Manuel Rogério Dias Ferreira Luís Manuel dos Santos Silva Patrão Gonçalo Nuno Caetano Alves Maria das Dores Marques Banheiro Meira
(Até 15 de dezembro de 2019)	
António Tomás Correia Carlos Vicente Morais Beato Virgílio Manuel Boavista Lima Idália Maria Marques Salvador Serrão Luís Gabriel Moreira Maia Almeida	
Subsidiárias do MGAM	Empreendimentos conjuntos do MGAM
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, SA Montepio Seguros, SGPS, SA Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, SA Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA Bolsimo – Gestão de Activos, SA Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA Leacock - Prestação de Serviços, Lda. Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE Montepio Residência de Estudantes SA	In Posterum - ACE
	Associadas do MGAM
	Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, SA Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA Bem Comum – Sociedade Capital Risco, SA Moçambique Companhia de Seguros, SA

Outras partes relacionadas

Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
Montepio Holding, SGPS, SA.
Montepio Investimento, SA
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, SA
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA
Finibanco Angola, SA
Lusitania, Companhia de Seguros, SA
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
Sociedade Portuguesa de Administrações, SA
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, SA
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, SA
Clínica CUF Belém, SA
SSagincentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, SA
Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)
Montepio Arrendamento II - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)
Montepio Arrendamento III - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)
PEF - Portugal Estates Fund
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEIIA)
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
CESource, ACE
Fundação Montepio Geral

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração dos órgãos de gestão diz respeito aos custos com pessoal analisados na nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios a empregados analisados na nota 25.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com os fundos de pensões. A contribuição para o fundo de pensões no exercício de 2018 foi efetuada em dinheiro. No exercício de 2019 não foi efetuada qualquer contribuição para o fundo de pensões.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos detidos pelo MGAM com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

2019

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, SA				
Depósitos à Ordem (ver nota 16)	28 215	-	16	3
Depósitos a Prazo (ver nota 17)	104 282	-	459	5
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	145 786	-	12 042	-
Outros passivos	-	389	-	-
Cedência de Pessoal (ver nota 13)	-	5 332	-	13 989
Prestação de Serviços	-	-	-	1 549
Comissões de Custódia	-	-	-	23
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	2 231	-
Outros custos exploração	-	-	-	14
Lusitania, Companhia de Seguros, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda	35 833	-	2 657	-
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	75
Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA				
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	-	49
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	586	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 281
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	293	-
Bolsímo – Gestão de Activos, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	40 529	-	1 224	-
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	60	-
Outros passivos	-	4	-	-
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA				
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	-	107
Montepio Seguros SGPS SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	18 069	-	1 102	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA				
Cedência de Pessoal	-	-	-	16
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	3 735	-
Montepio Residência de Estudantes, SA				
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	262	-
Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	5 069	-	102	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, SA				
Suprimentos (capital e juros) (ver nota 24)	302	-	2	-
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA	-	-	110	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	-	-	198	-
Clínica Santa Maria de Belém	-	-	62	-
Fundação Montepio Geral	-	-	-	1 000
	378 085	6 311	24 570	18 111

⋮
continuação

(milhares de euros)

2018

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, SA				
Depósitos à Ordem (ver nota 16)	27 712	-	20	1
Depósitos a Prazo (ver nota 17)	110 537	-	1 130	4
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	176 155	-	9 985	-
Outros passivos	-	1 855	-	-
Cedência de Pessoal (ver nota 13)	-	-	-	9 276
Prestação de Serviços	-	-	-	559
Comissões de Custódia	-	-	-	17
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis	-	-	2 351	-
Lusitania, Companhia de Seguros, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	27 322	-	1 609	-
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	14	-
Seguros pagos	-	-	-	43
Outros passivos	-	1	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	30	-
Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA				
Outros passivos	-	3	-	-
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	11	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	301	-	-
Gastos suportados	-	-	-	956
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	289	-
Bolsímo – Gestão de Activos, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	45 186	-	1 365	-
Outros passivos	-	5	59	-
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, SA				
Cedência de Pessoal (ver nota 13)	-	-	-	34
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA				
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	20	-
Outros ativos	4	-	-	-
Outros passivos	-	8	-	-
Montepio Seguros SGPS, SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 19)	18 768	-	1 106	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA				
Cedência de Pessoal (ver nota 13)	-	-	-	17
Rendas recebidas por Arrendamento de Imóveis (ver nota 15)	-	-	3 776	-
Outros ativos	47	-	-	-
Outros passivos	-	51	-	-
Montepio Residência de Estudantes, SA				
Outros ativos	67	-	-	-
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA	-	-	1 476	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	-	-	198	-
Clínica Santa Maria de Belém	-	-	99	-
Fundação Montepio Geral	-	-	-	1 000
	405 798	2 224	23 538	11 908

Em 30 de maio de 2018, a Lusitania, Companhia de Seguros, SA emitiu Euros 10 milhões de obrigações subordinadas com uma taxa de juro de 10%. Em 31 de dezembro de 2018, a Lusitania, Companhia de Seguros, SA emitiu Euros 5 milhões de obrigações subordinadas com uma taxa de juro de 10%. Ambas as emissões foram subscritas pelo MGAM.

Em 27 de dezembro de 2018, a CEMG emitiu um empréstimo subordinado de Euros 50 milhões com uma taxa de juro de 8% subscrito integralmente pelo MGAM.

32
Gestão de riscos

O sistema de gestão de riscos do Montepio Geral – Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, mas igualmente as expectativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

A evolução da taxa de juro, é igualmente monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a

rendibilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

Risco de mercado

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflete a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

	2019		2018	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(17 096)	-	(10 579)
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(263)	(263)	(327)	(327)
	(263)	(17 359)	(327)	(10 906)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	17 466	-	10 808
Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	280	280	348	348
	280	17 746	348	11 156

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

	2019		2018	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mercado mobiliário +10%				
Ações	-	88	-	88
Fundos de investimento	-	1 279	-	1 311
	-	1 367	-	1 399
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(39)	(88)	(39)	(88)
Fundos de investimento	(77)	(1 279)	(66)	(1 311)
	(116)	(1 367)	(105)	(1 399)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	2019		2018	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mercado imobiliário +10%				
Propriedades de investimento	34 345	34 345	30 662	30 662
	34 345	34 345	30 662	30 662
Mercado mobiliário -10%				
Propriedades de investimento	(34 345)	(34 345)	(30 662)	(30 662)
	(34 345)	(34 345)	(30 662)	(30 662)

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade do MGAM não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os associados e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, o MGAM elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado às suas necessidades/excedentes.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros, participações financeiras e responsabilidades decorrentes das modalidades é apresentada como segue:

2019						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Disponibilidades em instituições de crédito	28 215	-	-	-	-	28 215
Aplicações em instituições de crédito	16 699	87 634	-	-	-	104 333
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2 382	-	2 382
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 007	22 239	58 599	248 917	14 207	364 969
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 721 595	1 721 595
	65 921	109 873	58 599	251 299	1 735 802	2 221 494
Passivos						
Modalidades atuariais	6 937	21 619	111 364	207 481	304 638	652 039
Modalidades capitalização	57 296	26 207	1 101 295	57 595	1 193 027	2 435 419
	64 232	47 826	1 212 659	265 076	1 497 665	3 087 458

2018						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Disponibilidades em instituições de crédito	27 712	-	-	-	-	27 712
Aplicações em instituições de crédito	23 910	86 677	-	-	-	110 587
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	4 660	-	4 660
Ativos financeiros disponíveis para venda	137 095	39 763	44 841	135 102	13 834	370 635
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	2 083 883	2 083 883
	188 717	126 440	44 841	139 762	2 097 717	2 597 477
Passivos						
Modalidades atuariais	6 739	19 814	93 839	223 322	281 637	625 351
Modalidades capitalização	79 676	232 829	776 065	119 869	1 169 210	2 377 649
	86 415	252 643	869 904	343 191	1 450 847	3 003 000

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas. Adicionalmente as modalidades de capitalização com prazo indeterminado correspondem a produtos de poupança reforma sem maturidade definida, suscetível de serem resgatáveis à vista.

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral - Associação Mutualista é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo incluindo os resultados do rendimento das suas participações financeiras, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

Risco de crédito

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2019 e 2018, encontra-se apresentada como segue:

2019 (milhares de euros)	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
		Valor bruto	Imparidade
Setor de atividade	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	1 417	9 778	-
Atividades financeiras	-	225 990	(2 372)
Atividades imobiliárias	965	55 517	-
Administração e serviços públicos	-	16 417	-
Construção e obras públicas	-	2 504	-
Eletricidade, gás e água	-	4 542	-
Refinação de petróleo	-	7 223	-
Indústria	-	26 174	-
Retalho	-	1 264	-
Transportes	-	4 998	-
Outras atividades de serviços coletivos	-	4 165	(431)
Outros	-	11 687	(2 486)
Total	2 382	370 258	(5 289)

2018 (milhares de euros)	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
		Valor bruto	Imparidade
Setor de atividade	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Atividades de informação e comunicação	987	5 309	-
Atividades financeiras	-	231 735	(2 677)
Atividades imobiliárias	-	54 259	(1 440)
Administração e serviços públicos	1 079	25 218	-
Construção e obras públicas	-	2 136	-
Eletricidade, gás e água	947	5 804	-
Refinação de petróleo	-	6 163	(431)
Indústria	1 263	21 045	-
Retalho	-	4 424	-
Transportes	384	4 496	-
Outras atividades de serviços coletivos	-	4 204	-
Outros	-	13 392	(3 002)
Total	4 660	378 185	(7 550)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

2019 (milhares de euros)	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
		Valor bruto	Imparidade
Zona geográfica	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Zona Euro			
Portugal	-	287 353	(3 779)
Espanha	-	4 330	-
Itália	-	24 866	(1 499)
Alemanha	-	7 805	-
França	1 417	16 359	-
Luxemburgo	-	5 263	-
Suécia	-	4 967	-
Bélgica	-	208	(11)
Outros	-	5 419	-
Outros Países	-	-	-
Reino Unido	-	1 226	-
Brasil	-	1 797	-
Estados Unidos	965	5 039	-
Outros	-	5 627	-
Total	2 382	370 258	(5 289)

2018 (milhares de euros)	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Zona geográfica	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Zona Euro			
Portugal	1 079	329 391	(5 862)
Espanha	987	7 030	-
Itália	947	10 038	(1 497)
Áustria	384	1 170	(180)
Alemanha	-	1 477	-
França	1 263	10 885	-
Luxemburgo	-	456	-
Suécia	-	1 031	-
Bélgica	-	36	(11)
Irlanda	-	2 005	-
Outros	-	1 457	-
Outros Países			
Reino Unido	-	2 271	-
Brasil	-	1 630	-
Estados Unidos	-	6 513	-
Outros	-	2 795	-
Total	4 660	378 185	(7 550)

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

2019 (milhares de euros)	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Rating	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
AA-	-	272	-
A+	-	576	-
A	-	1 308	-
A-	965	2 887	-
BBB+	1 417	2 676	-
BBB	-	14 221	-
BBB-	--	41 429	-
<BBB-	--	198 739	-
N.R.	--	69 851	(2 521)
Total	2 382	331 960	(2 521)

2018 (milhares de euros)	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	
Rating	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
A-	981	5 007	-
BBB+	1 332	3 166	-
BBB	-	6 205	-
BBB-	2 347	31 679	-
<BBB-	-	194 809	-
N.R.	-	84 240	(2 826)
Total	4 660	325 106	(2 826)

Risco específico das modalidades

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	2019 (milhares de euros)		2018 (milhares de euros)	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	57 404	57 404	52 926	52 926
Modalidades de capitalização	(4 609)	(4 609)	(4 310)	(4 310)
	52 795	52 795	48 616	48 616
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(70 054)	(70 054)	(64 380)	(64 380)
Modalidades de capitalização	-	-	-	-
	(70 054)	(70 054)	(64 380)	(64 380)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

	2019 (milhares de euros)		2018 (milhares de euros)	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	24 045	24 045	19 960	19 960
	24 045	24 045	19 960	19 960
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(36 419)	(36 419)	(29 732)	(29 732)
	(36 419)	(36 419)	(29 732)	(29 732)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

	2019		2018	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Reembolsos +10%				
Modalidades capitalização	(565)	(565)	490	490
	(565)	(565)	490	490
Reembolsos -10%				
Modalidades capitalização	565	565	(490)	(490)
	565	565	(490)	(490)

33 Transição para a IFRS 16 - - Locações

Conforme descrito na nota 1 i), a Associação adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A IFRS 16 foi aprovada pela EU em outubro de 2017, não tendo a Associação adotado antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Esta norma estabelece novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação à

exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

A Associação optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor, considerando para este efeito o montante de 5 milhares de euros. Foi utilizada, também, a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Em 1 de janeiro de 2019, a Associação efetuou um levantamento dos contratos existentes a esta data e utilizou o expediente prático previsto na norma, isto é, só aplicou a norma a contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 - Locações e da IFRIC 4. De acordo com o preconizado na IFRS 16, a Associação aplicou esta norma retrospectivamente com os impactos da

transição reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. Deste modo a informação comparativa não foi reexpressa. A Associação ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16, reconheceu um passivo de valor presente dos pagamentos futuros, utilizando uma taxa incremental à data inicial de aplicação do normativo e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação.

Os pressupostos considerados na aplicação da norma foram os seguintes:

- prazo de locação: foi avaliado o prazo contrato a contrato, no qual cada contrato terá força executória. Na avaliação da força executória são tidas em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano;
- taxa de desconto: nas locações de imóveis foi utilizada a taxa aplicada pela Caixa Económica Montepio Geral, como locador, em contratos de *leasing* imobiliário a taxa variável. No caso dos contratos de locação, aplicou-se a taxa e juro implícita nos contratos de locação, tendo por base informação recebida do locador.
- não aplicação da norma aos contratos com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido (5 milhares de euros).

Tendo por base o trabalho efetuado, identificou-se que os principais contratos de locação abrangidos por esta norma são os contratos sobre bens imóveis e frota de viaturas.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras da Associação, nomeadamente:

- na demonstração dos resultados:
 - (i) O registo na rubrica Juros e encargos similares, do gasto de juros relativo aos passivos da locação (nota 6);
 - (ii) O registo na rubrica Gastos gerais administrativos – Rendas e alugueres, dos montantes dos contratos fora dos limites considerados para aplicação da IFRS 16, nomeadamente os contratos de locação de curto prazo e os contratos de locação de ativos de baixo valor (nota 12);
 - (iii) O registo na rubrica Depreciações a amortizações do exercício - Ativos sob direito de uso, do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso (nota 14).
- no balanço:
 - (i) O reconhecimento na rubrica Ativos tangíveis - Ativos sob direito de uso, dos ativos sob direito de uso (nota 22); e
 - (ii) O reconhecimento na rubrica Outros passivos, do valor dos passivos de locação reconhecidos (nota 24).
- na demonstração dos fluxos de caixa:
 - (i) a rubrica Fluxos de caixa de atividades operacionais - Outros recebimentos e pagamentos inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor; e
 - (ii) a rubrica Fluxos de caixa de atividades de investimento - Investimentos em ativos fixos tangíveis inclui os montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado.

Até 31 dezembro de 2018, e de acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de locações operacionais realizados foram apresentados como fluxos de caixa de atividades operacionais. A adoção da IFRS 16 não teve impacto nos fluxos de caixa líquidos da Associação.

A reconciliação entre os saldos de balanço em 31 de dezembro de 2018 e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16, encontram-se detalhados conforme segue:

(milhares de euros)

	IAS 17 31 dezembro 2018	Impacto IFRS 16	IFRS 16 1 janeiro 2019
Ativo			
Disponibilidades em instituições de crédito	28 215	-	28 215
Aplicações em instituições de crédito	104 333	-	104 333
Ativos financeiros detidos para negociação	2 382	-	2 382
Ativos financeiros disponíveis para venda	364 969	-	364 969
Investimentos em subsidiárias e associadas	1 721 595	-	1 721 595
Propriedades de investimento	343 447	-	343 447
Ativos tangíveis	36 643	2 681	39 324
Ativos intangíveis	96	-	96
Ativos por impostos correntes	4 860	-	4 860
Ativos por impostos diferidos	833 284	-	833 284
Outros ativos	15 817	-	15 817
Total do Ativo	3 455 641	2 681	3 458 322
Passivo			
Outras Provisões	2 235	-	2 235
Provisões técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	3 030 096	-	3 030 096
Subvenções e melhorias de benefícios	57 362	-	57 362
Passivos por impostos correntes	-	-	-
Outros passivos	28 552	2 681	31 233
Total do Passivo	3 118 245	2 681	3 120 926
Capital Próprio			
Total do Capital Próprio	337 396	-	337 396
Total do Passivo e Capital Próprio	3 455 641	2 681	3 458 322

34 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

- a) **IFRS 16** (nova), ‘Locações’. Esta nova norma substitui a IAS 17 – ‘Locações’, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Os impactos resultantes da adoção desta nova norma encontram-se divulgados na nota 33.
- b) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. A alteração a esta norma não teve impactos nas demonstrações financeiras da Associação.
- c) **IAS 19** (alteração), ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente

de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do *asset ceiling*. O impacto no *asset ceiling* é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. A alteração a esta norma não teve impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

- d) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – ‘Instrumentos financeiros’. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade. A alteração a esta norma não teve impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11:

IAS 23, ‘Custos de empréstimos obtidos’. Esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis.

IAS 12, ‘Impostos sobre o rendimento’. Esta melhoria clarifica que os impactos fiscais dos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou o evento que deu origem aos dividendos.

IFRS 3, 'Concentrações de atividades empresariais' e IFRS 11, 'Acordos conjuntos'. Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente ao justo valor.

As alterações a estas normas não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

f) IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A alteração a esta norma não teve impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

a) IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras,

refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Associação.

b) Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Associação.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços

que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Associação.

b) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas alterações nas demonstrações financeiras da Associação.

c) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("*building block approach*") ou simplificado ("*premium allocation approach*"). O reconhecimento da

margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A Associação encontra-se em fase de avaliação do impacto que a adoção desta norma poderá ter nas suas demonstrações financeiras, o qual se estima ser significativo e relevante.

35

Eventos subsequentes

Já em março de 2020, na fase final dos trabalhos de preparação deste relatório e contas de 2019, ocorreram eventos exógenos extraordinários, relacionados com o alastrar, a nível mundial, incluindo no nosso país, da grave doença designada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, por Covid-19 (do inglês *Coronavirus disease* 19), provocada pelo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2 (do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus* 2).

Este quadro, levou os países, incluindo Portugal, a adotar medidas, absolutamente extraordinárias, de confinamento e restrição das populações e de emergência nacional, as quais terão impactos sociais e económicos a nível global, que poderão ser muito significativos nos setores do turismo, dos transportes, comércio e serviços e financeiro, mas que, de momento, não são possíveis de estimar.

As autoridades da União Europeia, o Governo Português, os bancos centrais, nomeadamente o Banco de Portugal, e as restantes autoridades já anunciaram medidas de apoio aos diversos setores e de alívio dos requisitos de capital e de liquidez ao setor bancário, por forma a limitar esses impactos e as consequências económicas dessa pandemia.

Relativamente ao ano de 2019, a que o presente relatório e contas se refere, considerando não apenas a atividade desenvolvida até ao momento, como também a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração não estima efeitos ao nível das demonstrações financeiras do exercício de 2019 decorrentes do evento acima.

Mas, face a este contexto extraordinário de pandemia em que vivemos e, no quadro das disposições legais - artigo 18.º, do DL n.º 10-A/2020, publicado em 13 de março - foi postecipado o calendário estatutário de aprovação do Relatório e Contas de 2019 e de realização das reuniões dos órgãos institucionais, designadamente do Conselho Geral e da Assembleia Geral.

Para além desta alteração, é de referir que o Conselho de Administração tomou todas as medidas necessárias, ao seu alcance, para mitigação dos riscos de propagação da pandemia e de continuidade da atividade, tendo adotado o teletrabalho e incentivado a utilização dos meios digitais junto dos seus associados.

Embora não seja possível, a esta data, determinar e quantificar com fiabilidade os efeitos futuros desta pandemia, o Conselho de Administração do MGAM considera que o princípio da continuidade das operações, subjacente à preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2019 continua válido e irá prosseguir todos os seus esforços, de forma abnegada e empenhada, para mitigar os riscos, avaliar os impactos desta situação, de forma cuidada, ao longo do próximo exercício e, reforçando a cultura de solidariedade e de entreajuda com os membros dos restantes órgãos institucionais do MGAM e dos órgãos sociais das restantes empresas do grupo, prestar todo o apoio possível aos associados e aos clientes do Grupo Montepio.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Montepio Geral – Associação Mutualista (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.455.641 milhares de euros e um total de capital próprio de 337.396 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 408.789 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, o mapa das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria apresentada na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 833.284 milhares de euros e 816.770 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente, relativos a ativos por impostos diferidos originados, essencialmente, por diferenças temporárias dedutíveis respeitantes à constituição de provisões técnicas, cuja base tributável ascende a cerca de 3.030.000 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2019. Em conformidade com a norma internacional de contabilidade IAS 12, Impostos sobre o rendimento, a recuperabilidade de ativos por impostos diferidos deve ser avaliada em função da obtenção de resultados tributáveis, os quais deverão ser projetados excluindo as componentes tributáveis originadas por novas diferenças temporárias dedutíveis.

Tendo por base as projeções apresentadas pela Administração e as condições previstas na referida norma, a Entidade não demonstra capacidade para gerar resultados tributáveis suficientes que permitam recuperar parte substancial dos ativos por impostos diferidos registados. Desta forma, os ativos por impostos diferidos e os capitais próprios, incluindo o resultado líquido do exercício, constantes do balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIIPC 506 528 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, sendo uma das quais a uma entidade legal autónoma e independente.

9

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido na nota 1 a) das notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tendo por base a avaliação efetuada pela Administração relativamente à capacidade para fazer face a exigências de liquidez. Ao preparar as demonstrações financeiras em base de continuidade, o Conselho de Administração teve em consideração riscos subjacentes, nomeadamente, aqueles divulgados (i) na nota 32, gestão de riscos, em particular, os riscos de liquidez e de concentração de ativos, (ii) na nota 35, eventos subsequentes, aludindo à incerteza inerente à pandemia Covid19, (iii) na nota 20, respeitantes à mensuração e recuperabilidade dos investimentos detidos em subsidiárias e associadas e (iv) na nota 23, relativos à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. Relativamente a este último risco, chamamos a atenção para a reserva por desacordo explicitada acima, na secção Bases para a opinião com reservas, contendo um ajustamento não quantificado, cuja respetiva repercussão nas demonstrações financeiras deverá ser tomada em consideração.

A continuidade das operações encontra-se dependente, nomeadamente, da concretização do plano de ação e orçamento anual aprovado pelos associados da Entidade em 30 de dezembro de 2019, tendo presente o atual contexto desfavorável, associado aos eventuais impactos da pandemia Covid19.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes matérias:

- (i) A Entidade divulga na nota 35, eventos subsequentes, das notas explicativas das demonstrações financeiras, considerando relativos aos potenciais impactos da pandemia do Covid19 na economia e na sua atividade, referindo, nomeadamente, que o Conselho de Administração considera que o princípio da continuidade das operações, subjacente à preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, continua válido, prossequindo todos os esforços para mitigar os riscos e avaliar os impactos da situação ao longo do próximo exercício e prestando todo o apoio possível aos associados e aos clientes do Grupo Montepio.
- (ii) O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 1.721.595 milhares de euros e 2.083.883 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respetivamente, relativos a investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais 1.500.153 milhares de euros e 1.877.654 milhares de euros respeitam à mensuração da participação financeira de 99,99% na Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) nas respetivas datas. Conforme divulgado na Nota 1 e) das notas explicativas das demonstrações financeiras, os referidos investimentos são mensurados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, sendo estas apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos e o seu valor contabilístico. Conforme divulgado na nota 20 das notas explicativas das demonstrações financeiras, o valor recuperável determinado, corresponde ao maior valor obtido, de entre o valor em uso e o justo valor, líquido de custos de venda.

Também conforme divulgado na nota 20, diferentes pressupostos de evolução do negócio, financeiros e macroeconómicos, em contexto de mercado muito concorrencial e adverso, inerente aos desenvolvimentos associados à pandemia Covid19, poderão resultar num valor recuperável diferente dos referidos investimentos.

- (iii) Conforme divulgado na nota 1 a) das notas explicativas das demonstrações financeiras, entrou em vigor em 2 de setembro de 2018 o Decreto-Lei n.º 59/2018 que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), tendo sido publicado posteriormente, em 29 de novembro de 2018, o Despacho n.º 11392-A/2018, conjunto, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determinou que a Entidade ficasse abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a partir dessa data e durante um período de 12 anos, até 2030. A ASF emitiu, entretanto, a Norma Regulamentar nº3/2020, de 12 de maio, prevendo a prestação de informação a ser-lhe submetida para efeitos do exercício dos poderes que dispõe durante o período transitório de convergência. A Entidade deverá adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas

não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

28 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia
Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

15

Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS 2019

1. Notas Prévias

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Muito embora tenha desacelerado em relação ao ano anterior, o crescimento económico registou um valor satisfatório em 2019 (2,2%), correspondente a + 1 p.p. do verificado na Zona Euro.

No tocante à política monetária, há que referir que a mesma persistiu altamente expansionista, engendrando taxas de juro de referência manifestamente adversas que, naturalmente, penalizaram o negócio bancário.

A taxa de poupança, por seu turno, registou níveis muito baixos (aquém dos 6,5%, em termos médios anuais), correspondentes a cerca de metade do nível atingido na Zona Euro.

1.2. Alterações Institucionais

Em 2019, continuou a afirmar-se um cenário institucional desfavorável, marcado por várias alterações nos órgãos sociais das principais empresas do Grupo (incluindo a própria AMM) as quais, além do mais, suscitaram notícias na comunicação social que, na sua globalidade, afetaram, significativamente, o volume de negócios e geraram danos reputacionais não despididos, embora de difícil quantificação.

No Banco Montepio, as sucessivas alterações nos órgãos sociais (nomeadamente no Conselho de Administração) suscitaram compreensíveis – mas deletérios – atrasos na produção de documentos fundamentais para a avaliação da consistência da evolução do Grupo no próximo futuro – é, designadamente, o caso do atraso verificado na aprovação do novo Plano de Negócios, peça fundamental para se aferir a situação atual e potencial do Grupo Montepio.

1.3. Sistema de Informação de Gestão

Um aspeto muito positivo que, por isso, importa sublinhar, consistiu na apresentação, por duas vezes, em sede Conselho Geral, por parte das



participadas, com a presença dos respetivos Conselhos de Administração, de informação qualitativa e dos indicadores fundamentais sobre a sua atividade no primeiro semestre de 2019, tendo sido prestados esclarecimentos às questões formuladas pelos Senhores Conselheiros.

Para além do aspeto factual referido, importa salientar a melhoria verificada, em 2019, no sistema (e nos circuitos) de informação de gestão. Trata-se de um processo que importa desenvolver e afinar, nomeadamente, no tocante à eficaz articulação entre a Associação Mutualista e as suas participadas.

1.4. Transição de Auditores

Como é sabido, em 2019 verificou-se uma mudança na Auditoria do Grupo Montepio.

Côncio das dificuldades inerentes ao processo de transição, o Conselho Fiscal acompanhou a evolução da situação, tendo efetuado contactos com a KPMG e, também, mais recentemente, com a PwC com o objetivo de identificar eventuais divergências de apreciação e distintividade em critérios de avaliação e mensuração e suas eventuais consequências na atividade do grupo.

1.5. Trabalhos Efetuados pelo Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal manteve contactos regulares com o Conselho de Administração da Associação Mutualista com o objetivo, absorvente, de perceber questões consideradas angulares e, sobre as mesmas, transmitir a sua opinião e formular algumas recomendações.

Nessas reuniões, houve oportunidade de analisar riscos de caráter regulamentar, legal e reputacional e, bem assim, a articulação estabelecida com as entidades de supervisão.

Cumprindo as funções que lhe estão estatutariamente cometidas, o Conselho Fiscal ouviu todos os responsáveis pela atividade da Associação e, bem assim, o Supervisor do Controlo Interno do Banco Montepio. Esta atividade encontra-se sumariamente descrita no anexo à ata nº32 do CF - "Relatório do Conselho Fiscal de 2019".

2. Análise do Relatório e Contas (R&C) e das Demonstrações Financeiras (DF)

2.1. Observações Gerais sobre o R&C e Linhas de Orientação Estratégica 2019-2021



Trata-se de um documento com excelente aspeto gráfico, tecnicamente bem conseguido, claro, rigoroso e transparente que explicita, detalhadamente, a atividade da instituição.

Das "Notas Explicativas" constam, nomeadamente, as políticas contabilísticas adotadas e, bem assim, a fundamentação técnica da evolução das rubricas constantes das DF.

Pela sua importância, vale a pena referir as linhas de orientação estratégica retidas para o triénio 2019-2021, as quais assentam em seis pilares:

- Adaptação aos novos requisitos regulatórios;
- Racionalização e otimização das participações e do funcionamento;
- Vinculação dos associados e aumento das receitas;
- Desenvolvimento da proposta de valor e da oferta mutualista;
- Potenciação e diversificação dos canais de relação associativa;
- Aprofundamento da transformação digital da Associação Mutualista.

2.2. Desempenho das Principais Empresas do Grupo Montepio

Num momento em que o Banco Montepio ainda não procedeu ao encerramento das contas relativas a 2019 e sendo certo que a generalidade das restantes empresas do grupo – mormente, as que laboram no setor segurador – só podem apresentar resultados provisórios, a análise do desempenho das empresas do grupo é, necessariamente, parcial e lacunar, afigurando-se, por isso, cauteloso formular tal análise aquando da consolidação das contas do Grupo Montepio.

Os dados mais seguros relativamente a esse desempenho reportam-se a Junho de 2019, pelo que se afigura adequado aguardar pelo fecho de contas do Banco Montepio e, bem assim, pela confirmação dos resultados provisórios apresentados pela generalidade das restantes empresas, sendo certo que, no setor segurador, e apesar da necessidade de provisionamento de metade (10 M€) do valor da multa aplicada à Lusitânia SA, os resultados globais deverão ser positivos, graças à boa performance da Lusitânia Vida.

Apesar de tudo, valerá a pena referir, muito sinteticamente, alguns indicadores relevantes do Banco Montepio e, bem assim, o desempenho das Residências Montepio, SA e do Montepio Residências para Estudantes.

No tocante ao Banco Montepio, há que registar a confortável posição de liquidez (rácio LCR superior a 180% em 30 de Setembro de 2019), bem como os rácios CET1 e de capital total, os quais, no mesmo mês, se posicionavam acima dos níveis prudenciais exigidos pelo Banco de Portugal.

Em compensação, o crédito líquido a clientes reduziu-se quase 5% face a Dezembro de 2018 e o resultado líquido nos primeiros nove meses de 2019 atingiu menos de 18 milhões de euros contra os 22,4 milhões de euros conseguidos no final do período homólogo do ano anterior.



Quanto às Residências, há que referir a entrada em funcionamento de uma nova residência sénior em Lisboa, o que reforça a posição liderante das Residências Montepio SA no mercado das residências sénior privadas em Portugal.

Por seu turno, em 2019, a Montepio Residências para Estudantes assumiu a gestão das residências de Lisboa e procedeu à inauguração da segunda residência em Évora e prevê reforçar a sua oferta, em 2020, com uma residência no Porto.

Em ambas as empresas os resultados líquidos deverão ser positivos.

A concluir este ponto, deve referir-se que, com a entrada em vigor do novo Código das Associações Mutualistas, as contas consolidadas terão que ser fechadas até 31 de Maio (antecipação de um mês relativamente ao regime anterior).

Esta determinação – a que importa dar cumprimento – suscita a necessidade de se proceder à reprogramação de todo o processo – e respetivo calendário – de fecho de contas das empresas participadas. É uma questão que deverá merecer grande prioridade.

De resto, há, também, que garantir, doravante, plena sintonia quanto ao momento de fecho das contas individuais de todas as empresas do Grupo. Situações como a ocorrida com o Banco Montepio – que, provavelmente, só poderá fechar contas em Abril – não podem manter-se no futuro.

2.3. Base de Associados e Número de Inscrições. Fluxo Acumulado

Entre os finais dos anos de 2018 e 2019 o número de associados reduziu-se de 612.607 para 601.784, verificando-se, assim, uma perda de 10.823 associados. Em todo o caso, terá de referir-se que esta quebra é inferior, em termos absolutos, à registada em 2018 (-12.812 associados), facto que pode deixar prenunciar uma desaceleração da sangria do número de sócios (as variações em cadeia, no decurso de 2019, vão no sentido referido). Também a redução das saídas de associados por desistência e cessões de direitos, tendo sido inferiores em 11% relativamente ao ano precedente, confirmam a referida tendência.

Quanto ao número de inscrições, verificou-se um total de subscrições de modalidades mutualistas de 951.566 (que compara, negativamente, com as ocorridas em 2018: 970.125).

Trata-se, porém, de uma diferença muito ligeira (1,9%) que deve ser comparada com o número de novas subscrições por modalidade que excedeu, em 2019, o registo de 2018 (83.620 vs 80.998).

A média de subscrições por associado fixou-se em 1.586 (valor ligeiramente acima do orçamentado).



Os proveitos inerentes a associados atingiram, em 2019, o valor de 667.765 m€, sendo que os custos inerentes a associados ascenderam a 640.494 m€.

O fluxo acumulado atingiu, pois, o valor de 27.271 m€. Note-se que este valor compara, extremamente bem, com o valor homólogo de 2018, que foi negativo (-191.235 m€).

2.4. Análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos Indicadores Globais

Nota Introdutória

Entre os dias 4 e 30 de março do corrente ano, as contas da AMM relativas ao exercício de 2019, foram objeto de um verdadeiro *tsunami*.

Nesse período, crítico para o fecho de contas, a PWC, sociedade revisora e auditora, entendeu reforçar imparidades num valor vizinho dos 400M€ (mais concretamente, 392M€).

Essas imparidades incidem sobre o Banco Montepio (377,5M€) e sobre a Montepio Seguros, SGPS (14,7M€).

Para além do reforço de imparidades supramencionado, deve referir-se, ainda, o resultado do teste de adequação de responsabilidades (LAT) que se traduziu, em termos líquidos, isto é, com exclusão do efeito fiscal associado, num reforço das provisões matemáticas em cerca de 26 M€, devido à redução das taxas de juro de referência. O ponto de acumulação de tudo o que ficou exposto, traduz-se, violentamente, na redução, para menos de metade, do capital próprio da AMM.

Todavia, é mister salientar que as imparidades referidas decorrem da utilização de uma taxa de desconto que pode – e deve – ser objeto de contraditório, o que, de resto, sucedeu por parte do Conselho de Administração da AMM, num processo que acompanhámos com grande proximidade.

A taxa de desconto, como é sabido, incorpora um conjunto de critérios que, como característica comum, patenteia grande subjetividade (mesmo os “*beta levered*”, apesar de fixados regulamentarmente, não deixam de ser subjetivos).

A questão não é despicienda já que, na valorização de um ativo ao justo valor, um ponto percentual a menos na taxa de desconto, pode determinar uma apreciação do dito de centenas de milhões de euros.

No caso do Banco Montepio, tomou-se uma taxa de desconto de 9,47% (a alternativa desejada pela AMM era de 8,27%).

Com a taxa de desconto retida, reforçou-se as imparidades do Banco em 377,5 M€ mas, com a tal alternativa desejada, o capital próprio da AMM não teria, seguramente, sofrido



a sangria de que foi alvo, na medida em que, inclusivamente, haveria margem para alguma reversão de imparidades.

Ironicamente, a posição irredutível da PwC surge numa altura em que, perante este cisne negro que é a pandemia que nos assola, não encontra em termos prospetivos, previsionais ou de simples prognóstico, base sustentada (e sustentável) para se impor.

O quadro sintético que, seguidamente, se apresenta, permite perceber, no essencial, as diferenças (devastadoras) que se verificaram entre 4 e 30 de março de 2020, relativamente ao Balanço e à Demonstração de Resultados da AMM.

BALANÇO M€	04/03/2020	30/03/2020*
Ativo	3842	3456
- Investimentos em Associadas e Participadas	2114	1722
- Ativos por Impostos Diferidos	824	833
Passivo	3082	3118
- Provisões Técnicas	3052	3087
Capital Próprio	760	337

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (M€)		
- Resultado Operacional	9,8	-30
- Imparidade de Outros Ativos líquida de reversões	0,024	392
- Resultado Líquido do Exercício	13,6	-409

* Um novo Relatório foi aprovado pelo CA em 14/4/2020, sem que se tenham registado alterações aos números constantes no Relatório de 30/3/2020 (há que notar, apenas, no âmbito da nota explicativa 20 uma nova análise de sensibilidade). Todavia, é deste Relatório de 14/4/2020 que consta a importante e (esclarecedora) "Mensagem do Presidente". Posteriormente, em 29/4/2020, foi aprovado pelo CA o Relatório final, cujas notas explicativas foram validadas pela PwC. Também neste Relatório não se registam alterações aos números apresentados um mês antes, no Relatório de 30/3/2020.

Relativamente ao Balanço, há que destacar a pronunciada quebra do Ativo (-10%), induzido pelo decréscimo brutal da rubrica "investimentos em associadas e participadas" (-18,5%). Consequentemente, o Capital Próprio sofre uma redução, dificilmente adjetivável, de 55%!

No tocante à Demonstração de Resultados, verifica-se que se passa de um resultado operacional positivo (quase 10M€) para um resultado negativo, de cerca de 30M€.

As "Imparidades de outros ativos líquida de reversões" multiplicam-se por um coeficiente superior a 16 333, passando de 24 m€ para 392 M€! Deste valor, 377,5M€ são imputáveis à CEMG – que, assim, passa a registar uma imparidade acumulada de 875M€ - e 14,7M€ são imputáveis à Montepio Seguros, SGPS.



Consequentemente, o "Resultado líquido do exercício" deixa de ser positivo (+13,6M€) para se converter num resultado negativo que ascende a 409M€.

A concluir esta nota, e para que se percecionem, com clareza, a importância, crucial, do valor da taxa de desconto retida, e tomando o caso da CEMG, sem dúvida o mais importante (imparidade de 377,5M€), deve referir-se que:

- Foi efetuado um *stress test* ao Plano de Negócios e às projeções económico-financeiras da CEMG;
- Se consideraram parâmetros mais gravosos para o cálculo da taxa de desconto.

Relativamente ao teste mencionado na alínea a), foi obtida uma diferença acumulada de resultados de -49M€ para o período de 2020-2024.

No tocante à alínea b), foram efetuados ajustamentos, todos adversos, nos parâmetros "Taxas de juro sem Risco (+0,35%)", "*beta levered* (+0,039)", "prémio de risco do país (+0,30%)" e prémio de risco específico (+0,34%)", tudo conduzido a uma taxa de desconto de 9,47% (por contraposição a uma outra alternativa que apontava para o valor de 8,27%).

Consequentemente, o cenário retido para o valor recuperável da CEMG aponta para o valor de 1.500M€, traduzindo-se numa imparidade (reforçada) de 377,5M€.

Note-se que, mantendo a mesma taxa de crescimento na perpetuidade (2%), o valor de avaliação da CEMG à taxa de desconto de 8,47% seria, aproximadamente, de 1.800M€, valor este que se situa na vizinhança do valor da participação, inscrito nas contas da AMM, na CEMG (1.878M€).

Mas, se a taxa de desconto se fixasse nos 8,27% (valor defensável para 2019), o valor recuperável da CEMG ascenderia a 2.103M€, o que permitiria uma reversão da imparidade constituída de 225M€.

Como se vê, uma diferença de 1,20 p.p. na taxa de desconto, dá origem a uma diferença na avaliação da CEMG que ultrapassa 560M€!

Tudo isto ocorreu num momento em que a subjetividade, já de si inerente à fixação da taxa de desconto, é reforçada pelos (fundados) receios dos impactos da presente pandemia no setor financeiro, à escala global, a qual já se verificava quando se ultimava o processo de fecho de contas.

2.4.1 Balanço

Em 2019, o Ativo ascendeu a 3.455.641 m€, tendo sofrido uma redução de 8,5% relativamente ao valor relativo a 2018.

Os "investimentos em subsidiárias e associadas" atingiram o valor de balanço, em termos líquidos (ou seja, descontadas as imparidades), de 1.721.595 m€, valor que corresponde a cerca de 50% do Ativo.

As "propriedades de investimento", no valor de 343.447€ - mais 12% do que o registado em 2018 -, representam cerca de 10% do Ativo.



Trm
AS
BS

A rubrica "ativos por impostos diferidos" monta a 833.284 m€ (tendo crescido 2% relativamente a 2018), representando cerca de 24% do Ativo.

O Passivo ascendeu a 3.118.245 (+3,1%, relativamente ao valor registado em 2018), sendo certo que as provisões técnicas continuam a representar mais de 99% do Passivo.

Deve, ainda, referir-se que as "modalidades de capitalização" originam, praticamente, 79% das provisões técnicas constituídas em 2019.

O Capital Próprio atingiu, em 2019, 337.396 m€, o que corresponde a cerca de 45% do valor registado no ano precedente. Este enorme decréscimo fica a dever-se, no essencial, ao resultado líquido negativo do exercício, que ultrapassou 400 M€.

Mas é muito relevante assinalar que, apesar do referido decréscimo, o Capital Próprio se mantém num nível (minimamente) aceitável. Com efeito, em 31 de janeiro de 2020, o rácio Capital Próprio/Ativo Líquido atingiu o valor de 10%, sendo certo que o valor absoluto do Capital Próprio na data referida (344.425 m€) excedia, em 83%, o valor registado em 31/12/2016 (188.456 m€).

2.4.2 Demonstração de Resultados

Como já se referiu anteriormente, o fluxo acumulado líquido (diferença entre proveitos e custos inerentes a associados), apresenta, em 2019, um valor de cerca de 27.000 m€ (que compara, muito favoravelmente, com idêntico valor registado em 2018: -191.235 m€).

No tocante às "provisões técnicas", as modalidades de capitalização impuseram, no essencial, a variação registada (41.416 m€).

O bom desempenho, em termos comparados, da rubrica "resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" fica a dever-se, basicamente, aos resultados obtidos com obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos. Em 2019, verificou-se um resultado de 3.642 m€, quase o triplo do registado em 2018.

A rubrica "custos com pessoal" evidenciou um aumento superior a 10% (5.371 m€ vs 4.864 em 2018).

Por seu turno, a rubrica "gastos gerais administrativos" registou, em 2019, uma quebra homóloga de (apenas) 1,4%.

O "resultado operacional" do exercício de 2019 foi negativo e cifrou-se em quase 30 M€ que compara, desfavoravelmente, com o resultado, também negativo, de 6.139 m€ ocorrido em 2018.

O resultado líquido após impostos do exercício ascendeu a -408.789 m€ (que compara com 1.634 m€, valor obtido em 2018).



Trm
AS
BS

Deve, todavia, sublinhar-se que sem a ocorrência de impactos não recorrentes (imparidades e teste de adequação das reservas matemáticas), o denominado "resultado recorrente do exercício" teria ascendido a 9.334 m€, valor que corresponde ao triplo do "resultado recorrente" registado em 2018.

2.4.3 Indicadores Globais (Ativo, Rentabilidade e Solidez Financeira)

O rácio "carteira de títulos/ativo líquido" registou, em dezembro de 2019, em termos acumulados, o valor de 10,6% que compara, favoravelmente, com o de dezembro de 2018 (9,94%).

O rácio "resultados líquidos/ativo líquido médio" atingiu o valor de menos 10,81%, que deve cotejar-se com o valor de 0,04% registado em dezembro de 2018.

Em termos de eficiência, o rácio "custos administrativos/ativo líquido" registou o valor de 7,54% (contra o valor de 7% registado no mês homólogo de 2018).

Por seu turno, o rácio "capital próprio/ativo líquido médio" evidencia, em dezembro de 2019 (em termos acumulados), o valor de 8,9%, que deve comparar-se com o valor de 19,62% registado no ano de 2018.

O "grau de cobertura das responsabilidades", medido pelo quociente entre "fundos, reservas e provisões técnicas/provisões técnicas", atingiu o valor de 1.242, tendo sofrido uma ligeira redução face ao valor registado no ano de 2018 (1.250).

Uma última referência para o cash flow do exercício que atingiu o valor negativo de 15.895 m€ (3.320 m€ em 2018).

2.5. Algumas Conclusões e Recomendações

Conclusões

- 2.5.1 Como já foi referido nas "Notas Prévias", verificou-se, em 2019, uma acentuada melhoria do sistema de informação de gestão no âmbito global do Grupo Montepio. Todavia, o sistema carece de monitoria sistemática tendo em vista a satisfação, atempada e adequada, das necessidades dos seus principais destinatários (mormente, o Conselho de Administração, o Conselho Geral e o Conselho Fiscal).
- 2.5.2 Há que destacar o sucesso registado pelas plataformas digitais disponibilizadas pela Associação, quer em termos de número de visitas aos sites, quer, sobretudo, em termos de captação de poupanças. É, ainda, importante notar que as novas funcionalidades e serviços operacionalizados, para além de constituírem um canal complementar de



relacionamento com os associados, permitiram a admissão de novos associados sem relação bancária com o Montepio.

- 2.5.3 Deve saudar-se a recente e visível melhoria de relacionamento institucional entre os órgãos de gestão da Associação Mutualista e do Banco Montepio, sendo importante que essa melhoria se desenvolva e aprofunde em prol do sucesso do Grupo Montepio.
- 2.5.4 Como já foi mencionado, em 2019 registou-se uma desaceleração do ritmo de decréscimo dos associados, quer em termos de variação homóloga, quer, tomando por referência a evolução mensal, em termos de variação em cadeia. Trata-se, naturalmente, de uma questão prioritária que urge acompanhar. Referência igualmente positiva para o ritmo sustentado e satisfatório, no possível concreto, do número de inscrições por associado.
- 2.5.5 Culminando os progressos assinalados precedentemente, há que sublinhar que o fluxo acumulado (medido pela diferença entre os proveitos e os custos inerentes a associados) atingiu o valor de 27.271 m€, sendo que, em 2018, esse valor foi negativo e ascendeu a mais de 190.000 m€.

Recomendações

- 2.5.6 É fundamental promover a operacionalização, com a máxima urgência, do Gabinete de Auditoria Interna, peça fundamental para se concluir o edifício do Sistema de Controlo Interno (SCI).
- 2.5.7 Ainda no domínio do SCI, o Conselho Fiscal tomou conhecimento do "Plano de Contingência de Liquidez", reportado a março de 2020, perspetivando doze "medidas de contingência de liquidez", que urge desenvolver e aprofundar.
- 2.5.8 É fundamental prosseguir a oferta de produtos mutualistas inovadores, domínio em que a Associação Mutualista detém vantagens competitivas e distintivas, direcionando essa oferta para escalões etários apropriados (note-se, a este propósito, que segundo dados recentes publicados pela Pordata, a população residente sem ensino secundário ou superior, entre os 25 e os 64 anos, ascende a mais de 50%, contra menos de 22% na União Europeia).
- 2.5.9 Também parece fundamental desenvolver e aprofundar a capacitação técnica necessária para a Associação Mutualista poder continuar a analisar, avaliar e discutir os *Business Plan* remetidos pelas participadas.



- 2.5.10 Finalmente, volta a salientar-se a necessidade de se proceder à reprogramação do processo e do calendário do fecho de contas das empresas participadas e de se garantir plena sintonia quanto ao momento de fecho das contas individuais de todas as empresas do Grupo Montepio.

3. Análise da Certificação Legal de Contas (CLC)

Como seria de prever face ao delicado e moroso processo de fecho de contas do Banco Montepio - que ocorreu, apenas, no dia 4 de Maio, ou seja, cerca de cinco semanas depois de a AMM ter elaborado o seu Relatório e Contas (embora sem validação, pela PwC, de todas as suas "notas explicativas") - a Sociedade Revisora/Auditora não emitiu uma certificação "limpa" das contas da AMM relativas a 2019.

Com efeito, a CLC em apreço - que só foi conhecida pelo Conselho Fiscal, sob a forma de *draft*, em 18 de Maio e sob a forma definitiva, ou seja, devidamente assinada, em 1 de Junho - identifica três ênfases e regista uma reserva por desacordo.

Duas das ênfases são recorrentes - isto é, já haviam sido referenciadas pela anterior Auditora - e referem-se à incerteza material quanto à continuidade da operação da AMM (vejam-se, em particular, as notas explicativas 32 e 20) e, bem assim, às exigências impostas pelo novo regime regulatório e modelo de supervisão.

A terceira ênfase assume uma natureza transversal, e incide sobre as incertezas e perigos advenientes da pandemia do Covid-19 (veja-se, a propósito, a nota explicativa 35).

Vale a pena sublinhar que o facto de haver ênfases recorrentes, nomeadamente, a imposta pelas novas regras de supervisão e controlo, não lhes retira força - antes pelo contrário - ou minimiza a importância das realidades sobre que incidem.

A acrescer às ênfases referidas, foi formulada uma "opinião com reservas", por desacordo relativamente ao registo dos Impostos Diferidos, por se considerar que parte substancial dos mesmos poderá não ser recuperável.

Deve notar-se, relativamente a este importante ponto, que a PwC postula uma visão diferente da que foi perfilhada pela anterior Auditora e, ao que sabemos, e pela posição



sustentada por uma outra sociedade de Auditoria, à qual foi solicitado parecer sobre a recuperabilidade dos Impostos Diferidos.

O essencial da argumentação da PwC radica no disposto na IAS 12, parágrafo 29, alínea a), ponto ii). Todavia, há que fazer notar, com veemência, que a interpretação - ou interpretações - da norma referida envolve(m) elevada subjetividade, quer no plano teórico quer, sobretudo, no domínio da sua aplicação prática, máxime a uma associação mutualista.

Ainda a este propósito, há que sublinhar que não é conhecida qualquer chamada de atenção por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao tratamento conferido, em termos contabilísticos, aos Impostos Diferidos acrescentando que, em 5 de junho de 2018, a AMM solicitou à AT uma inspeção que não foi realizada, decerto porque foi entendido que a mesma se não justificava.

Seja como for, não importa, no presente contexto, saber de que lado estará a razão mas, antes, perceber e assumir que a recuperabilidade dos Impostos Diferidos é uma questão angular que terá que ser considerada altamente prioritária pela gestão.

De resto, a CLC emitida pela PwC não deve ser entendida como uma espada de Dâmoqueles sobre a cabeça da AMM - até porque um Auditor deve ser sempre visto como um facilitador num quadro de exigência - mas, outrossim, como um precioso elemento a ponderar na gestão.

O Conselho Fiscal está firmemente convicto de que o Conselho de Administração adotará uma postura ativa de correção de questões identificadas pela Auditora, sobretudo no concernente ao reforço e desenvolvimento de um Plano de Contingência suscetível de mitigar o risco de liquidez, bem como ao estudo de modelos alternativos de tratamento e contabilização dos Impostos Diferidos.



4. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas Individuais de 2019

4.1 O Conselho Fiscal, nos termos regulamentares e das suas competências estatutárias, apreciou o Relatório de Gestão e Contas Individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 da AMM preparadas pelo Conselho de Administração.

4.2 O Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação do Relatório de Gestão e Contas (R&C), elaborado de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) para o exercício findo de Dezembro de 2019, nomeadamente, a respetiva versão final, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de Abril de 2020. Para a preparação do parecer, o Conselho Fiscal reuniu, por meios telemáticos, após 19 de Março de 2020, devido à circunstância Nacional da Declaração de Estado de Emergência para combate ao surto pandémico COVID-19, com membros do Conselho de Administração, Serviços da AMM e com o Revisor Oficial de Contas, tendo solicitado as informações e esclarecimentos que considerou relevantes para dar cumprimento às normas legais e estatutárias aplicáveis e consequentemente ao seu parecer sobre as contas anuais individuais e respetivo Relatório de Gestão.

4.3 Como é sabido, em 2019 verificou-se uma mudança da Auditora do Grupo Montepio. Como foi referido nas notas prévias, os períodos de transição são difíceis quer tecnicamente, quer intrinsecamente, pela necessidade interpretativa das especificidades de uma organização. É precisamente este o caso da AMM. Ora a Associação encerra em si uma multiplicidade de procedimentos de natureza associativa que entroncam com o estatuto de instituição particular de solidariedade social, com a natureza jurídica de associação de direito privado, a que acresce a



sua relação de domínio sobre o Banco Montepio, dado que é o seu acionista maioritário detendo a quase totalidade do seu capital. *Mutatis mutandis*, se o Banco Montepio estiver com boa saúde, como parece estar face aos resultados individuais apresentados no R&C 2019 (12,9 M€), a AMM, consequentemente, também poderá sentir um fôlego de esperança na continuidade da boa *performance* da sua principal participada.

4.4 O aspeto anteriormente referido remete-nos, de alguma forma, para que exista prudência e ponderação quanto à reserva descrita na CLC agora apresentada pela PwC e já patenteada no ponto 3, na medida em que a reserva por desacordo dela constante - e apesar do tema ser de difícil interpretação, na sua tecnicidade, mas também, na sua aplicabilidade prática à especificidade e complexidade da maior Associação Mutualista Portuguesa, a que acresce a recente obrigação de adaptação gradual ao novo quadro regulatório de supervisão financeira - não nos parecer consubstanciar em si, de forma tão perentória, uma "opinião com reservas", sem mais.

4.5 Com efeito, não foi demonstrado, de forma inequívoca, qual a melhor metodologia de contabilização dos Impostos Diferidos. A PwC funda-se, exclusivamente, numa interpretação da IAS 12 que nos parece pouco estudada na sua aplicabilidade a uma entidade mutualista, contrariando a metodologia de contabilização que vinha sendo seguida desde 2017 a qual, de resto, não mereceu qualquer reparo formulado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

4.6 Ora, esta diferença de tratamento contabilístico deve ser objeto de análise e aprofundamento, uma vez que a inclusão de associações de natureza peculiar em tipologias que pouco têm a ver com a sua prática substantiva, muitas vezes por conveniência de grandes títulos para agregados nas demonstrações de carácter fiscal, pode ocasionar distorções não só interpretativas, como contabilísticas, fiscais e outras, motivo pelo qual o Conselho Fiscal apela a que esta matéria seja densificada nos seus vários aspetos e variáveis como as supra referidas, de natureza normativa, contabilística, fiscal e, não menos importante, de natureza



prudencial em que se sublinha a vertente da confiança, fator base para a normal prossecução da atividade futura da AMM.

4.7 Sem prejuízo da metodologia que venha a ser regra para instituições mutualistas - cuja natureza, organização, funcionamento e finalidades prioritárias as distinguem, notoriamente, das instituições financeiras e de crédito - o Conselho Fiscal reserva-se o direito de sobre este tema dos Impostos Diferidos Ativos ter prudência na sua apreciação metodológica e não tirar ilações que possam ocasionar dúvidas na confiança dos princípios mutualistas, não só por parte dos atuais associados, mas também por parte de associados que, não o sendo ainda, procuram instituições da economia social, que lhes garantam a guarda e a remuneração das suas poupanças.

4.8 É este, aliás, o cerne da atividade da AMM, que deve ser preservado e gerido com rigor e elevado sentido de compromisso visando a manutenção e o aumento da confiança de todos os associados na gestão das suas poupanças. Por isso, o Conselho Fiscal reforça a necessidade deste tema ser aprofundado para obtenção de maior maturidade na escolha da metodologia que melhor revele e demonstre, de forma verdadeira e apropriada, uma realidade que não se esgota nas adversidades de uma década de grandes convulsões económicas, financeira e sociais, mas que se reforça pela sua longevidade de 180 anos na superação dos vários desafios que teve de enfrentar.

4.9 Por último, há que sublinhar que, tanto quanto é do conhecimento do Conselho Fiscal, a informação financeira foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial, financeira e dos resultados da AMM, assim como, das sociedades incluídas no seu perímetro, sendo que o Relatório de Gestão e Contas Individuais de 2019 espelha de forma correta o negócio e os riscos associados relevantes para a AMM observando o princípio de continuidade.



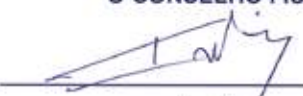
4.10 Em face do exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável no sentido de que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão do exercício findo de 2019;
- b) As Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao exercício de 2019.

Desejamos, ainda, manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da AMM o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 3 de Junho de 2020

O CONSELHO FISCAL


Ivo Pinho


Ana Harfouche


José Domingos Barão

16

Anexos

16.1

Relatório atuarial**Relatório atuarial das modalidades associativas e das rendas**

1

Enquadramento

O presente Relatório, referente ao ano de 2019, abrange as modalidades atuariais do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM), bem como as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas.

As reservas matemáticas das modalidades atuariais e das rendas são calculadas com as bases técnicas (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social¹, sendo adiante designadas por Reservas Matemáticas Estatutárias.

Contudo, e uma vez que as Reservas Matemáticas Estatutárias poderão estar subavaliadas, por desatualização das bases técnicas, é efetuado periodicamente um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste no seu recálculo utilizando tábuas de mortalidade e taxas técnicas de juro mais ajustadas à realidade atual. Este teste, que se realiza desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias, adiante designada por Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2019, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 501 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição de 8 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2018.

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu, em 2019, um reforço líquido de

reservas matemáticas no montante de 35 milhões de euros, situando-se o valor das Reservas Matemáticas Atuariais, em 31 de dezembro de 2019, nos 151 milhões de euros.

O valor total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2019, os 652 milhões de euros, ou seja, mais 27 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2018.

2

Evolução da Atividade

2.1

Análise Global

Em 31 de dezembro de 2019, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 955 248, representando um decréscimo de 1,9% relativamente a 31 de dezembro de 2018. Neste número estão incluídas 3 682 subscrições em coberturas adicionais.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos agrupando as modalidades da seguinte forma:

- Subscrições em modalidades atuariais com reservas matemáticas²;
- Subscrições em modalidades atuariais sem reservas matemáticas³;
- Subscrições em modalidades de capitalização⁴.

(1) Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

(2) Inclui todas as modalidades atuariais com reservas matemáticas, abertas e encerradas a novas subscrições. As rendas vitalícias e as rendas temporárias não estão incluídas nesta análise gráfica, por não serem modalidades associativas.

(3) Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual.

(4) Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

Constata-se que, em 2019, o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições registou uma diminuição face a 2018, representando atualmente 28,2% do total de subscrições.

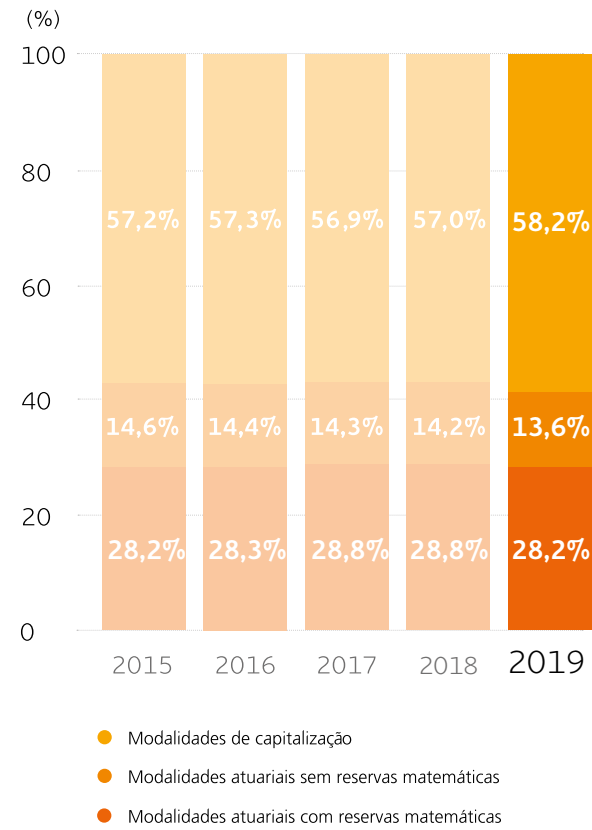
Comportamento idêntico apresentaram as modalidades atuariais sem reservas matemáticas, que diminuíram o seu peso no total das subscrições para 13,6%.

Contrariamente, as modalidades de capitalização registaram uma subida, representando, em 2019, 58,2% do total de subscrições.

2.2
Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual), o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano de 2019 situou-se nos 23,5 milhões de euros, enquanto os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano atingiram os 11,5 milhões de euros.

Subscrições em modalidades



Modalidades Atuariais sem Reserva Matemáticas - Ano 2019

(euros)

Modalidades	Quotizações recebidas pelo MGAM	Capitais pagos pelo MGAM	Saldo
Montepio Proteção - Crédito Habitação	22 995 001,59	11 236 156,07	11 758 845,52
Montepio Proteção - Outros Encargos	479 503,53	233 199,44	246 304,09
Montepio Proteção - Crédito Individual	1 329,74	0,00	1 329,74
Total	23 475 834,86	11 469 355,51	12 006 479,35

2.3
Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

A modalidade mais subscrita em 2019, quer em número de subscrições, quer em capitais subscritos, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, representando cerca de 90,9% do total de subscrições e 86,8% do total de capitais subscritos.

Modalidades Atuariais mais subscritas - Ano 2019

Número de subscrições		Capitais subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	90,9	Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	86,8
Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	8,2	Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	10,9
Outras Modalidades	0,9	Outras Modalidades	2,3

Apresenta-se, na tabela seguinte, por modalidade, o número de subscrições, valores subscritos e valores de quotização anual, em 31 de dezembro de 2019, destacando-se a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, com 190 774 subscrições e 44,8 milhões de euros de quotização anual.

Subscrições em modalidades

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Montepio Proteção Vida - 3%	1 355	11 029 946,90	8 140,18	314 304,84	231,96
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 244	1 183 491,09	951,36	1 212 433,65	974,63
Restituição de Quotas - 3%	1 176	8 990 613,56	7 645,08	188 829,87	160,57
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	190 774	545 652 087,58	2 860,20	44 822 456,67	234,95
Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	16 039	62 530 729,59	3 898,67	4 103 449,16	255,84
Montepio Proteção Invalidez - 3%	71	172 232,70	2 425,81	1 010,80	14,24
Subtotal	210 659	629 559 101,42	2 988,52	50 642 484,99	240,40

Subscrições em modalidades

(euros)

Modalidades de subscrição fechada com entregas ^(a)	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência - 4%	5 390	17 840 841,71	3 309,99	488 674,74	90,66
Subsídio por Morte - 4%	1 093	1 175 421,42	1 075,41	25 410,06	23,25
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	43 697	139 397 879,10	3 190,10	8 234 202,20	188,44
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	40	786 935,26	19 673,38	17 602,84	440,07
Capitais para Jovens - 4%	2 221	13 026 108,52	5 864,97	671 979,32	302,56
Pensões para Deficientes - 4%	21	73 656,74	3 507,46	24 603,38	1 171,59
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	34	138 041,93	4 060,06	801,97	23,59
Rendas de Sobrevivência - 4%	26	73 436,15	2 824,47	20 777,14	799,12
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	8	36 720,78	4 590,10	1 495,62	186,95
Capitais para Estudos - 4%	286	168 172,89	588,02	130 509,30	456,33
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 438	23 633,66	16,44	5 141,63	3,58
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5 861,88	1 465,47	121,44	30,36
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subtotal	54 262	172 746 805,82	3 183,57	9 621 355,04	177,31

Modalidades de subscrição fechada sem entregas ^(b)	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Pensões de Reforma - 6%	395	626 898,58	1 587,09	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4%	689	527 923,07	766,22	0,00	0,00
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	867	470 208,27	542,34	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 6%	464	3 306 316,36	7 125,68	0,00	0,00
Restituição de Quotas - 4%	1 846	10 153 827,53	5 500,45	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 6%	30	191 998,29	6 399,94	0,00	0,00
Adicional de Invalidez - 4%	46	56 771,06	1 234,15	0,00	0,00
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	91,48	0,00	0,00
Subtotal	4 394	15 339 157,48	3 490,93	0,00	0,00
Total	269 315	817 645 064,72	3 036,02	60 263 840,03	223,77

(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscritores existentes procederem às entregas de quotas previstas aquando da data da subscrição.

(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

Relativamente às pensões existentes em 31 de dezembro de 2019, a tabela seguinte apresenta o número de pensões⁵, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões em pagamento.

Pensões em pagamento

(euros)

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual ^(a)			
		Pensões Subscritas	Subvenções e Melhorias ^(b)	Encargo médio por pensão	Relação entre Subv.+Melh. e Pensões Subscritas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01
Capitais de Previdência - 4%	1 639	266 042,88	649 284,72	558,47	2,44
Montepio Pensões de Reforma - 3%	68	40 434,84	598,32	603,43	0,01
Pensões de Reforma - 6%	2 217	4 225 482,60	2 383 255,80	2 980,94	0,56
Pensões de Reforma - 4%	1 174	1 425 026,28	101 758,20	1 300,50	0,07
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	531	551 867,28	474,12	1 040,19	0,00
Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	1	8 251,80	259,80	8 511,60	0,03
Capitais para Jovens - 4%	48	97 174,44	8 697,60	2 205,67	0,09
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	1 469,52	1 309,08	0,39
Rendas de Sobrevivência - 4%	6	13 890,84	2 675,16	2 761,00	0,19
Capitais para Estudos - 4% ^(c)	427	286 602,57	13 487,90	702,79	0,05
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	79,20	233,04	0,51
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	142	311 074,32	31 828,56	2 414,81	0,10
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	184	456 729,12	12 791,76	2 551,74	0,03
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	78,84	983,78	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 746	28 463,76	1 017 294,84	598,95	35,74
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	29	527,64	5 296,70	200,84	10,04
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	7 517,76	0,00	1 879,44	0,00
Total	8 228	7 728 992,37	4 229 333,08	1 453,37	0,55

(a) O Encargo anual corresponde ao somatório das Pensões Subscritas e das Subvenções e Melhorias atribuídas.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

(c) O valor da pensão de Capitais para Estudos (4%) refere-se a uma semestralidade.

5 Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

Em 31 de dezembro de 2019, existiam 8 228 pensões em pagamento, a que corresponde um encargo médio anual de 1 453,37 euros por pensão. O encargo anual com pensões em pagamento atingiu os 7 728 992,37 euros referentes a pensões subscritas, aos quais acrescem 4 229 333,08 euros correspondentes a subvenções e melhorias, totalizando 11 958 325,45 euros.

2.4

Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2019, existiam 566 rendas vitalícias e 400 rendistas. Estes valores incluem 8 rendas vitalícias diferidas, e respetivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou.

O valor anual de pagamentos no âmbito das rendas vitalícias atingiu os 1 941 310,88 euros, correspondendo a uma renda anual média de 3 429,88 euros. Durante o ano de 2019, o montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 980 859,99 euros.

Rendas Vitalícias

(euros)

	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Média (por renda)
Rendas Vitalícias - 6%	46	22	94 927,56	2 063,64
Rendas Vitalícias - 4%	254	157	1 068 442,98	4 206,47
Rendas Vitalícias - 3%	266	221	777 940,34	2 924,59
Total	566	400	1 941 310,88	3 429,88

2.5

Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2019, existiam 23 rendas temporárias e 28 rendistas, tendo sido realizados pagamentos no montante de 150 801,86 euros a que corresponde um valor médio anual de 6 556,60 euros. Durante o ano de 2019 não foram constituídas rendas temporárias.

Rendas Temporárias

(euros)

	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Média (por renda)
Rendas Temporárias - 3%	23	28	150 801,86	6 556,60
Total	23	28	150 801,86	6 556,60

3

Reservas Matemáticas

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias do MGAM são calculadas mensalmente com as bases técnicas aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social.

Anualmente, desde 2005, é efetuado um teste à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias, que permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, este teste de adequação das responsabilidades é efetuado, para cada modalidade e tipo de renda, da seguinte forma:

a) Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social (Reservas Matemáticas Estatutárias);

b) Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos atuariais mais ajustados à realidade atual, em termos de esperança de vida e de taxa técnica de juro a utilizar no desconto das responsabilidades;

c) Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas na alínea anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas (caso existam):

i. se o valor da insuficiência for inferior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;

ii. se o valor da insuficiência for superior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, é efetuado

um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.

d) Caso a modalidade ou renda não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Assim, e resumidamente, desde 2005 que o MGAM reflete no seu Balanço dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social.
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste à adequação das responsabilidades.

a)

Reservas Matemáticas Estatutárias

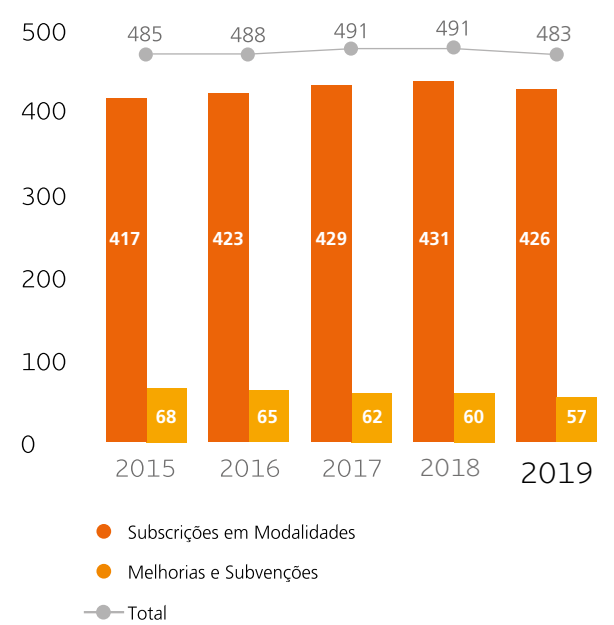
Em 31 de dezembro de 2019, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 500 864 964,70 euros, tendo diminuído 8 020 830,76 euros (-1,6%) em relação ao ano anterior.

Reservas Matemáticas Estatutárias a 31/12/2019 (euros)

	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Benefícios em formação	363 429 235,23	30 213 414,54	-
Modalidades de subscrição aberta	274 957 503,61	626 285,64	-
Modalidades de subscrição fechada com entregas	68 619 355,50	27 054 031,19	-
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	19 852 376,12	2 533 097,71	-
Benefícios em curso	62 532 658,21	27 141 793,24	6 350,89
Rendas Vitalícias	16 743 199,93	-	-
Rendas Temporárias	798 312,66	-	-
Total	443 503 406,03	57 355 207,78	6 350,89

O gráfico seguinte ilustra a evolução das Reservas Matemáticas Estatutárias nos últimos cinco anos. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

Reservas Matemáticas Estatutárias - evolução anual (milhões de euros)



Constata-se que, em 2019, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em modalidades registaram uma diminuição face ao ano anterior, contrariamente à tendência observada nos anos anteriores.

Relativamente às Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções, estas voltaram a registar uma diminuição, mantendo a tendência observada nos últimos anos.

Apresenta-se, nas tabelas seguintes, por modalidade e renda, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2019, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2018.

Reservas Matemáticas Estatutárias das subscrições em modalidades - benefícios em formação (euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1 355	11 029 946,90	1 849 644,37
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 244	1 183 491,09	10 331 459,13
Restituição de Quotas - 3%	1 176	8 990 613,56	1 118 433,73
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	190 774	545 652 087,58	227 230 138,02
Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	16 039	62 530 729,59	34 423 909,93
Montepio Proteção Invalidez - 3%	71	172 232,70	3 918,43
Subtotal	210 659	629 559 101,42	274 957 503,61

Modalidades de subscrição fechada com entregas	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	5 390	17 840 841,71	11 428 414,02
Subsídio por Morte - 4%	1 093	1 175 421,42	926 464,75
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	43 697	139 397 879,10	40 414 564,70
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	40	786 935,26	705 284,38
Capitais para Jovens - 4%	2 221	13 026 108,52	11 629 733,82
Pensões para Deficientes - 4%	21	73 656,74	613 738,27
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	34	138 041,93	5 612,87
Rendas de Sobrevivência - 4%	26	73 436,15	720 271,55
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	8	36 720,78	15 659,21
Capitais para Estudos - 4%	286	168 172,89	1 876 286,86
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 438	23 633,66	279 147,85
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5 861,88	3 567,32
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	95,78	609,90
Subtotal	54 262	172 746 805,82	68 619 355,50

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	N.º Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	395	626 898,58	6 334 119,57
Pensões de Reforma - 4%	689	527 923,07	5 990 561,70
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	867	470 208,27	6 625 902,62
Restituição de Quotas - 6%	464	3 306 316,36	154 650,74
Restituição de Quotas - 4%	1 846	10 153 827,53	722 445,98
Adicional de Invalidez - 6%	30	191 998,29	12 283,85
Adicional de Invalidez - 4%	46	56 771,06	7 292,28
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	5 214,32	5 119,38
Subtotal	4 394	15 339 157,48	19 852 376,12
Total	269 315	817 645 064,72	363 429 235,23

Reservas Matemáticas Estatutárias das subscrições em modalidades -
- benefícios em curso

(euros)

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2 470,02
Capitais de Previdência - 4%	1 639	266 042,88	1 503 232,58
Montepio Pensões de Reforma - 3%	68	40 434,84	601 372,83
Pensões de Reforma - 6%	2 217	4 225 482,60	32 425 470,20
Pensões de Reforma - 4%	1 174	1 425 026,28	12 498 603,39
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	531	551 867,28	6 963 946,91
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1	8 251,80	23 643,99
Capitais para Jovens - 4%	48	97 174,44	173 334,58
Pensões para Deficientes - 4%	4	3 766,80	55 390,47
Rendas de Sobrevivência - 4%	6	13 890,84	211 605,53
Capitais para Estudos - 4%	427	286 602,57	1 742 849,96
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	538,82
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	142	311 074,32	1 810 487,40
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	184	456 729,12	4 171 813,76
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	5 823,84	62 894,27
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 746	28 463,76	178 497,13
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	29	527,64	2 704,01
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	7 517,76	103 802,36
Total	8 228	7 728 992,37	62 532 658,21

Reservas Matemáticas Estatutárias das subscrições em rendas

(euros)

Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias - 6%	46	94 927,56	328 639,01
Rendas Vitalícias - 4%	254	1 068 442,98	5 819 363,83
Rendas Vitalícias - 3%	266	777 940,34	10 595 197,09
Subtotal	566	1 941 310,88	16 743 199,93
Rendas Temporárias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias - 3%	23	150 801,86	798 312,66
Subtotal	23	150 801,86	798 312,66
Total	589	2 092 112,74	17 541 512,59

Reservas Matemáticas Estatutárias das melhorias e subvenções -
- benefícios em formação

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	612	15 440,90	8 712,65
Montepio Pensões de Reforma - 3%	952	3 372,05	45 814,29
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	82 752	928 325,51	392 989,41
Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	8 416	206 082,52	178 726,47
Montepio Proteção Invalidez - 3%	64	785,27	42,82
Subtotal	92 769	1 154 006,25	626 285,64

Modalidades de subscrição fechada com entregas	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	5 390	25 411 019,39	17 457 681,79
Subsídio por Morte - 4%	1 090	773 093,99	604 001,34
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	32 561	980 991,25	281 916,54
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	40	20 886,01	18 074,29
Capitais para Jovens - 4%	2 221	174 811,87	161 279,68
Pensões para Deficientes - 4%	21	12 332,67	103 193,04
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	34	6 486,11	1 156,61
Rendas de Sobrevivência - 4%	26	3 423,32	33 945,66
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	8	343,29	145,93
Capitais para Estudos - 4%	286	1 894,10	19 279,30
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 438	667 465,73	8 354 748,46
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	17 707,85	12 226,26
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	4	934,89	6 382,29

Subtotal	43 123	28 071 390,47	27 054 031,19
-----------------	---------------	----------------------	----------------------

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	N.º Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	395	298 956,38	2 262 534,44
Pensões de Reforma - 4%	689	28 266,49	252 972,44
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	54	127,18	1 446,08
Adicional de Invalidez - 6%	30	62 956,02	3 471,79
Adicional de Invalidez - 4%	44	1 165,36	119,49
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	57	12 786,32	12 553,47

Subtotal	1 269	404 257,75	2 533 097,71
-----------------	--------------	-------------------	---------------------

Total	137 188	29 629 654,47	30 213 414,54
--------------	----------------	----------------------	----------------------

Reservas Matemáticas Estatutárias das melhorias e subvenções -
- benefícios em curso

(euros)

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	31,15
Capitais de Previdência - 4%	1 639	648 992,64	3 270 620,61
Montepio Pensões de Reforma - 3%	68	598,32	9 355,56
Pensões de Reforma - 6%	2 217	2 383 255,80	16 520 566,33
Pensões de Reforma - 4%	1 174	101 758,20	845 180,55
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	73	474,12	6 989,15
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1	259,80	744,40
Capitais para Jovens - 4%	48	8 697,60	10 629,54
Pensões para Deficientes - 4%	4	1 469,52	21 261,05
Rendas de Sobrevivência - 4%	6	2 675,16	42 049,03
Capitais para Estudos - 4%	427	13 487,90	60 508,37
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	79,20	277,39
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	121	31 828,56	163 928,14
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	184	12 791,76	137 425,33
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6	78,84	827,27
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1 746	1 016 346,36	6 024 354,63
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	29	5 296,70	27 044,74
Total	7 745	4 228 092,52	27 141 793,24

Reservas Matemáticas Estatutárias dos subsídios de 1919
e complementar

(euros)

Modalidades	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	20	292,08	2 126,66
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	127	948,48	4 224,23
Total	147	1 240,56	6 350,89

Em 31 de dezembro de 2019, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições era de 443 503 406,03 euros, tendo diminuído 5 792 172,51 euros (-1,3%) relativamente ao ano anterior.

Variação das Reservas Matemáticas Estatutárias das subscrições

(euros)

	31/12/2019	31/12/2018	Variação anual
Benefícios em formação	363 429 235,23	369 524 187,46	-6 094 952,23
Benefícios em curso ^(a)	62 532 658,21	61 621 687,31	910 970,90
Rendas Vitalícias	16 743 199,93	17 224 894,01	- 481 694,08
Rendas Temporárias	798 312,66	924 809,76	- 126 497,10
Total	443 503 406,03	449 295 578,54	-5 792 172,51

(a) Inclui as pensões provenientes de inscrições em modalidades coletivas.

Também as Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 226 127,93 euros (-3,7%) relativamente ao ano anterior, situando-se em 31 de dezembro de 2019 nos 57 355 207,78 euros.

Variação das Reservas Matemáticas Estatutárias das melhorias
e subvenções

(euros)

	31/12/2019	31/12/2018	Variação anual
Benefícios em formação	30 213 414,54	31 691 647,14	-1 478 232,60
Benefícios em curso	27 141 793,24	27 889 688,57	- 747 895,33
Total	57 355 207,78	59 581 335,71	-2 226 127,93

As Reservas Matemáticas Estatutárias dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2019, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

Variação das Reservas Matemáticas Estatutárias dos subsídios
de 1919 e complementar

(euros)

	31/12/2019	31/12/2018	Variação anual
Benefícios em curso	6 350,89	8 881,21	- 2 530,32
Total	6 350,89	8 881,21	- 2 530,32

b)

Reservas Matemáticas Atuariais

Em 2019, na sequência do teste à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 35 497 247,63 euros e libertou 789 424,43 euros. Em 31 de dezembro de 2019, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 151 173 353,89 euros, tendo aumentado 34 707 823,20 euros (+29,8%) em relação ao ano anterior. A tabela seguinte, apresenta, por modalidade e renda, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2019, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2018.

Reservas Matemáticas Atuariais

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2019	31/12/2018	Libertação	Reforço
Montepio Proteção Vida - 3%	309 629,46	-	-	309 629,46
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	16 697 569,24	9 282 134,29	-	7 415 434,95
Montepio Proteção 18-30 - 3%	4 308 993,59	1 944 363,42	-	2 364 630,17
Montepio Pensões de Reforma - 3%	1 759 501,51	-	-	1 759 501,51
Restituição de Quotas - 3%	101 761,11	5 341,40	-	96 419,71
Montepio Proteção Invalidez - 3%	500,99	274,06	-	226,93
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	445 549,04	218 704,48	-	226 844,56
Pensões de Poupança Reforma - 3%	6 377,93	3 170,40	-	3 207,53
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	11 191,53	6 462,03	-	4 729,50
Subtotal	23 641 074,40	11 460 450,08	0,00	12 180 624,32

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2019	31/12/2018	Libertação	Reforço
Capitais de Previdência - 4%	4 686 636,96	463 964,59	-	4 222 672,37
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	2 281 110,56	2 739 282,27	- 458 171,71	-
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	90 824,93	78 556,29	-	12 268,64
Capitais para Jovens - 4%	985 444,91	1 096 316,09	- 110 871,18	-
Pensões para Deficientes - 4%	581 016,44	448 009,39	-	133 007,05
Rendas de Sobrevivência - 4%	373 438,15	211 587,67	-	161 850,48
Capitais para Estudos - 4%	404 414,03	373 112,87	-	31 301,16
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	8 751 934,63	7 083 718,42	-	1 668 216,21
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	51 694,48	47 590,61	-	4 103,87
Subtotal	18 206 515,09	12 542 138,20	- 569 042,89	6 233 419,78

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2019	31/12/2018	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma - 6%	76 491 714,10	65 494 115,78	-	10 997 598,32
Pensões de Reforma - 4%	16 293 258,96	12 960 165,84	-	3 333 093,12
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	3 994 152,61	2 244 058,33	-	1 750 094,28
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1 564,09	1 487,72	-	76,37
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	2 703 475,93	2 461 756,11	-	241 719,82
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	101,10	76,19	-	24,91
Subtotal	99 484 266,79	83 161 659,97	0,00	16 322 606,82

Rendas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2019	31/12/2018	Libertação	Reforço
Rendas Vitalícias - 6%	580 409,08	564 745,86	-	15 663,22
Rendas Vitalícias - 4%	7 929 385,90	8 149 767,44	- 220 381,54	-
Rendas Vitalícias - 3%	1 246 978,58	525 813,83	-	721 164,75
Rendas Temporárias - 3%	84 724,05	60 955,31	-	23 768,74
Subtotal	9 841 497,61	9 301 282,44	- 220 381,54	760 596,71
Total	151 173 353,89	116 465 530,69	- 789 424,43	35 497 247,63

c)

Total das Reservas Matemáticas

No final de 2019, o total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 652 038 318,59 euros, tendo aumentado 26 686 992,44 euros (+4,3%) relativamente a 31 de dezembro de 2018.

Reservas Matemáticas Totais a 31/12/2019 - modalidades de subscrição aberta

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida - 3%	1 860 858,19	309 629,46	2 170 487,65
Montepio Pensões de Reforma - 3%	10 988 001,81	1 759 501,51	12 747 503,32
Restituição de Quotas - 3%	1 118 433,73	101 761,11	1 220 194,84
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	227 623 127,43	16 697 569,24	244 320 696,67
Montepio Proteção 18 - 30 - 3%	34 627 024,79	4 308 993,59	38 936 018,38
Montepio Proteção Invalidez - 3%	3 961,25	500,99	4 462,24
Pensões de Capitais de Reforma - 3% ^(a)	4 309 239,09	445 549,04	4 754 788,13
Pensões de Poupança de Reforma - 3% ^(a)	63 721,54	6 377,93	70 099,47
Pensões de Modalidades Coletivas - 3% ^(b)	103 802,36	11 191,53	114 993,89
Total	280 698 170,19	23 641 074,40	304 339 244,59

(a) De notar que as Pensões de Capitais de Reforma e as Pensões de Poupança Reforma não se tratam propriamente de modalidades, mas sim de rendas vitalícias imediatas sobre uma vida, adquiridas por reembolso das modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma (modalidades de capitalização). Desde novembro de 2013, com a entrada em vigor do atual Regulamento de Benefícios, as rendas adquiridas por reembolso das modalidades de capitalização são geridas na carteira de Rendas.

(b) Também as Pensões de Modalidades Coletivas não são propriamente modalidades, mas sim pensões vitalícias sobre uma vida provenientes de inscrições em Modalidades Coletivas.

Reservas Matemáticas Totais a 31/12/2019 - modalidades de subscrição fechada com entregas

(euros)

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência - 4%	33 662 075,66	4 686 636,96	38 348 712,62
Subsídio por Morte - 4%	1 530 466,09	-	1 530 466,09
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	40 696 481,24	2 281 110,56	42 977 591,80
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	723 358,67	90 824,93	814 183,60
Capitais para Jovens - 4%	11 974 977,62	985 444,91	12 960 422,53
Pensões para Deficientes - 4%	793 582,83	581 016,44	1 374 599,27
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	6 769,48	-	6 769,48
Rendas de Sobrevivência - 4%	1 007 871,77	373 438,15	1 381 309,92
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	15 805,14	-	15 805,14
Capitais para Estudos - 4%	3 698 924,49	404 414,03	4 103 338,52
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	14 840 972,30	8 751 934,63	23 592 906,93
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	15 793,58	-	15 793,58
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	36 740,94	51 694,48	88 435,42
Total	109 003 819,81	18 206 515,09	127 210 334,90

Reservas Matemáticas Totais a 31/12/2019 - modalidades de subscrição fechada sem entregas

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Pensões de Reforma - 6%	57 542 690,54	76 491 714,10	134 034 404,64
Pensões de Reforma - 4%	19 587 318,08	16 293 258,96	35 880 577,04
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	13 598 284,76	3 994 152,61	17 592 437,37
Restituição de Quotas - 6%	154 650,74	-	154 650,74
Restituição de Quotas - 4%	722 445,98	-	722 445,98
Adicional de Invalidez - 6%	15 755,64	-	15 755,64
Adicional de Invalidez - 4%	7 411,77	-	7 411,77
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	816,21	1 564,09	2 380,30
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	1 974 415,54	2 703 475,93	4 677 891,47
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17 672,85	101,10	17 773,95
Total	93 621 462,11	99 484 266,79	193 105 728,90

Reservas Matemáticas Totais a 31/12/2019 - rendas vitalícias

(euros)

Rendas vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias - 6%	328 639,01	580 409,08	909 048,09
Rendas Vitalícias - 4%	5 819 363,83	7 929 385,90	13 748 749,73
Rendas Vitalícias - 3%	10 595 197,09	1 246 978,58	11 842 175,67
Total	16 743 199,93	9 756 773,56	26 499 973,49

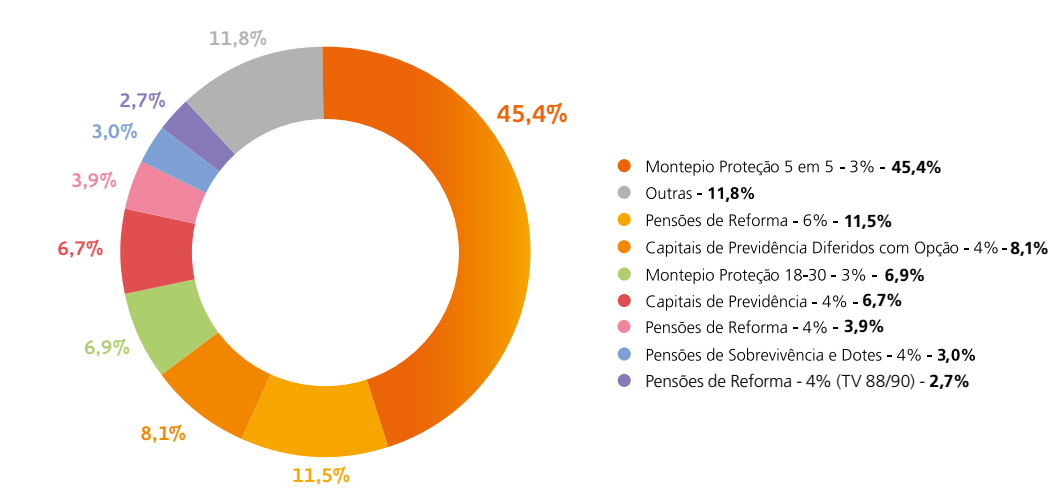
Reservas Matemáticas Totais a 31/12/2019 - rendas temporárias

(euros)

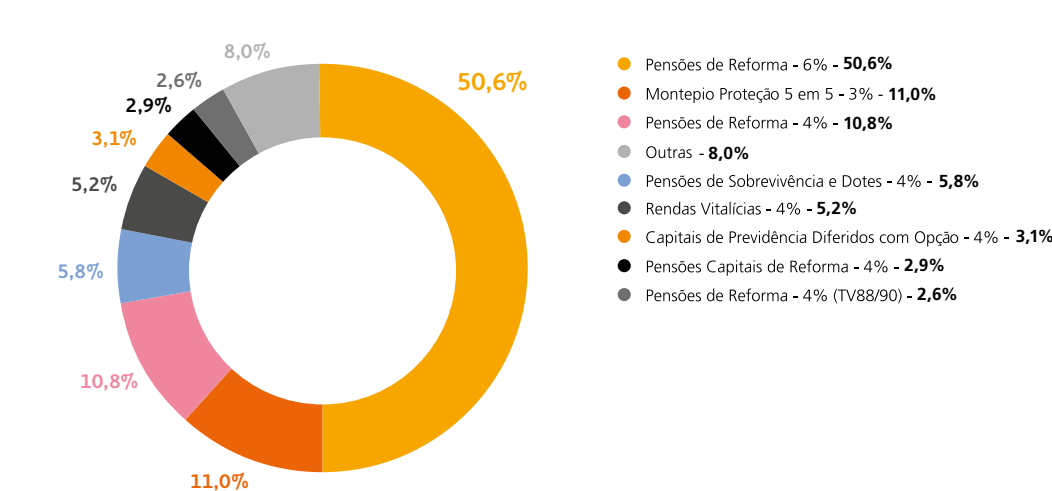
Rendas temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias - 3%	798 312,66	84 724,05	883 036,71
Total	798 312,66	84 724,05	883 036,71

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual das Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) à data de 31 de dezembro de 2019.

Reservas Matemáticas Estatutárias



Reservas Matemáticas Atuariais



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Pensões de Reforma (6%), cuja provisão adicional constituída representa 50,6% no total das Reservas Matemáticas Atuariais.

Situação Técnico - Atuarial do MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas pelo Gabinete de Atuariado, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais ajustados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a um reforço da provisão adicional de reservas matemáticas.

Assim, tendo em consideração a informação disponível nesta data e os pressupostos assumidos, considera-se que o montante total das Reservas Matemáticas constituídas para as Modalidades Atuariais, para as Rendas Vitalícias e para as Rendas Temporárias é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com os subscritores e beneficiários das modalidades e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial numa perspetiva de cálculo das responsabilidades.

Lisboa, 12 de março de 2020

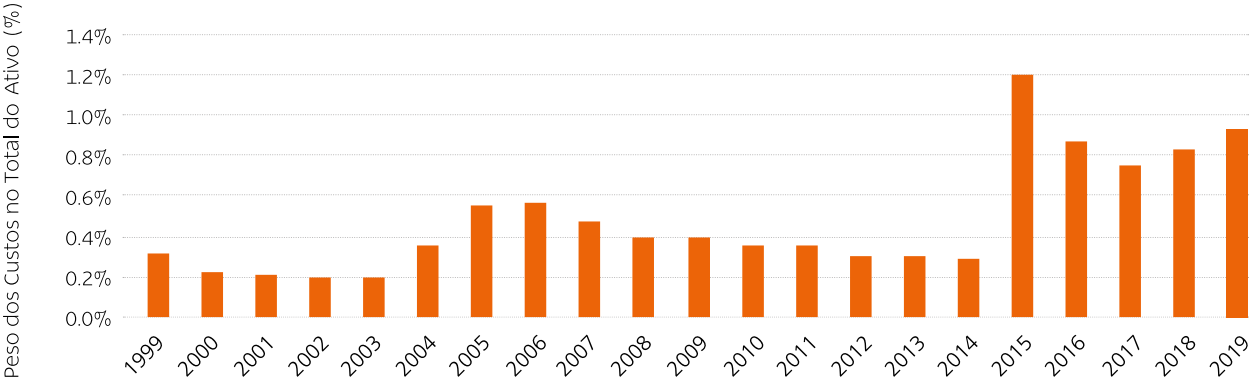
A Atuária,
Teresa Sofia de Sousa Fernandes
Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

16.2
Imputação de custos administrativos pelas modalidades associativas e rendas

No ano de 2019, a Associação Mutualista (MGAM) suportou um total de custos administrativos (gastos gerais administrativos e custos com o pessoal) de 31,436 M€, ligeiramente superior ao que tinha sido registado no

ano anterior (31,303 M€). No final do ano, aquele valor representava cerca de 0,91% do total do ativo líquido, percentagem que compara com 0,83% obtida no ano de 2018.

Evolução do peso dos custos administrativos (Gastos gerais administrativos e Custos com o pessoal) no total do ativo



Nota: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de englobar os "Outros Encargos Operacionais".

A estrutura de Custos Administrativos, em 2019, subdivide-se da seguinte forma:

- Gastos Gerais Administrativos (GGA) – 26,065 M€ (26,438 M€ em 2018);
- Custos com Pessoal (CP) – 5,371 M€ (4,865 M€ em 2018); (a partir do ano de 2012 e na sequência da reclassificação contabilística que foi efetuada, os “encargos com cedência de pessoal” passaram a ser registados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos - no final de 2019, estes encargos atingiram 14,005 milhões de euros e, em 2018, 9,327 M€).

De acordo com a natureza e com a especificidade destes custos, algumas destas verbas são consideradas custos próprios das várias modalidades, rendas e fundos e, por conseguinte, são reconhecidos nas respetivas contas de exploração (em 2019, foram considerados 6,302 M€ de custos próprios e, em 2018, cerca de 9,658 M€). Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (25,134 milhões de euros em 2019 e 21,645 M€ em 2018) e que, neste contexto, são suportados pelo Fundo de Administração.

Por questões de gestão financeira e de metodologia de imputação, definiu-se que todos estes custos deveriam ser imputados às modalidades, rendas e fundos, com base nos seguintes critérios indicativos:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente / Próprio da modalidade/renda;
- Custos com o Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho, as modalidades e rendas foram agrupadas nas categorias seguintes:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar (ex-Capitais de Reforma); Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos / Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção das Modalidade de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos).

Os Custos Gerais e os Custos com o Trabalho apresentaram, nos últimos três anos, o seguinte comportamento:

Tabela 1 - Componente de Custos Gerais

(euros)

Ano	Ponderador ⁽¹⁾	Fundo Permanente / Próprio + Reserva Estabilização de Resultados			Custo Gerais			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Total
2017	0,10%	1 394 000 000	1 178 000 000	651 000 000	1 394 000	1 178 000	651 000	3 223 000
2018	0,10%	1 215 000 000	1 169 000 000	641 000 000	1 215 000	1 169 000	641 000	3 025 000
2019	0,10%	1 252 000 000	1 193 000 000	669 000 000	1 252 000	1 193 000	669 000	3 114 000

(1) Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento.

Tabela 2 - Componente de Custos do Trabalho (euros)

Ano	Custo Trabalho (€)	Consumo Trabalho (% do Total)				Custo Trabalho			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Total
2017	17 155 000	42,88%	48,11%	7,54%	1,47%	7 356 000	8 254 000	1 293 000	252 000
2018	18 505 000	38,18%	49,45%	10,39%	1,99%	7 065 000	9 150 000	1 922 000	368 000
2019	21 711 500	44,51%	43,41%	10,25%	1,83%	9 664 000	9 425 000	2 225 000	397 500

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está relacionada com a gestão operacional dos processos que envolvem as modalidades e rendas e é, normalmente, estimada com base na informação recolhida junto dos serviços que, diretamente, estão envolvidos neste tipo de tarefa, pelo que os valores devem ser encarados como uma aproximação à realidade.

De referir, também, que: (i) em 2017 não obstante o acréscimo processual inerente ao maior volume de reembolsos verificado em quase todas as modalidades, verificou-se uma menor imputação de custos administrativos comuns pelas várias modalidades, rendas e fundos, sobretudo, porque o montante total de custos administrativos suportado pelo MGAM, também foi menor; (ii) em 2018, em linha com o decréscimo verificado nos reembolsos de capital, sobretudo,

das modalidades de capitalização e, de uma forma particular, na modalidade Montepio Capital Certo registou-se, também, uma menor imputação de custos administrativos nesta última modalidade; (iii) em 2019, voltou a verificar-se uma quebra no montante de reembolsos de capital, em particular, nas modalidades de capitalização em consequência, sobretudo, do menor volume de vencimentos registado em séries da modalidade Montepio Capital Certo (326,8 M€, em 2019, e 362,1 M€, em 2018); este facto, gerou, paralelamente, uma menor imputação de custos administrativos nesta modalidade.

No último triénio, a contribuição de cada classe de modalidades, rendas e fundos para o Fundo de Administração poder, ao longo dos anos, suportar o montante total da componente de Custos Administrativos comuns, foi a seguinte:

Tabela 3 - Contribuição de cada modalidade para o total de Custos Administrativos Comuns (Custos Gerais e Custos do Trabalho) (euros)

Ano	MCC - Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	Total
2017	8 750 000	9 432 000	1 944 000	252 000	20 378 000
2018	8 280 000	10 319 000	2 563 000	368 000	21 530 000
2019	10 916 000	10 618 000	2 894 000	397 500	24 825 500

A partir do ano de 2008, com o início do processo de segregação patrimonial das modalidades, rendas e fundos, a cobertura dos custos administrativos comuns a todas as modalidades e rendas passou a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios

(artigo 27.º), através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual de cada Fundo Permanente ou Fundo Próprio de cada modalidade e renda).

Nos últimos anos, a percentagem de contribuição para o fundo de administração foi a seguinte:

Tabela 4 - Contribuição para o Fundo de Administração em % do valor médio anual do Fundo Permanente/Próprio

Ano	MCC - Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos
2017	0,661%	0,800%	0,300%	1,000%
2018	0,635%	0,900%	0,400%	1,000%
2019	0,895%	0,895%	0,450%	1,000%

Nota: Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (não distribuem melhorias de benefícios e não têm responsabilidades futuras para com os associados), considera-se ajustado continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento de benefícios (1%).

16.3
Balanços técnicos das Modalidades
Associativas, Fundos e Rendas

milhares de euros

	Modalidades de Proteção de Encargos	Modalidades de Capitalização	Modalidades Proteção 5 em 5 e Capitais Diferidos c/Opção	Montepio Proteção Vida e Capitais de Previdência	Montepio Proteção 18-30 e Capitais para Jovens	Montepio Pensões de Reforma (Pensão de Reforma)		Pensões Reforma - Adicional de Invalidez	Montepio Proteção Invalidez e Capitais Temp. Invalidez	Invalidez Modalidades Coletivas	Capitais para Estudos	Subsídio por Morte	Capitais Previdência a Prazo
Ativo													
Propr. Invest.+ Ativos . Tang. e Intang.	0	293 983	29 912	5 339	8 148	27 844		67	63	0	545	382	743
Participações Financeiras	110 001	1 223 593	163 238	25 926	33 172	70 136		217	223	9	2 321	1 154	854
Títulos	3 662	315 678	11 942	627	1 220	27 591		1	19	0	78	47	12
Empréstimos a Associados	0	4 741	1 360	112	515	203		0	0	0	21	1	1
Depósitos Bancários	1 033	112 230	4 210	718	892	1 552		33	26	9	56	228	55
Ativos por Impostos Diferidos	0	623 467	73 548	10 373	13 285	51 802		6	3	0	1 050	392	208
Dívida RG	0	73	0	0	0	496		0	0	0	0	0	0
Outros Ativos	44	5 231	679	41	171	486		0	0	0	5	2	0
Total do Ativo	114 739	2 578 997	284 891	43 136	57 404	180 110		323	335	17	4 077	2 206	1 873
Passivo													
Provisões Técnicas	0	2 435 419	287 298	40 519	51 896	202 352		23	11	0	4 103	1 530	814
Outros Passivos	39 466	18 376	2 358	241	2 871	1 064		2	1	0	29	22	17
Total do Passivo	39 466	2 453 795	289 657	40 760	54 767	203 416		25	13	0	4 123	1 552	831
Reserva de Estab. de Resultados	0	13 677	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
Excedentes Técnicos	0	9 346	3 737	3 488	6 255	0		340	362	19	98	538	1 020
Fundo Próprio	39 739	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
Reservas Gerais	0	489 596	41 775	10 373	7 209	15 360		6	3	0	448	392	208
RR_ Títulos e Ativos Tangíveis	1 115	1 843	-719	-177	-73	-349		0	-5	0	-22	-13	-3
Resultados Líquidos	34 420	-389 261	-49 560	-11 307	-10 754	-38 316		-47	-37	-2	-580	-263	-183
Situação Líquida	75 273	125 202	-4 766	2 376	2 637	-23 306		298	322	17	-56	654	1 042
Total do Passivo + Cap. Próprio	114 739	2 578 997	284 891	43 136	57 404	180 110		323	335	17	4 077	2 206	1 873

continua
:
:

continuação

Balanços técnicos das Modalidades
Associativas, Fundos e Rendas

milhares de euros

	Pensão Sobrevivência e Dotes	Pensão para Deficientes	Capitais Diferidos Cobertura Adicional	Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional	Total
Ativo						
Propr. Invest.+ Ativos . Tang. e Intang.	3 310	190	14	0	8	370 549
Participações Financeiras	12 284	591	22	0	12	1 643 754
Títulos	313	12	0	0	0	361 201
Empréstimos a Associados	0	0	0	0	0	6 954
Depósitos Bancários	131	312	22	24	22	121 552
Ativos por Impostos Diferidos	6 040	352	4	4	5	780 540
Dívida RG	0	0	0	0	0	569
Outros Ativos	9	1	0	0	0	6 672
Total do Ativo	22 087	1 457	62	29	46	3 291 791
Passivo						
Provisões Técnicas	23 593	1 375	16	16	18	3 048 985
Outros Passivos	164	5	0	0	0	64 616
Total do Passivo	23 757	1 379	16	16	18	3 113 600
Reserva de Estab. de Resultados	0	0	0	0	0	13 677
Excedentes Técnicos	0	0	47	9	27	25 286
Fundo Próprio	0	0	0	0	0	39 739
Reservas Gerais	3 344	352	4	4	5	569 079
RR_ Títulos e Ativos Tangíveis	-89	-3	0	0	0	1 503
Resultados Líquidos	-4 925	-270	-4	0	-3	-471 093
Situação Líquida	-1 670	78	46	13	19	178 191
Total do Passivo + Cap. Próprio	22 087	1 457	62	29	46	3 291 791

Fundos e Rendas

milhares de euros

	Fundo de Reserva Geral	Benefício Solidariedade Associativa	Fundo de Administração	Fundo Bolsas de Estudo	Fundo Montepio Egitaniense	Cap. Garantia		Rendas Vitalícias	Rendas Temporárias	Rendas Sobrevivência	Rendas Vitalícias a Favor de Pessoa Certas	Rendas Certas Modal. Coletivas	Total
Ativo													
Propr. Invest.+ Ativos . Tang. e Intang.	20 898	0	0	198	67	0		6 348	47	338	16	167	28 079
Participações Financeiras	14 164	32 062	0	473	7	1 480		18 167	276	544	46	0	67 220
Títulos	2 821	1 636	0	15	0	0		1 626	50	0	2	0	6 150
Depósitos Bancários	215	391	5 807	182	147	228		368	442	233	19	83	8 115
Ativos por Impostos Diferidos	42 895	0	0	0	0	0		9 217	226	354	23	29	52 744
Dívida RG	37 923	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	37 923
Outros Ativos	5 185	209	5 195	0	1	0		16	1	6	0	0	10 614
Total do Ativo	124 101	34 298	11 002	869	222	1 708		35 743	1 042	1 475	105	280	210 845
Passivo													
Provisões Técnicas	0	0	0	0	0	0		36 005	883	1 381	88	115	38 473
Outros Passivos	3 787	1 154	7 963	4	1	5		236	2	7	1	8	13 167
Total do Passivo	3 787	1 154	7 963	4	1	5		36 241	885	1 389	90	123	51 640
Excedentes Técnicos	0	0	0	0	0	1 403		0	19	37	9	126	1 595
Fundo Próprio	0	2 211	531	967	241	0		0	0	0	0	0	3 950
Reservas Gerais	83 388	0	0	0	0	0		5 387	226	354	23	29	89 407
RR_Títulos e Ativos Tangíveis	169	-467	0	-4	0	0		-80	0	0	0	0	-383
Reservas por Imposto Diferido	-53	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	-53
RR Imp. Diferido	-118	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	-118
Out_Var. CP	0	0	2 502	0	0	0		0	0	0	0	0	2 502
Resultados Líquidos	36 927	31 401	6	-98	-20	299		-5 805	-88	-305	-16	1	62 304
Situação Líquida	120 314	33 145	3 039	865	220	1 703		-498	157	86	16	157	159 205
Total do Passivo + Cap. Próprio	124 101	34 298	11 002	869	222	1 708		35 743	1 042	1 475	105	280	210 845

16.4
Carteira de Imóveis

(milhares de euros)		
Imóveis Agregados por Concelho	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
1 - Propriedades de investimento		
Almada	530	6
Angra do Heroísmo	15	-1
Aveiro	0	0
Barreiro	78	-1
Braga	8 346	-2
Caldas da Rainha	315	-1
Castelo Branco	749	28
Cascais	17 151	1 113
Coimbra	14 253	725
Évora	1 467	80
Faro	751	25
Guarda	1 254	30
Lisboa	197 425	7 216
Mafra	67	-1
Maia	0	0
Montijo	10 341	775
Odivelas	0	1
Ponta Delgada	0	0
Porto	42 112	1 202
Santarém	1 468	98
Setúbal	4 228	303
Sines	106	5
Sintra	331	2
Trofa	42	-1
Vagos	133	-1
Vila Franca de Xira	1 710	1
Vila Nova de Gaia	9 238	574
Viseu	3 336	331
Subtotal (1)	315 446	12 507

2 - Propriedades de investimento em curso

Lisboa	22 500	0
Abergaria-a-Velha	5 501	0
Subtotal (2)	28 001	0
Total	343 447	12 507

16.5
Carteira de Títulos

(milhares de euros)						
Natureza e espécie de Títulos	Valor Nominal / Quantidade ⁽¹⁾	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros detidos para Negociação	-	4	2 489	2 378	0	2 382
Dívida Pública	-	-	-	-	-	-
Obrigações Diversas	2 500	4	2 489	2 378	-	2 382
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	347 233	8 366	361 769	356 603	-5 289	364 969
Obrigações Diversas	310 133	8 286	310 651	304 736	-2 521	313 022
Dívida Pública	16 100	73	16 445	16 343	0	16 416
Papel Comercial	21 000	7	21 000	21 000	-	21 007
Ações	-	-	879	605	-442	605
Fundos de Investimento	-	-	12 794	13 919	-2 326	13 919
Total	-	8 370	364 258	358 981	-5 289	367 351

(1) Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento).

16.6
Contas das Fundações

Fundação Montepio Geral

Balanço

	2019	2018
	Valor	Valor
Ativo		
Ativo não corrente		
Investimentos Financeiros	489 911	479 215
	489 911	479 215
Ativo corrente		
Caixa e Depósitos Bancários	917 605	810 313
	917 605	810 313
Total do Ativo	1 407 516	1 289 528

Fundos Patrimoniais e Passivo

Fundos Patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas e Resultados Transitados	604 090	746 164
Resultado líquido do período	143 732	(142 074)
Total do Fundo de Capital	1 246 620	1 102 888
Passivo		
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar	160 896	186 640
Total do Passivo	160 896	186 640
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	1 407 516	1 289 528

Demonstração de Resultados

	2019	2018
	Valor	Valor
Rendimentos e Gastos		
Subsídios, doações e legados à exploração	1 000 000	1 000 000
Fornecimentos e serviços externos	(6 168)	(6 177)
Outros rendimentos e ganhos	190 644	185 905
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	-	(75 000)
Outros gastos e perdas	(1 058 633)	(1 253 330)
Aumentos / Reduções de justo valor	11 540	1 339
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	137 383	(147 263)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	-
Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos	137 383	(147 263)
Juros e rendimentos similares obtidos	6 667	5 261
Juros e gastos similares pagos	(318)	(72)
Resultado Líquido do Período	143 732	(142 074)

Outras Fundações

Balanço em 31 dezembro de 2019

Ativo	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	-	10 812	-	-	-
Investimentos Financeiros	59 975	539 778	10 996	7 997	31 987
Ativo corrente					
Estado e outros entes públicos	659	6 791	124	96	557
Caixa e Depósitos Bancários	4 049	109 574	1 580	1 711	4 864
Total do Ativo	64 683	666 955	12 700	9 804	37 408

Passivo

Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-	-

Fundos Patrimoniais

Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	54 406	614 310	10 333	7 444	17 549
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	4 690	43 667	871	784	2 401
Total dos Fundos Patrimoniais	64 683	666 955	12 700	9 804	37 408
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	64 683	666 955	12 700	9 804	37 408

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2019

Rendimentos e Gastos	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
Fornecimentos e serviços externos	(9)	(890)	(9)	-	(481)
Aumentos / Reduções de justo valor	3 281	31 238	604	601	1 801
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(485)	(4 187)	(97)	(89)	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 787	26 161	498	512	1 320
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	(255)	-	-	-
Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos	2 787	25 907	498	512	1 320
Juros e rendimentos similares obtidos	2 001	18 619	390	284	1 131
Juros e gastos similares suportados	(98)	(858)	(17)	(12)	(50)
Resultado Líquido do Período	4 690	43 667	871	784	2 401

Prémios (euros)

Balanço em 31 de dezembro de 2019

Ativo	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge
Ativo não corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos Financeiros	13 573	26 989	81 967	63 974	75 968	-	93 961	93 961
Ativo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Depósitos Bancários	350	6 015	14 048	6 638	10 719	2 513	67 206	9 949
Total do Ativo	13 923	33 004	96 015	70 612	86 687	2 513	161 167	103 910

Passivo

Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fundos Patrimoniais

Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	38 308	7 482	-	-
Reservas	10 990	18 462	75 422	40 760	41 311	-	16 561	9 400
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	(4 621)	136 342	86 594
Resultado líquido do período	938	2 072	5 629	4 912	7 068	(348)	8 264	7 916
Total dos Fundos Patrimoniais	13 923	33 004	96 015	70 612	86 687	2 513	161 167	103 910
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	13 923	33 004	96 015	70 612	86 687	2 513	161 167	103 910

Demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2019 (euros)

Rendimentos e Gastos	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge
Fornecimentos e serviços externos	(9)	(9)	(9)	(9)	(9)	-	(9)	(9)
Aumentos / Reduções de justo valor	679	1 492	3 934	3 582	4 870	-	5 756	5 536
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos e perdas	(145)	(324)	(1 034)	(725)	(285)	(351)	(839)	(597)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	525	1 158	2 891	2 848	4 576	(351)	4 908	4 930
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos	525	1 158	2 891	2 848	4 576	(351)	4 908	4 930
Juros e rendimentos similares obtidos	440	955	2 868	2 168	2 616	3	3 514	3 146
Juros e gastos similares suportados	(27)	(42)	(130)	(104)	(124)	-	(158)	(160)
Resultado Líquido do Período	938	2 072	5 629	4 912	7 068	(348)	8 264	7 916

Ficha Técnica

Coordenação
Direção de Comunicação, *Marketing* e Canais

Edição e Design
Flúor Studio Design Advisors

Fotografias
Montepio Geral - Associação Mutualista

Impressão
--

Depósito Legal
--



Associação Mutualista
Montepio

Sede

Rua Áurea, 219 - 241
1100-062 Lisboa

T: 213 248 000

montepio.org